

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**TEREZA DE SOUSA RAMOS**

**A AMAZÔNIA DE LEANDRO TOCANTINS**

**MANAUS – AM  
2012**

**TEREZA DE SOUSA RAMOS**

**A AMAZÔNIA DE LEANDRO TOCANTINS**

**Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal do Amazonas  
como requisito para obtenção de título  
de Mestre em Sociologia.**

**Orientador: Prof. Dra. Selda Vale da  
Costa**

**MANAUS – AM  
2012**

**TEREZA DE SOUSA RAMOS**

**A AMAZÔNIA DE LEANDRO TOCANTINS**

**Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal do Amazonas  
como requisito para obtenção de título  
de Mestre em Sociologia.**

**Aprovado em: ...../...../.....**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dra. Selda Vale da Costa  
Universidade Federal do Amazonas**

---

**Prof. Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto  
Universidade Federal do Amazonas**

---

**Prof. Dr. Manuel do Carmo da Silva Campos  
Universidade do Estado do Amazonas**

*“Que o nome de Deus seja louvado para sempre, pois dele são a sabedoria e o poder!*

*É ele quem faz mudar os tempos e as estações; é ele quem põe os reis no poder e os derruba; é ele quem dá sabedoria aos sábios e inteligência aos inteligentes.*

*Ele explica mistérios e segredos e conhece o que está escondido na escuridão, pois com ele mora a luz”.*  
*(Daniel 2:20-23)*

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar a Deus, pois me permitiu ingressar nesta jornada e deu as condições físicas, emocionais e espirituais para concluí-la. A Ele toda honra e toda glória. Para minha família na figura de meus pais e minha irmã que nunca deixaram faltar-me nada e deram-me a tranquilidade e o amor necessários. As amigas da turma do mestrado um agradecimento sincero, por nos momentos de inquietude terem sido essenciais para o restabelecimento e continuação do trabalho.

Não obstante nada disso poderia ser realizado sem as prestimosas orientações dos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, em especial a da professora orientadora Selda Vale da Costa.

## Resumo

A Amazônia sempre exerceu um fascínio nas mobilizações intelectuais em torno de estudos e interpretações que visam torná-la conhecida como região natural e sociocultural, bem como os processos que fundamentaram a formação da sociedade que nela se desenvolveu. Neste contexto o pensamento do autor Leandro Tocantins contribuiu para o aprofundamento do conhecimento sobre a região e, assim, para o desenvolvimento de um pensamento social na Amazônia. Deste modo, através da leitura das suas obras o presente trabalho pretende reconstruir uma história das ideias a partir de uma sociologia deste intelectual, o qual vivenciou os debates políticos para a criação de programas de desenvolvimento para a Amazônia, colaborando assim com o ideário desenvolvimentista propagado a partir dos anos 50, todavia, com uma originalidade oriunda de uma postura humanista, que o fez vislumbrar na cultura o elemento principal no processo de desenvolvimento, capaz de propor com que o racionalismo da ciência e da técnica não viesse a trazer consequências drásticas como a degeneração da própria cultura e da natureza amazônicas.

**Palavras chaves:** Pensamento social na Amazônia, desenvolvimento, cultura, homem e natureza.

## **Abstract**

The Amazon has always exerted a fascination on the intellectual mobilizations around studies and interpretations aimed at making it known as the natural and socio-cultural region, as well as the processes that underlie the formation of the company that developed it. In this context the author's thought Leandro Tocantins contributed to the deepening of knowledge about the region and thus for the development of social thought in the Amazon. Thus, by reading their works this paper aims to reconstruct a history of ideas from sociology of this intellectual, which experienced political debates for creating development programs for the Amazon, thus collaborating with the developmentalist ideology propagated from the 50s, however, with an originality coming from a humanistic stance which made him a glimpse into the culture the main element in the development process, able to propose that the rationalism of science and technology would not bring drastic consequences as degeneration of the culture and nature of Amazon.

Keywords: Social Thought on the Amazon, development, culture, man and nature.

## **Sumário**

### **Capítulo 1 -A Amazônia profunda e a Amazonotropologia de Leandro Tocantins.....15**

- 1.1. Desenvolvimento como projeto de modernidade.....15
- 1.2. A Amazonotropologia de Leandro Tocantins.....26
- 1.3.O intelectual Leandro Tocantins e sua posição sociocultural.....42

### **Capítulo 2 - Cenário da Amazônia sob o olhar de Leandro Tocantins.....54**

- 2.1.Cenários amazônicos sob o olhar de Leandro Tocantins - primeiro tempo.....54
- 2.2. Os cenários amazônicos sob o olhar de Leandro Tocantins – segundo tempo.....60
- 2.3. Reflexões sobre os dois tempos em Leandro Tocantins.....63

### **Capítulo 3 – Leandro Tocantins e as discussões sobre o meio ambiente .....75**

- 3.1. Processo de racionalização e dominação da natureza amazônica.....75
- 3.2. Amazônia no centro dos debates ecológicos e geopolíticos.....84

## **Introdução**

Sabemos que a Amazônia constitui uma terra particularmente diferente de outras do resto do país no que tange ao clima, ao solo, vegetação e acima de tudo ao processo de como o homem situado no trópico úmido se relacionou com o meio ambiente na tentativa de construir a sociedade e a cultura local.

Todavia, por sua grandiosidade e pelas condições peculiares do meio físico, a Amazônia não pode se configurar como uma espécie de “paraíso” para o homem que se fixou em seu espaço, isto porque os próprios ecossistemas do trópico úmido colocaram várias adversidades a este homem. Isso, porém, não nos deve levar a interpretar tais adversidades como fatores que determinaram ou limitaram o modo de vida e a forma pela qual o homem - na figura do índio, do colonizador e em menor escala do negro - se adaptou ao meio ambiente e construiu esta sociedade e esta cultura, pois, de forma dialética, este homem inter-relacionou-se com a natureza, respondendo com esforço e criatividade aos desafios ambientais em busca de meios para seu desenvolvimento.

Em torno da necessidade de estudos da relação que o homem manteve com as particularidades do trópico úmido, Leandro Góes Tocantins (1929 – 2004) surge como um estudioso que buscou compreender a formação da sociedade amazônica brasileira por suas bases históricas, sociais e ecológicas, isto é, por meio de uma observação minuciosa através dos fatos inter-relacionados entre o homem, a natureza e o tempo, responsáveis pela criação das condições para a formação de um tipo de sociedade que se organizou social, cultural e economicamente em função dos elementos naturais que, condicionaram a ação humana no espaço físico do trópico úmido amazônico.

Leandro Tocantins constitui uma figura importante no quadro geral dos pensadores sociais da Amazônia. Isto porque em seus estudos, além de preocupar-se com os processos sociais regionais, revestiu-se de um peculiar interesse pela cultura formada nas bases de um esforço criador do homem situado no espaço amazônico, espaço composto de riquezas tropicais, visto e descrito por este autor através de obras ensaísticas, poemas, literatura infantil e até mesmo através do cinema.

A necessidade de se estudar a gênese do pensamento social no Brasil e na Amazônia, através de uma releitura das obras de autores como Leandro Tocantins, se dá no sentido de se obter o esclarecimento do próprio pensamento social atual. Assim, torna-se importante resgatar as discussões em torno da compreensão dos processos e das estruturas que articularam a região amazônica com o restante do Brasil e com o mundo.

Embora haja diferentes posições entre os intelectuais, um aspecto comum em relação à intelectualidade brasileira está relacionado à questão dos impasses, busca de soluções para o chamado atraso nacional e às desigualdades que marcam sua heterogeneidade espacial e sociocultural. Deste modo, a articulação entre elementos tradicionais e modernos, símbolos do progresso ou do retrocesso da sociedade brasileira, são temas recorrentes no pensamento de vários estudiosos da nação (BASTOS, 2007, p. vi).

Neste contexto, Renan Freitas Pinto (2008) destaca que a Amazônia tem aparecido como território de excelência deste universo de “contrastes e confrontos”, pois sempre esteve no interior dos principais movimentos pela implantação do projeto de Estado-Nação. No entanto, sua inserção também foi marcada pela insatisfação incompleta e tangencial devido às peculiaridades desta região, o que despertou o interesse de um grande número de autores que contribuíram para a formação de um pensamento sobre o homem amazônico e a sua relação com a natureza, dando, assim, as bases para a formação de um pensamento social na Amazônia, que estuda os modos como os homens enfrentaram os problemas, os desafios e as questões que moldaram as instituições, as representações, a cultura, os valores e o modo de vida peculiar na Amazônia.

Em torno das manifestações da inquietude intelectual de pesquisadores na Amazônia, podemos citar Euclides da Cunha (2003), Araújo Lima (1975), Arthur Cezar Ferreira Reis (1972) e Leandro Tocantins dentre muitos outros, que de forma substancial estudaram e contribuíram para o aprofundamento do conhecimento sobre a região e, assim, para o desenvolvimento de um pensamento social na Amazônia.

Ao longo dos anos, a Amazônia acumulou um considerável acervo de conhecimentos sobre a relação homem e natureza na região. No entanto, o conhecimento que possuímos ainda é fragmentado e incompleto. Neste sentido, a reconstrução deste pensamento social torna-se tarefa relevante, pois vai além de compreender os movimentos de seleção, elaboração e interpretação de dados e dos objetos que se transformaram nas diferentes representações do universo social da Amazônia, mas também restabelece a possibilidade de uma “história das ideias” e de uma sociologia dos intelectuais (PINTO, 2008, p. 34).

O estudo da trajetória intelectual desses estudiosos torna-se, portanto, o elemento crucial para se explicar a importância do pensamento social e a própria sociedade brasileira. No entanto, a compreensão do pensamento social na Amazônia é

também “a chave para perceber como se produziu e continua se produzindo esse desenvolvimento em desvantagem, que atravessa de ponta a ponta o espaço configurado como região amazônica” (PINTO, 2008, p. 32)

Neste cenário, a retomada do pensamento de Leandro Tocantins surge como uma forma de recuperarmos uma interpretação histórica, social e ecológica da região, a qual lança a Amazônia em suas bases culturais, econômicas, sociais e políticas.

Homem de vasta cultura, Tocantins destacou-se por revelar em suas obras os processos sociais regionais e a cultura formada nas bases de um esforço criador do homem situado no espaço amazônico, com uma profunda sensibilidade que lhe permitiu transitar tanto no campo das ciências e da cultura como na administração pública. Sua obstinada dedicação em interpretar os assuntos amazônicos lhe rendeu notoriedade, ao ponto de Gilberto Freyre, em prefácio de *Rio comanda a vida* (1968), vir a afirmar que dentre os outros jovens escritores especializados em estudos amazônicos, Leandro Tocantins apresentava-se mais apto a continuar a obra do “mestre admirável” Arthur Cezar Ferreira Reis, que foi mestre de muitos inclusive do próprio Leandro. E o classificou como um estudioso dos assuntos amazônicos que conseguia unir a literatura, através de uma escrita clara e atraente, ao conhecimento íntimo e ao saber histórico acerca das gentes e das terras amazônicas; unidos ainda a uma interpretação sociológica dos problemas atuais que norteiam a região.

A partir da leitura de *O rio comanda a vida* (1968), *Vida, cultura e ação* (1969) e *Amazônia: natureza, homem, e tempo* (1982) foi feita uma análise de como este autor concebia a ideia de Amazônia enquanto espaço no qual se desenvolveu uma sociedade que se fundamentou na relação homem e meio ambiente, e que necessita modernizar-se através de um desenvolvimento nas bases da continuidade desta relação. Todavia, distanciando-nos de uma simples reflexão da posição social e política deste autor, pretendemos conhecer principalmente seu itinerário intelectual e, assim, identificar quais as matrizes teóricas que contribuíram para a formação da sua perspectiva sobre a Amazônia brasileira.

Para Bastos (2007), só é possível a busca pela compreensão das ideias a partir da busca pela recuperação da identidade histórica do texto, dando peso especial às intenções do autor no momento da escritura. Todavia, afirma ser possível ampliar ainda mais essa ideia perguntando-se sobre o sentido e os efeitos de desenvolvimento e da difusão das ideias em um determinado momento histórico.

Diante disso, tornou-se importante para a compreensão do objetivo geral da pesquisa, que consistia em compreender a ideia de Amazônia em Leandro Tocantins, conseguir estabelecer as relações entre as ideias do autor e as ideias que norteiam a Amazônia do século 20, ponto de partida necessário para compreender seu pensamento em uma esfera mais ampla.

Segundo Marilene Correa da Silva Freitas (2007), a tarefa de examinar as primeiras interpretações do Brasil ou da Amazônia se afirma no quadro de preocupações da própria constituição da sociologia como ciência e dos seus modos de legitimação que se reiteram até hoje.

Deste modo, para o alcance dos objetivos referentes ao desenvolvimento desta dissertação foi feito uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, das reflexões de Leandro Tocantins sobre a Amazônia, a partir da leitura de suas obras.

Composto de três capítulos, no primeiro, intitulado “**A Amazônia profunda e a Amazonotropologia de Leandro Tocantins**” realizamos primeiramente uma contextualização histórica da ideia de desenvolvimento como sinônimo de modernidade, ideia esta que adentrou no Brasil na segunda metade do século vinte e inseriu a Amazônia nas estratégias de desenvolvimento da nação.

Posteriormente, analisamos Leandro Tocantins como um intelectual que esteve próximo aos debates sobre a questão do desenvolvimento da Amazônia e a sua Amazonotropologia, como uma ciência a qual levaria o homem a encontrar-se integralmente em sua biocomunidade, pois aliaria o projeto de desenvolvimento aos elementos da cultura regional.

No segundo capítulo intitulado “**Cenário da Amazônia sob o olhar de Leandro Tocantins**” foi construída uma análise em torno das ideias registradas em tempos diferentes do autor. Em sua estrutura, foi feito primeiramente uma análise das concepções do jovem Leandro Tocantins, na sua primeira obra *O rio comanda a vida* (1968), escrita nos anos de 1950, pois nela sua interpretação debruça-se na ideia de que a sociedade e a cultura que se desenvolveram na Amazônia nasceram sob as bases de um “confronto”, onde as forças naturais eram mais fortes e condicionantes do ritmo de vida dos homens, reforçando a ideia euclidiana (2003), de que este homem, representado por Leandro Tocantins na figura do índio e do colonizador, constituiu um intruso impertinente, que se fixou neste espaço em hora imprópria, ou antes do tempo, quando a natureza ainda estava arrumando o seu “mais vasto e luxuoso salão”.

Na segunda parte, através da leitura da obra *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1982), escrito nos anos de 1960, analisamos um Leandro Tocantins mais preocupado com a história deste homem que tentava triunfar sobre a natureza, na tentativa de criar a civilização regional. Sua perspectiva sai da esfera do confronto e direciona-se para a percepção dos aspectos históricos do esforço criador do homem para a vivência e a convivência com a natureza dos trópicos úmidos.

E por fim relacionamos os dois tempos, isto é, as duas visões do autor em *O rio comanda a vida* e *Amazônia: natureza, homem e tempo*, onde demonstramos o Leandro Tocantins maduro e espiritualista principalmente na introdução da última edição atualizada de *Amazônia: natureza, homem e tempo*, escrita na década de 80, onde expõe uma proposta ecológica, enfatizando o quanto os processos de crescimento econômico deveriam procurar o equilíbrio entre: homem e natureza, para isso, aponta para a necessidade do casamento civil e religioso entre estes eternos nubentes. Deste modo, na última parte do capítulo foi feita uma reflexão em torno das ideias e os tempos do autor, os quais nos deram pistas para que pudéssemos relacionar suas ideias a um diálogo profícuo com estudiosos contemporâneos sobre a relação homem e natureza.

No terceiro capítulo intitulado “**Leandro Tocantins e as discussões sobre o meio ambiente**” fizemos uma contextualização histórica e social dos processos que inseriam a Amazônia no centro dos debates mundiais desde o período da colonização. E sob este contexto analisamos o pensamento de Leandro Tocantins registrado no livro *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1982), como concepções que dialogavam com as ideias contemporâneas sobre o futuro da região amazônica. Com isso, identificamos através da sua Amazonotropologia, sugerida desde seus primeiros ensaios sobre a região, que este autor dialogou com outros autores e outras ideias que também anunciaram a necessidade dos modelos de desenvolvimento virem a se adequar às realidades sociais, culturais e ambientais de determinadas regiões, tais como o ecodesenvolvimento.

Tudo demonstra uma preocupação de Leandro Tocantins, o qual pressentia que o desenvolvimento sob a égide do capitalismo mundial e da tecnologia poderia levar a práticas nefastas sobre a região. E por considerar-se um representante da Amazônia, sugeria a preservação do mundo que aos homens foi oferecido “íntegro e harmonioso, sincero em manifestações culturais, potentemente situado em recursos naturais e bíblicamente transfundido em passagens atemporais” (1982, p. xxviii).

Deste modo, é possível perceber que as ideias de Leandro Tocantins parecem ultrapassar os limites de sua época chegando a um diálogo com as ideias que também enfatizavam a necessária relação dialética entre homem e natureza nos processos de desenvolvimento.

## Capítulo 1

### A Amazônia profunda e a Amazonotropologia de Leandro Tocantins

#### 1.1. Desenvolvimento como projeto de modernidade

Todo período histórico possui uma expressão ou uma palavra que norteia o ideal das mentalidades humanas. A partir do século 17, sob a égide do mercantilismo e mais tarde com o surgimento da ciência econômica, a palavra em voga era “progresso”. Esse ideal, no entanto, durou mais ou menos até a primeira metade do século 20, quando a partir do fim da segunda guerra mundial a palavra de ordem no mundo passou a ser desenvolvimento. No Brasil, a lógica não foi diferente, era preciso estabelecer as mudanças necessárias para que as regiões do país se desenvolvessem, e este desenvolvimento só seria produzido pelo processo de industrialização. Logo, as palavras mais difundidas nesse período passaram a ser industrialização e desenvolvimento.

Todavia, a palavra “progresso”, do latim *progressus*, etimologicamente significa andar para frente, e com a ascensão da ciência e da tecnologia este termo fundamentou-se na ideia de que o mundo poderia ser um objeto puro do sujeito humano, isto porque através do conhecimento das leis naturais o homem poderia possuir a natureza em favor de suas próprias necessidades. Associado ao controle e domínio da natureza, o termo progresso logo foi acompanhado também do termo “desenvolvimento”, que por sua vez, está relacionado a crescimento, que seria a transferência de um estado de pequenez para outro de grandeza, como se pode ver em grande parte da literatura *ecolinguística*.

Deste modo, podemos perceber que historicamente o termo desenvolvimento esteve associado ao progresso, visto que para que ocorresse o crescimento, ou desenvolvimento era necessário o domínio material. Por outro lado, também vale ressaltar que por mais que crescimento seja sinônimo de desenvolvimento, contudo, não representam casualidade entre ambos, pois as experiências mostram que crescimento econômico, nem sempre é sinônimo de desenvolvimento socioeconômico.

É certo que existe uma vasta literatura sobre o conceito de desenvolvimento. Todavia, não cabe aqui realizarmos um levantamento das muitas perspectivas sobre este conceito na tentativa de elaborar mais uma definição transdisciplinar. Mas vale assinalar que, do ponto de vista econômico, a discussão sobre o desenvolvimento geralmente está

relacionada à elevação dos níveis de produção e de produtividade, o que pode vir muitas vezes a não corresponder aos aspectos éticos, sociais, culturais e ambientais.

Quanto aos aspectos éticos, Alessandro Candeas (2010) afirma que o debate sobre o desenvolvimento não deve se concentrar apenas nos meios, mas deve envolver também os fins. Neste sentido, o desenvolvimento humano não deverá preocupar-se somente com o crescimento econômico, mas também com a busca pela igualdade na repartição dos benefícios desse crescimento com vistas à satisfação das necessidades humanas.

Sob esta perspectiva, podemos afirmar que desenvolvimento será todo processo de evolução socioeconômica com vistas à realização de fins coletivos ligados à melhoria de vida e de bem-estar, portanto, vem referir-se também à concretização e à otimização daquilo que cada sociedade tem como potencial, isto é, a solidificação das virtudes culturais e ecológicas de uma comunidade.

Leandro Góes Tocantins percebeu esta constante quando ao analisar a Amazônia, que na segunda metade do século 20 se encontrava mergulhada entre as preocupações sobre o crescimento econômico da nação, declarou através do pensamento impresso em suas obras, que por suas imensas riquezas naturais, a região poderia muito bem contribuir para este processo de crescimento, desde que estivesse acompanhado de um verdadeiro desenvolvimento das potencialidades regionais. Que no caso amazônico se dá em torno da preservação da essência de sua sociedade, que era totalmente ligada à vida em associação entre o homem e a natureza, características da própria cultura regional. Neste sentido afirma,

Plantas, animais, criaturas humanas desenvolvem-se juntas, dependem extremamente uns dos outros. A floresta, os rios, os igapós, os paranás, os igarapés, os lagos, com seus povoados vegetais seus animais, envolvendo o homem numa teia de interesses, de necessidades e de competições. O que faz vislumbrar na Amazônia aquele “organismo vivo” no qual “operam harmoniosamente vários sistemas vivos o vegetal, o animal, o humano” (TOCANTINS, 1982 p. 45).

Diante desta percepção de Leandro Tocantins, torna-se impossível pensarmos em desenvolvimento sem pensar em cultura, visto que em todas as etapas do desenvolvimento é possível perceber a sua importância, desde a escolha dos meios, até à definição dos fins a serem alcançados pelo crescimento. Todavia, o problema se dá no fato de que muitas vezes este desenvolvimento é concebido somente como crescimento

econômico, percepção esta que pode vir a olhar a cultura como uma facilitadora ou como uma limitação para o seu processo.

Mas até que ponto a cultura deixa de ser vista como facilitadora e passa então a ser considerada um obstáculo ao progresso? Para dar resposta a essa indagação recorreremos primeiramente aos antecedentes históricos do próprio conceito de cultura.

Segundo Laraia (2001), no final do século XVIII o termo *Kultur* era atribuído a todos os aspectos espirituais de uma sociedade, enquanto a palavra *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Estes dois termos foram enfim sintetizados por Taylor no vocábulo inglês *Culture*, que engloba todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem membro de uma comunidade.

Todavia, no século 20 o conceito de cultura passou a ser visto então como meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. Pois, de acordo com Laraia (2001), diferentemente dos outros animais, o homem não modifica seu aparato biológico na tentativa de se adaptar aos espaços, mas sim, modifica seu equipamento superorgânico transformando toda a terra em seu habitat. Com isso, pode-se afirmar que a cultura, mais do que a herança genética, determina o comportamento dos homens e justifica as suas realizações materiais e imateriais, pois estes passam a agir de acordo com os padrões culturais transmitidos a todos os seus membros.

Vemos que em Leandro Tocantins (1969) cultura é o resultado de um processo de humanização. Isto porque, para este intelectual, a cultura deve ser entendida como um sistema de ideias globais resultantes do aproveitamento das virtudes criadoras, das energias de espírito, dos poderes de inovação ou renovação que se encontram na natureza humana através dos costumes e juízos de valor que se observam na sociedade, dos quais também fazem parte os valores eruditos e através de atitudes e de modos de agir entre os homens e os homens e o meio.

Deste modo, acredita que o fenômeno cultural deve unir-se ao conjunto de realizações e de aproveitamentos de valores, sejam eles técnicos, científicos, literários, artísticos e folclóricos para criar melhores condições de vida espiritual e material. Sob este aspecto, Tocantins destaca a cultura dentro de um sentido dinâmico, modernamente construtivo que visa o futuro do homem, o que nos permite assinalar que este autor via a na cultura o elemento central do desenvolvimento.

Na obra *Vida, Cultura e ação* (1969), afirmava em prefácio que pretendia despertar, principalmente nos universitários, uma maior sensibilidade pelos valores

espirituais da vida brasileira. Valores que, embora pareçam arcaicos as mentes menos dispostas a considerar o novo relacionando-se de forma intrínseca com o velho, atuam e influenciam na vida nacional. Neste sentido,

[...] Valores que podemos cultivar com espírito moderno, deles extraindo a substancia que nos leve a saudáveis recreatividades, sob o estímulo da consciência-tempo do tempo que estamos vivendo. Nunca, porém, tradição no sentido de nos apegarmos a fórmulas passadistas, a ideias esclerosadas, a estruturas obsoletas (TOCANTINS, 1969, p. 12).

Neste aspecto, a cultura torna-se um veículo de transposição e de compreensão entre a essência do valor criado e sua transformação dinâmica e moderna em valor novo, demonstrando que para este autor a cultura vai muito além da esfera da antropologia ou sociologia e adquire um claro sentido político. Desta forma, em um contexto de “imperialismos culturais”, Tocantins veio dedicar-se intensamente à questão da cultura amazônica, por muitas vezes ameaçada pelos ditames das ideias globalizantes.

Em seus estudos sobre a formação desta cultura ou por outros termos, do processo de humanização do espaço amazônico, chegou à conclusão de que a omissão ou o esquecimento das tradições culturais que revelam a constante inter-relação entre homem e natureza poderia fazer com que os processos de desenvolvimento para a região entrem em uma realidade predatória.

Todavia, devemos considerar também que o fato de Tocantins destacar a necessidade de preservação da cultura amazônica não se faz suficiente para o entendermos como um autor conservador, que concebe cultura como um elemento estático e imutável. Pois, através dos próprios processos históricos de formação desta cultura, o autor revelou que a mesma é fruto de um processo de inter-relação entre outras culturas, mais propriamente a do português colonizador com a do indígena, tal como afirma em *Vida, cultura e ação*.

O aparecimento de uma cultura híbrida amazônica deveu-se à interferência colonizadora do português na região, desde que, nem franceses, ingleses e holandeses freqüentadores do estuário amazônico, durante o início do século XVII, onde montaram feitorias comerciais, não deixaram nenhum sinal de cultura. Do mesmo modo os espanhóis, descobridores do estuário amazônico e os primeiros que desceram o grande rio, dos Andes ao Atlântico (TOCANTINS, 1969, p. 41)

Desta forma, vemos que o processo de construção da sociedade brasileira, da qual obviamente a Amazônia faz parte, herdou a complexidade da formação portuguesa combinada com a contribuição cultural de ameríndios, africanos e outros, revelando que nenhuma cultura é estática ou imutável, pelo contrário é fluxo constante de influência, ao mesmo tempo em que é influenciada por outras.

De acordo com Laraia (2001), todo sistema cultural está em contínuo processo de modificação. Sendo assim, a mudança estimulada pelo contato com outras culturas não representa um salto de um estado estático para um dinâmico, mas, a passagem de uma espécie de mudança para outra mais brusca do que as mudanças oriundas das forças internas.

É natural ocorrer mudanças culturais em um povo, todavia, o problema se deu com a abertura dos fluxos mundiais, em particular no contexto do mundo moderno e industrializado, o qual acelerou os intercâmbios entre as civilizações, e assim, o impacto cultural das sociedades ditas “mais desenvolvidas”, que trouxeram sérios riscos de traumas às culturas dos povos chamados “menos desenvolvidos”. Neste aspecto, a interação entre as sociedades, ao invés de estimular uma troca equilibrada, acabou provocando uma influencia unidirecional.

É sob este aspecto que a cultura passa, então, a ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento, mas não a cultura dos povos “mais fortes”, mais sim, os aspectos culturais dos “dominados” que de forma preconceituosa foram frequentemente apontados como desprovidos de qualquer conhecimento que pudesse colaborar para o seu desenvolvimento.

Deste modo, a ideia de desenvolvimento como sinônimo de modernidade foi imposta como cruzada civilizadora que buscou impor sobre os “povos atrasados” um conjunto de novos valores semelhantes aos das sociedades afluentes. Com isso, tornou-se evidente o processo de aculturação que impunha-se sobre as culturas autóctones, as quais deveriam ser recriadas à imagem e semelhança das sociedades dominadoras. Pois, de forma equivocada, as sociedades dos países subdesenvolvidos, termo usado para a maioria dos países pobres, eram comparadas pelo raciocínio simplificador do dualismo moderno/tradicional com aquelas da Idade Média européia. Todavia, vale ressaltar que a desarticulação da economia e da sociedade feudal não foi tão brutal se comparada com a degradação identitária, a miséria e os impactos ambientais que muito foram vistos nos países que não acompanhavam o mesmo ritmo econômico dos mais ricos (CANDEAS, 2010, p. 42).

Ainda de acordo com esse autor, a ideia de desenvolvimento evoluiu profundamente no século XX sob a hegemonia dos países industrializados. Todavia, o desenvolvimento é um fenômeno que se formou desde o Renascimento, como meio para difundir este “processo civilizatório” em escala global, por isso seu conceito pode ser visto também como fenômeno histórico da expansão cultural, econômica e tecnológica do Ocidente, empregado aos discursos norte-americanos que a partir da Segunda Guerra Mundial (1945) em uma série de disputas estratégicas e conflitos indiretos com a União Soviética na chamada guerra fria, usou o conceito de desenvolvimento como justificativa ideológica para a afirmação de interesses estratégicos sobre os países “pobres” da América Latina, África e Ásia.

No Brasil as consequências se refletiram profundamente pois, pela lógica global, acreditava-se que, para atingir o desenvolvimento, deveria-se percorrer as mesmas etapas pelas quais já haviam passado os chamados desenvolvidos. Para isso, o Estado deveria desempenhar a função de principal agente indutor do processo, quer sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos quer investindo diretamente em setores fundamentais como infra-estrutura básica em suas regiões.

Com isso, as regiões do Norte e do Nordeste do Brasil foram consideradas as de situação mais grave, visto que o desenvolvimento nesses espaços não conseguiu acompanhar o ritmo dos outros estados brasileiros, já adequados à lógica global. Deste modo, uma das principais metas do planejamento econômico brasileiro no pós-guerra foi a redução das disparidades regionais.

Na tentativa de reduzir essas desigualdades e, assim, melhorar as posições das regiões mais pobres, foram implantados programas de infra-estrutura, transferências de receitas intergovernamentais, incentivos fiscais e políticas de outras naturezas nas regiões do Norte e Nordeste.

No Norte, segundo informações do Relatório de Pesquisa nº 39 do Instituto de Planejamento Econômico e Social – INPES (1978), a lei nº 1.806 (datada de 6 de janeiro de 1953), aprovada pelo Congresso em 11 de fevereiro de 1953, regulamentou o artigo 199, que dispunha sobre a criação de um plano de desenvolvimento regional para a Amazônia (Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA), concebido como um sistema de serviços e obras públicas destinado a reduzir a dependência regional da cultura extrativa concentrando esforços na ascensão da agricultura racional, industrial e mineração, enfatizando ainda a necessidade de acabar com o isolamento da

Amazônia pela criação de uma infra-estrutura nos subsetores Transporte e Comunicação.

Todavia, nos anos de 1960, a impotência da SPVEA foi tão evidente que ela teve que ser extinta e substituída por um órgão denominado (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM). Moldado as linhas da SUDENE do Nordeste, teve como diretrizes aplicar as séries de leis da Operação Amazônia promulgadas em 1966 e 1967. Deste modo, pretendeu aplicar uma política de industrialização substitutiva de importações baseada num rol de incentivos fiscais e créditos à iniciativa privada, apresentando também, um conteúdo geopolítico, que enfatizava a necessidade de povoar a Amazônia através de migração interna e colonização agrícola planejada.

A Operação Amazônia conseguiu chamar a atenção pública para os problemas da região, todavia, por volta de 1970, seus resultados concretos ainda eram difíceis de identificar, pois, mesmo a indústria sendo implantada com êxito na Amazônia, o modelo de industrialização via substituição de importações, tomado de empréstimo do Nordeste, não pode ser facilmente transferido para uma região de características tão marcadamente diferentes, fato este que ameaçou tolher ainda mais os esforços para acelerar o crescimento econômico e a ocupação da Amazônia.

Já os anos de 1970 a 1975 foram marcados por expressivo aumento do papel do governo federal na Amazônia. Tendo como lema a “integração nacional”, as políticas desse período estavam direcionadas a desenvolver um programa de construção rodoviária, juntamente com assentamentos de patrocínio oficial ao longo das vias principais. Como resultado, projetou-se a Transamazônica, estrada de 2.500 quilômetros que proporcionaria a ligação terrestre entre o Nordeste densamente povoado e o Norte pouco povoado.

Na tentativa de estimular a migração interna, o Governo Federal criou uma rede de comunidades agrícolas planejadas e ativamente recrutou possíveis colonos. No entanto, o modelo de industrialização via substituição de importações não havia sido abandonado, embora as prioridades se voltassem mais para o desenvolvimento de atividades de pecuária e mineração. Neste período, os planejadores do desenvolvimento puderam contar também com o suporte logístico proporcionado pelo RADAM, o qual se dedicou a cobertura do território amazônico através de imagens aéreas de radar captadas por avião, proporcionando com base na interpretação dessas imagens desenvolver estudos sobre o meio físico e biótico da região.

Diante de todos estes projetos, Mahar (1978) afirma que o lado positivo da era de “integração nacional” se deu no desenvolvimento da infra-estrutura que muito fez para acabar com o histórico de isolamento da Amazônia em relação ao resto do Brasil. Além disso, através do RADAM, muitos mistérios que norteavam os recursos naturais amazônicos foram desmistificados, revelando muitas alternativas viáveis à agricultura extrativa tradicional, incluindo-se entre elas os projetos de criação de gado e mineração na Amazônia oriental, bem como a Zona Franca de Manaus na parte ocidental da região.

Por outro lado, uma série de erros acompanhou os programas de desenvolvimento para a região. Os projetos para aceleração da ocupação, integração e o próprio desenvolvimento econômico a longo prazo, acelerou a destruição da fauna e da flora regional, bem como trouxe vários impactos sobre culturas de populações autóctones acompanhados de conflitos que geraram a morte de muitos membros dessas populações, visto que os fluxos migratórios espontâneos do Nordeste e de outras partes do Brasil trouxeram graves tensões sociais, devido a questões de posse da terra, em muitos casos não resolvidos até os dias de hoje.

Isso nos serve para demonstrar que os modelos de desenvolvimento pautados na lógica etnocêntrica dos países ricos podem ocasionar crises de vários aspectos nos países ditos mais pobres. Tal fato tornou-se evidente no Brasil quando o governo federal implantou os planos de desenvolvimento nas regiões mais “atrasadas” do país. Isso não quer dizer que tais ações foram totalmente inúteis diante das reais necessidades da sociedade brasileira, tanto que a Zona Franca de Manaus hoje é um exemplo de prosperidade que coloca a capital do Amazonas em uma posição de destaque em relação aos demais estados da região. Mas o que pode ser considerado como fator central de crises é o fato de que mesmo tendo que forçosamente se adequar à lógica global, pouco foi feito para aperfeiçoar a dinâmica do trabalho, da vida econômica e social dentro das constantes que caracterizam o espaço amazônico como um todo, isto é, dentro dos padrões culturais regionais, fato este que caracterizou e norteou as preocupações e o pensamento de Leandro Tocantins.

As políticas desvinculadas dos contextos locais e fundamentadas somente nos planos de desenvolvimento dos países ricos, apenas privilegiaram o desenvolvimento pautado no crescimento econômico, ignorando o elemento cultura, essencial no processo de desenvolvimento humano.

Neste sentido, destacamos Francisco de Oliveira (1981) que também atentou para a ameaça desse tipo de política desenvolvimentista sobre as regiões do Brasil. Em

sua perspectiva o Brasil por possuir uma estrutura de produção fundamentada nas leis provenientes da movimentação do capital, hierarquicamente subordinada ao capital internacional, fez com que suas regiões acabassem se transformando nas bases da produção capitalista, o que poderia ocasionar no completo “desaparecimento dessas regiões” através do poder “homogeneizador” do capitalismo.

Quando este autor cita o “desaparecimento das regiões” se refere à tendência para a homogeneização da reprodução do capital, isto é, a homogeneização do espaço econômico, sob a égide de seu processo de concentração e centralização que se dá através da chamada “integração” ao Estado nacional, que resulta na dissolução completa das regiões. Sob este aspecto, vemos que o conceito econômico e político de “região” choca-se não somente com seu conceito geográfico, que se baseia em características físicas, mas também ao conceito de regiões culturais.

De acordo com Oliveira (1981), do ponto de vista teórico a história política e social do Brasil é profundamente “homogeneizada” de acordo como a reprodução do capital em escala nacional a conduziu. Esse processo, no entanto, foi o responsável pela dualidade ou a multiplicidade que se deu a partir das diferenciações nos aspectos sociais e econômicos entre os estados do sul e sudeste dos estados do norte e nordeste do país, conseqüente da força diferenciada na herança histórica da expansão do capitalismo no Brasil.

Com isso, podemos afirmar que este processo criador de dois “*Brasis*”, caracterizado por um desenvolvido e o outro não desenvolvido, é também resultado de um imperialismo econômico homogeneizante que propôs uma espécie de “desenvolvimento” que, todavia, não se preocupou em adaptar-se às próprias pluralidades culturais e ambientais de cada região do Brasil. No entanto, vale ressaltar que este impacto não foi vivido somente pela nação brasileira, mas também por todas as nações que se submeteram ao modelo de desenvolvimento pautado na lógica capitalista, destacando-se mais particularmente as nações tropicais, histórica, sócio-cultural e ambientalmente diferentes das nações difusoras deste tipo de desenvolvimento, tais como os Estados Unidos e a Europa Ocidental (OLIVEIRA, 1981).

Leandro Tocantins vai além da interpretação simplista de que o Brasil configura-se somente como os desenvolvidos do Sul e Sudeste e os sub-desenvolvidos do Norte e Nordeste, quando afirma (1969) que este país possui uma fisionomia antes pluralitária do que unitária, no que se refere a sua realidade sociocultural ou socioecológica, o que veio implicar profundamente nos processos de desenvolvimento das regiões.

Neste sentido, Tocantins considera a Amazônia como uma terra que contrasta com os outros Brasis, inclusive o do Nordeste, pois, sua cultura e sociedade, historicamente, fundamentaram-se numa relação íntima com o meio ambiente, tendo na figura dos rios elementos centrais e desencadeadores do próprio processo econômico que se desenvolveu na região, visto que suas estradas foram suas hidrovias, contrastando com a sociedade nordestina, por ser “uma sociedade flutuante – no sentido de movimentar-se pelos rios -, móvel, inquieta. Oposta à sedentaridade dos grupos sociais do nordeste” (TOCANTINS, 1969, p. 40).

Em sua perspectiva, os processos de inter-relações e interdependência entre o homem e a natureza fizeram nascer a cultura amazônica, que, tomada no sentido mais amplo da sociologia e da antropologia, é vista pelo autor como originária da vida em associação, que concorreu para uma potencialidade total do grupo social. Com isso, Tocantins aponta a necessidade de se construir e se manter instituições e métodos de desenvolvimento associados à realidade nacional e aos espaços culturais regionais, ou seja, é necessário ir às raízes culturais do próprio povo e sentir o processo de seu desenvolvimento histórico, seja na arte, na política, na literatura, na ciência, na tecnologia, enfim, em todos os setores da vida, para que se possa atingir o perfeito equilíbrio entre as tendências reveladas ao longo da história e o sentido modernizante que o tempo pede.

Para o autor, a preservação de uma cultura não significa insistir em uma atitude tradicionalista, que se preocupe somente em valorizar a herança social transmitida, em detrimento dos novos valores culturais. Ao contrário, deve-se preservar os valores culturais porque mesmo diante das dinâmicas modernas, são os valores tradicionais da música, da arquitetura, da culinária, do folclore e da própria relação do homem com a natureza que se guarda os significados mais profundos da vida de um povo.

Sob este aspecto, Tocantins (1969) ressalta que a cultura também está integrada ao desenvolvimento global do país, porque é intrínseca as formas de vida do grupo nacional. Deste modo, para ocorrer um desenvolvimento pleno das virtudes humanas, chama atenção para o cuidado com a assimilação de ideias e de padrões oriundos de fora, pois somente a cultura de um povo, revela a ação dinâmica do homem na história, tendo como seu fim o próprio serviço ao homem, o que nos garante afirmar que para Tocantins o desenvolvimento também é um processo cultural, e que deve surgir no interior de cada sociedade, tendo a cultura como seu ponto de partida.

Todavia, vemos através da história que um dos maiores empecilhos à construção de um ideário original para o desenvolvimento do Brasil, ajustado ao seu perfil ecológico e cultural foi o fenômeno destacado por Roberto Schwarz como “idéias fora do lugar”. Ao analisar a forma literária e o processo social nos inícios do romance brasileiro, Schwarz aponta em sua obra *Ao vencedor as batatas* (2008), que no Brasil as ideias eram formadas sempre de fora para dentro. Sua explicação para esse deslocamento se dá no próprio âmbito da história, pois as ideias que norteavam o Brasil como nação eram fruto das relações de produção e do parasitismo do país, da dependência econômica e de seu par, da hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital.

Sob a “missão” regionalista de situar a autenticidade da Amazônia ao complexo regional brasileiro, Tocantins tenta combater a simples importação de ideias, através de um “nacionalismo consciente”, segundo afirma em *A formação histórica do Acre* (1979).

Por ter participado de perto dos projetos de desenvolvimento para a região, quando assumiu o papel de assessor do primeiro Superintendente de Valorização Econômica da Amazônia, Arthur Cezar Ferreira Reis, chamou atenção para a necessidade de atrelar o ideal desenvolvimentista aos aspectos culturais do povo amazônico. E por estar inserido no espaço da administração pública, criticou também as classes políticas desatualizadas das reais necessidades da nação. Neste sentido afirma que,

É possível que uma das causas da “crise brasileira” seja esta: o descompasso de uma classe política desatualizada, e ideias e processos arcaicos, que teimam em manter privilégios, estruturas e métodos de ação superados pelo tempo, sem nenhuma correspondência com a evolução social e os anseios da coletividade. (TOCANTINS, 1969, p. 14).

Tocantins denuncia que muitas instituições e métodos políticos desassociados da realidade nacional foram construídos e mantidos por muito tempo sobre a nação por meio de uma “ingênua ignorância” e “enfatuada presunção” política. Com isso, ressalta a figura dos intelectuais, campo ao qual o próprio Tocantins estava inserido, como capazes de dar indicativos para uma política que envolve ideias ou sistemas de ideias que dinamizem e tornem progressistas as instituições, de acordo com o ideal social de cada época e de cada espaço cultural.

Em sua perspectiva (1969), somente a inteligência do Brasil seria capaz de anunciar a harmonização dos fatores econômicos (desenvolvimento), a fatores sociais e culturais, o que vem possibilitar a construção de um futuro desprendido das ideias ilusórias de ajudas externas, que inclui uma despersonalização, oriunda da adoção sem cautela do artifício do estrangeirismo, falseando o espírito nacional com novidades que não correspondem ao modo de ser do povo e da nação.

Ao recusar-se aceitar passivamente a influencia de ideias importadas, Tocantins indica como critério para um desenvolvimento compatível com as peculiaridades dos trópicos úmidos amazônicos a Amazonotropologia. Esta Amazonotropologia seria um campo de estudos fundamentado nos padrões exigidos pelas condições do meio e no processo de adaptação do homem neste espaço, que teria como objetivo propor a aplicação prática de seus estudos, análises, pesquisas e projetos nas políticas de desenvolvimento da região. Tal como afirma em seu livro *Vida, Cultura e Ação*,

No curso sobre a problemática amazônica, lembrei – lançando pioneiramente a ideia, - a necessidade de um esforço brasileiro para a criação de um novo campo de estudos: a Amazonotropologia, em que fossem incluídos os problemas globais da área, com objetivo científico de aplicar esses conhecimentos em proveito do próprio meio e de acordo com as necessidades regionais. Uma Amazonotropologia que seria um desdobramento da lusotropologia recomendada pelo professor Gilberto Freyre, pois a Amazônia é um trópico singular (TOCANTINS, 1969, p. 48).

## **1.2 A Amazonotropologia de Leandro Tocantins**

Tomando por base a ideia de que o Brasil constitui um arquipélago de ilhas diferenciadas cultural e ambientalmente, localizadas no mesmo espaço tropical, Leandro Tocantins (1969) ressalta que a região amazônica é vista por estudiosos do trópico, tal como Gilberto Freyre, como um trópico anfíbio, a diferenciar-se dos outros trópicos brasileiros, trópicos úmidos e trópicos secos. Assim, antes de explanarmos a concepção de Leandro Tocantins sobre o trópico amazônico, torna-se relevante destacar primeiramente as ideias que nortearam o pensamento sobre o conceito.

Durante muito tempo, o trópico amazônico foi considerado como área que abrigava a maior biodiversidade do planeta, mas que por outro lado apresentava-se como área subdesenvolvida quanto ao seu aspecto socioeconômico, e exótico quanto às culturas dos povos que nele habitavam.

Sob uma perspectiva preconceituosa, afirmava-se que a impossibilidade dos países localizados nos trópicos alcançarem um futuro de êxito, quanto os seus aspectos sociais, econômicos e políticos, decorria do clima adverso, das populações de raça “inferior” a do europeu caucasiano e do “exotismo” de suas culturas. A prova disso, está nos próprios dicionários europeus, que explicavam os elementos dos trópicos sob uma perspectiva que inferiorizava os aspectos da sua realidade. Tal como podemos ver no dicionário *Le Nouveau Petit Robert* (apud Freitas Pinto, 2008, p.84), o qual define o verbete “exótico” como: “estrangeiro, que não pertence às civilizações do Ocidente; que provém de países distantes e quentes; planta exótica, tropical. Frutos exóticos: manga, kiwi, mamão, lichi; jardim exótico, onde crescem plantas dos países quentes”. Já como “exotismo”, define o gosto pelas coisas exóticas, modos, costumes e formas artísticas dos povos distantes.

Diante desta definição, é possível perceber um forte sentido eurocêntrico de significações ocidentais que historicamente levaram, segundo Candeas (2010), a humanidade que se acreditava já completa acabar por tomar consciência de que havia uma vasta extensão do planeta que abrigava povos em idade “infantil”. Com isso, o trópico exerceu de um lado, uma preocupação em relação aos povos descobertos, estimulando a reflexão sobre o estado inicial da civilização humana, de acordo com os mitos do paraíso perdido e do bom selvagem, contrastando com os vícios da modernidade e os sangrentos conflitos da Europa. E do outro lado, provocou também o sentimento de horror da barbárie e dos relatos violentos que chegavam a respeito das populações recém descobertas, que recordavam práticas da Europa primitiva há muito superadas.

Todavia, como um elemento usado para caracterizar o trópico, a idéia do exótico, segundo Renan Freitas Pinto (2008), mesmo que presente nas mentalidades desde a Antiguidade e a Idade Média, é essencialmente moderna, e se fixou de maneira incisiva durante o processo de ocidentalização do mundo, com a demarcação e a acentuação da fronteira Ocidente-Oriente que ocorreu nos últimos quatro séculos, mas que se concentrou no século 20.

Contemporânea do processo de constituição e desenvolvimento do que se compreende ou se imagina como Ocidente, civilização européia e tempos modernos, a ideia sobre exótico e exotização foi-se ampliando, se estabelecendo e se fazendo presente no discurso da literatura, das artes e da ciência como uma linguagem comum.

No Brasil, essa visão determinista e preconceituosa a respeito do trópico esteve presente nas mentes das gerações modernas devido à formação europeia de seus intelectuais. Estes, que em sua maioria faziam parte das elites dominantes, assimilaram tal visão não somente na literatura, mas também na economia, com a incorporação de teorias consideradas clássicas, totalmente estranhas às particularidades locais.

Essa atitude intelectual, denominada por Schwarz (2000), de idéias fora do lugar e por Cândido (2010), de mentalidade colonizada, representava uma total descrença à capacidade nacional de refletir de acordo com a sua própria produção de conhecimentos, levando a considerar a importação de modelos de fora como suficiente na resolução dos desafios nacionais.

Alessandro Candéas (2010), em seu estudo sobre a tropicologia de Gilberto Freyre, afirma que estas teorias a respeito do trópico enfatizavam que os países periféricos, tais como o Brasil, seriam incapazes de desenvolver economias industriais, pois suas condições ecológicas e a mistura de raças os condicionariam e subordinariam a simples condição de fornecedores de matéria-prima. Todavia, tal contexto acabara por estremecer quando Gilberto Freyre ousa escrever uma história da formação social do Brasil enfatizando o “sucesso” da civilização nacional, a partir da assimilação de aportes africanos, ameríndios e europeus no ambiente dos trópicos. Deste modo, inicia sua jornada concentrando-se na busca pela identidade nacional, partindo da história da formação social do Brasil, marcada pela mestiçagem e pela formação cultural e social híbrida, que foram as bases de suas obras *Casa grande e senzala* (2003) e *Sobrados e mucambos* (1999).

Sua inquietação era com a ameaça à destruição do patrimônio cultural resultado dessa mistura de raças e da herança ibérica<sup>1</sup> – elementos considerados causadores do atraso nacional - o que o fez reagir com a sua melhor arma: a construção de uma mentalidade científica sintetizada no termo tropicologia. Todavia, a necessidade de defender sua cultura foi motivada também pelo avanço do nazismo na Europa, pois, segundo ele, os verdadeiros conflitos não se davam na esfera das nações ou Estados, mas entre as culturas. Com isso, apregoeou que Brasil e Portugal tinham o dever de proteger a herança da civilização lusotropical contra os imperialismos etnocêntricos.

---

<sup>1</sup> Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Raízes do Brasil*, publicada em 1936, demonstrou um posicionamento semelhante ao de Gilberto Freyre quando constata que os portugueses por possuírem ausência de qualquer orgulho de raça, diferente dos europeus do norte, puderam facilmente miscigenar-se e adaptar-se ao trópico.

Neste contexto, suas reflexões eram claramente fixadas para o futuro, onde buscou afirmar o potencial dos povos tropicais e não somente os lusófonos (CANDEAS, 2010).

Diante da defesa da identidade lusotropical, visto que enxergava o português como o único que se propôs a confraternizar-se com os povos do trópico, Freyre buscou estabelecer um novo conceito de tropicalismo criando a noção de lusotropicalismo, nascida da experiência ibérica no Brasil. Todavia, a necessidade de inserir neste novo conceito um caráter científico – saído da sistematização de estudos históricos, antropológicos, sociológicos e ecológicos – incentivou Freyre a evoluir do lusotropicalismo em direção a lusotropicologia.

Bastos (1986) interpreta a lusotropicologia de Freyre como uma proposta, um saber novo marcado pelo ecletismo – na definição do objeto, do universo analítico, do campo de ação, da utilidade das teorias – um novo ramo das ciências sociais. Mais ainda, é uma proposta de união da sociologia e da antropologia que, dadas as características específicas da sociedade brasileira, seriam as únicas capazes de compreender o Brasil, tomando como base os traços de plasticidade, mobilidade e adaptabilidade do português, o que poderá auxiliar significativamente nas definições de políticas de ações.

Em resumo, a função do lusotropicalismo era a descrição e a explicação. Já a função da lusotropicologia é a de aplicar a ciência ao planejamento político, econômico, social e ecológico do Brasil. Entretanto, Candéas (2010) afirma que sob o intuito de libertar a lusotropicologia da associação com o imperialismo salazarista, devido às guerras da independência na África do domínio português, Gilberto Freyre acabou por dar-se conta da necessidade de se desvencilhar da ideologia imperialista portuguesa, substituindo em 1961, na conferência “Homem, cultura e trópico”, o termo lusotropicologia por tropicologia, caracterizando esta ciência como a sistematização de estudos sobre o homem no trópico.

Leandro Tocantins também compartilhava com Freyre certa admiração pelo caráter do português. Acreditava que a construção da cultura amazônica devia-se, além da relação que o índio já mantinha com a natureza, também ao comportamento do português colonizador juntamente com o religioso missionário, que não se teriam comportado na Amazônia de modo a destruir a cultura indígena e a impor imperialmente a sua, tal como teriam feito os espanhóis em outros países da América Latina ou os ingleses na América do Norte, mas sim, relacionaram-se com o indígena na

tentativa de aprender com estes como lidar com o meio natural tão adverso em relação ao ambiente do nordeste, primeiramente por eles explorado.

O colonizador português encontrou na Amazônia meios e modos de caboclar-se através da vivência harmoniosa com o meio, e da absorção dos vários costumes da região como resultado da sua capacidade de mesclar-se cultural e etnicamente. E isso foi um dos motivos que ressaltou a importância dada tanto por Freyre quanto por Tocantins à participação do português no processo de formação da cultura brasileira, visto que, o português não apenas impôs sua cultura em detrimento da local, mas sim, deteve-se primeiramente ao conhecimento, para um melhor aproveitamento da região através da aproximação ao índio.

Como se pode ver, os complexos culturais do Nordeste e do Norte são vistos por estes dois autores como frutos da adaptação do português ao meio físico tropical. Suas visões se justificam na mobilidade, miscibilidade e na aclimatabilidade com que os portugueses se apresentaram diante dos trópicos, permitindo uma formação social híbrida que ao mesmo tempo conseguiu equilibrar os antagonismos de raça e cultura com os do meio físico (RIBEIRO, 2010, p. 16).

Sob este aspecto, sabemos também que por trás dessa mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade dos portugueses, houveram acontecimentos que não poderiam ser negligenciados em seu processo de colonização, tais como a morte de muitos indígenas, tanto por meio dos conflitos durante o choque das culturas, quanto pelas doenças trazidas pelo europeu, como a gripe e a sífilis.

As ideias de Leandro e Gilberto comungam com as ideias dos outros intelectuais do pensamento social brasileiro comprometidos com a questão do *problema* nacional. Todavia, na esteira desse processo de busca de “auto-entendimento” apontamos a figura de Manuel Bonfim, antes situado à margem do processo de construção do pensamento nacional, hoje, porém visto como “fundamental” para o seu entendimento, pois nos revela uma contraposição necessária a formação deste pensamento sobre o Brasil. Sua voz dissonante foi silenciada durante muitos anos por discordar do pensamento hegemônico, afirmando que a causa do atraso nacional foi à colonização “parasitária” portuguesa e o *conservantismo das classes dirigentes* que impediam as mudanças necessárias.

Médico de ofício e historiador por opção, desde 1905, com sua obra *América Latina: males de origem* (1993) esforçou-se por apresentar as consequências do parasitismo das metrópoles espanholas e portuguesas sobre as colônias americanas, o

qual foi capaz de gerar inúmeros conflitos na vida social, econômica e moral das mesmas.

Em sua perspectiva, a ambição do colono e a voracidade da metrópole eram insaciáveis, tanto que para as colônias vieram inúmeros aventureiros gananciosos, com o pensamento de enriquecer depressa e sem muito trabalho. Desta forma, caçaram implacavelmente o indígena, sob a desculpa de que eram antropófagas algumas tribos, estabeleceram a venda dos capturados, normalizando o cativo e sistematizando uma espécie de parasitismo, que era o fato de apenas uns trabalharem enquanto outros, mais especificamente a metrópole portuguesa apenas se aproveitava da riqueza dos territórios colonizados sem o mínimo esforço.

Esse parasitismo, no entanto, gerou inúmeras consequências, principalmente para estas populações, pois de acordo com Bonfim [1905], as reduções, as missões e os aldeamentos, deram conta de cuidadosamente explorar e sabiamente fanatizar e embrutecer o indígena. Este que, em Bonfim fora vencido, devido aos ataques e a escravidão nunca, porém, se submeteu, pois sempre comportou-se intratavelmente, lutando e respondendo ao massacre, com represálias. Todavia, nessa luta entre o branco perverso e implacável, e o indígena feroz e inumano, o índio quase sempre saía como perdedor.

Mesmo tendo a colonização portuguesa no Brasil apresentado inúmeras falhas. Estas não foram, porém, suficientes para retirar o mérito luso, dado por autores como Gilberto Freyre, Leandro Tocantins, Arthur Cezar Ferreira Reis, dentre outros que aplaudiram tanto o caráter do colonizador, responsável pelo aspecto multirracial dos trópicos, quanto o tipo de colonização realizada pelos portugueses no Brasil e na Amazônia. Neste sentido,

Foram os portugueses o único povo europeu que dominou a região e fez valer suas constantes culturais, através de seus colonos, de seus homens de Estado, das ordens religiosas. Apesar dos sessenta anos de unificação das coroas ibéricas, sob o domínio da Espanha filípica, nada aconteceu no extremo-norte brasileiro, erigido em Estado do Maranhão e Grão Pará por Filipe IV da Espanha e III de Portugal, que pudesse perturbar o mínimo êsse tranquilo e permanente domínio étnico – cultural, associado aos grupos indígenas. Do que resultou a miscigenação biológica e a interpenetração cultural que têm sólida permanência na sociedade amazônica (TOCANTINS, 1969, p. 41).

Sob este aspecto, Tocantins enfatiza que os processos culturais da sociedade amazônica não estão, e nunca estiveram, estagnados, pelo contrário, sempre apresentaram aspectos dinâmicos nas relações entre culturas, sempre se movimentando

em harmonia com as constantes naturais. Fato este que sustentou sua ideia de que na elaboração de qualquer programa ou plano de desenvolvimento para modernizar a Amazônia se faz necessário considerar também os elementos históricos que fundamentaram a cultura da região, frutos da relação entre o homem – português colonizador e o indígena – e a natureza.

Atento aos acontecimentos de sua contemporaneidade, alerta que caso não haja esse comprometimento, acima de tudo por parte dos poderes públicos, as pressões demográficas, as pressões econômicas e as pressões políticas, poderão dar abertura às reivindicações de povos mais fortes, que de mil maneiras saberão conduzir os seus propósitos em nome da humanidade.

A ideia de revelar à nação brasileira a realidade do meio físico e da humanidade amazônica não foi pioneira de Leandro Tocantins, muitos outros já haviam reclamado a atenção nacional para essa parte do Brasil. Na Amazônia, dentre outros, destacamos Arthur Cezar Ferreira Reis (1972), que também ressaltou algumas críticas em torno da necessidade de um reconhecimento mais apropriado do Brasil pela região amazônica.

Precursor do lusotropicalismo na Amazônia, Ferreira Reis recorreu ao passado histórico do papel do português no mundo tropical, para entender que tipo de sociedade se desenvolveu nesta região. Sob esta perspectiva, concluiu que a própria experiência dos homens que viveram e se realizaram na Amazônia, demonstra que a região como trópico pode ser conquistada e transformada. Mas para que isso ocorra definitivamente aponta a necessidade de conhecê-la e *possuí-la* mais densamente. Neste sentido, ressalta a importância de

[...] se proceder, portanto, a fim de que se torne efetiva e realista a ocupação da Amazônia, a um inventário da Amazônia brasileira, revelando-a, na sua realidade, como mundo tropical e empório de matérias primas, região cuja integração representa em nosso entender grande operação geo-política do futuro, importando na maturidade brasileira. A estratégia a ser adotada, a qual deve ser esquadrihada e realizada por nós próprios, brasileiros, e sob nossa orientação e decisão conquanto aceitemos aqueles que conosco venham colaborar, naquelas condições, e com intenções nítidas de cooperação, visando a modificar, através da ciência e da tecnologia, os quadros em que ela se nos apresenta no momento. Os organismos nacionais, de ciência e de pesquisa, devem por conseqüência, ser aparelhados e assistidos efetivamente pelo governo da União, para desincumbirem-se de tão importante missão (REIS, 1972, p. 17).

Entretanto, em sua perspectiva sobre a história desta região enfatiza também a luta permanente contra a cobiça internacional, tema que empresta o título e o conteúdo a sua obra *A Amazônia e a cobiça internacional* (1982). Diante da história de fragilidade da soberania do Brasil sobre a Amazônia desde a colônia, divulga neste trabalho o tema da obstinação do colonizador português em defendê-la, como um exemplo que deveria ser seguido pelos brasileiros para a defesa naquele presente período (segunda metade do século 20).

Para isso, sugere que a melhor forma seria conhecendo e integrando de fato a região à nação através de investimentos em pesquisas que pudessem amparar a região através da ciência e de tecnologias voltadas exclusivamente para a Amazônia. Dessa ideia nasceu, em 1952, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) tendo mais tarde como presidente Arthur Cezar Ferreira Reis, então Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

A criação do INPA é consequência direta do fracassado projeto de fundar em Manaus um instituto científico internacional, batizado de Instituto Internacional da Hiléia, coordenado pela UNESCO, que delegaria, segundo Reis, poderes de pesquisas, descobertas e segurança da região amazônica em mãos de estrangeiros, episódio este que alinhou as forças políticas e intelectuais regionais e nacionais em torno de questões como ciência e soberania na fronteira amazônica.

Tocantins também se manifestou contra a execução deste projeto. No prefácio da terceira edição de *O rio comanda a vida* (1968), afirma que o nascimento desta obra, lançada pela primeira vez em 1954, é fruto também do repúdio ao episódio do Instituto Internacional da Hiléia, pois suas primeiras páginas foram escritas quando se iniciou a campanha pela criação deste Instituto, que tinha como missão, conhecer intimamente o país e a região através de uma cooperação científica entre várias nações.

Gilberto Freyre e Arthur Cezar Ferreira Reis são dois personagens marcados pelo mesmo intuito de compreender, analisar e interpretar o passado do Brasil em função da capacidade criadora do português em fixar-se e integrar-se nos trópicos. Tocantins também segue aspectos desta corrente, contudo, não o consideraremos como mais um lusófilo da Amazônia tal como Reis, que apontava o posicionamento do português durante a colonização como um exemplo a ser seguido pelo povo brasileiro contemporâneo aos ideários de modernização e desenvolvimento. Em Tocantins, a lição que o português colonizador foi capaz de nos deixar, é justamente a sua capacidade de se relacionar com as populações autóctones e a natureza, compondo os elementos

culturais da Amazônia, elementos estes que em sua perspectiva não se apresentam como rígidos no encontro com novos valores, novas formas de pensar e de se apresentar diante dos imperativos que o tempo apresenta.

Em sua perspectiva, a Amazônia não estaria completamente estagnada como se o tempo não avançasse sobre esta região. Pelo contrário, a modernidade proporcionaria novas necessidades à sociedade que nela se desenvolveu, necessidades estas que deveriam ser supridas dentro do potencial que caracteriza a região, que é a relação homem e natureza.

Quanto aos dois teóricos da Amazônia, sob a mesma missão de estimular um reconhecimento mais aprofundado da sociedade e dos próprios aspectos da natureza física e espiritual da região, Tocantins e Reis seguem suas próprias formas de pesquisa e verificação. Enquanto Reis, como um cientista que através da sua objetividade e obsessão pela comprovação e verificação, salientou em seus trabalhos uma tradição historiográfica positivista, dando continuação a pensamentos políticos conservadores, via na ciência e na técnica elementos fundamentais na tarefa de reconhecer e *possuir* a região.

Leandro Tocantins, por outro lado, como um pesquisador atento à história do ambiente em que viveu, pensou a Amazônia de forma a interpretar uma sociedade e principalmente uma cultura que nasceu e que por muitas vezes esteve oculta nos debates sobre modernização e desenvolvimento. Seu pensamento, de certo modo, esteve também articulado às idéias dominantes de sua época, tendo em vista que exerceu cargos na administração pública na região, deste modo também defendia a necessidade da Amazônia desenvolver seu potencial de riquezas colaborando assim com o ideário desenvolvimentista propagado a partir dos anos 50. Todavia, sua originalidade se dá na postura humanista que o levou a ver a cultura como elemento principal no processo de desenvolvimento para que o racionalismo da ciência e da técnica não viesse a trazer consequências drásticas como a degeneração da própria cultura e da natureza amazônicas.

Tocantins acredita que o poder da modernização conduzirá a Amazônia ao inevitável encontro com novos valores culturais. Esse processo, no entanto, só poderá enriquecer, ao invés de anular por completo, o patrimônio cultural amazônico se tivermos a sensibilidade de preservá-lo, através de um verdadeiro reconhecimento de nossa trajetória, dos nossos quatro séculos de experiências e de provações,

rememorando somente os aspectos positivos da colonização brasileira que vislumbrou as relações étnicas entre brancos e índios sob o palco da natureza amazônica.

Ainda que partam de princípios diferentes, podemos ver, portanto, que Reis e Tocantins chegam, no final, às mesmas conclusões quanto à real situação da Amazônia perante o resto do Brasil. Região cheia de particularidades que devem ser entendidas como ponto principal para um desenvolvimento pleno e harmônico do país como um todo.

Através de uma escrita clara e interpretação coerente, percebemos que Tocantins demonstra que definitivamente não se insere no meio de uma intelectualidade presa a velhos tabus, que procurava fazer entender como impossível o progresso dos trópicos. Isso, no entanto, nos garante dizer que este pensador nunca se mostrou avesso à modernidade e ao desenvolvimento, pelo contrário, quando defende a preservação da cultura amazônica dentro das constantes que ecologicamente a condicionaram ou a caracterizam, recomendava também o emprego inteligente daquilo que ele chamava de “vantagens locais”, que se dão através do aproveitamento de uma cultura técnica ou especialização científica fundamentada nos padrões exigidos pelas particularidades do meio físico amazônico, totalmente desvinculada das técnicas importadas, estranhas às necessidades locais. Para esse aproveitamento sugeriu um aprofundamento, uma exata compreensão dos temas tropicais amazônicos, das situações socioculturais e dos problemas do mundo orgânico e inorgânico.

Desta forma, em maio de 1968, em conferência pronunciada na Casa do Estudante do Brasil, local onde aconteciam as primeiras reuniões da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, apresentou publicamente sua ideia pioneira da necessidade de se criar a Amazonotropologia, como um novo campo de estudos destinado a compreender os problemas globais do trópico amazônico, tendo como objetivo aplicar esses conhecimentos em proveito do próprio meio e de acordo com as necessidades regionais.

Apesar de ter sido apresentada à comunidade acadêmica em 1968, podemos dizer que sua amazonotropologia já norteava as ideias de Tocantins, quando nas entrelinhas de suas primeiras obras demonstrou os aspectos da cultura amazônica revelando um conjunto de saberes, que nos indicam o quanto as técnicas locais são adequadas às particularidades da região. Por exemplo, quando mostra em *O rio comanda a vida* (1968) a relação do homem com a dinâmica dos rios, das matas, entre outros, nos revela o quanto na Amazônia se foi capaz de construir uma identidade e uma

cultura perfeitamente adaptada às necessidades locais, e que por isso deveria ser preservada. Em sua concepção, as técnicas amazônicas de viver no trópico úmido deveriam ser aperfeiçoadas dentro dos aspectos que as fundamentam, tema abordado mais profundamente em *Amazônia, natureza, homem e tempo* (1982).

Por outro lado, a inquietação que norteava Tocantins pela necessidade de estudos apropriados sobre as particularidades locais, denominada por ele de amazonotropologia, já tinha sido anunciada, segundo o próprio autor, direta ou indiretamente por vários outros pesquisadores que apontavam o quanto a utilização de uma única ciência, método, ou tecnologias diferentes das realidades amazônicas em nada seria útil as necessidades regionais. Desta forma Tocantins (1977) destaca em seus trabalhos sobre o padre Jesuíta João Daniel que este já havia assegurado em seu *Tesouro descoberto no máximo rio Amazona*, a perfeita utilização dos recursos naturais da Amazônia pelos indígenas e advertido em cartas aos seus compatriotas portugueses que se tratava de uma região extremamente agradável desde que os homens que nela habitem sejam adequáveis as suas peculiaridades.

Além deste jesuíta, Tocantins também destaca os nomes de Hans Bluntschli, Henry Walter Bates, Alfred Russel Wallace, Luís Agassiz, Charles Frederich Hartt, Ferreira Penna, Emílio Goeldi, Adolf Ducke, Euclides da Cunha, Souza Coutinho, Araújo Lima, Raimundo Moraes, Alfredo Ladislau, Cosme Ferreira Filho, Djalma Batista, Armando Mendes, Mário Ypiranga Monteiro, Samuel Benchimol, Eidorfe Moreira, Luis de Miranda Corrêa, Manuel José de Miranda Neto, Arthur Cezar Ferreira Reis, dentre outros estudiosos estrangeiros e brasileiros que puderam acrescentar saberes amazonotropicals, possibilitando caminhos para a amazonotropologia.

Tocantins (1977) propõe a amazonotropologia como um campo de estudos capaz de ordenar e sistematizar os saberes e as experiências oriundas da observação do próprio viver amazônico. Desta forma, afirma que sua amazonotropologia já existia, já era atuante através dos estudos de intelectuais brasileiros e estrangeiros na biologia, na etnologia, na história, nas ciências sociais, na economia aplicada aos recursos naturais e na literatura e poesia, que retratavam o viver amazônico. Desta forma, em sua concepção, a amazonotropologia já era atuante, porém não sistematizada.

Para isso, sua perspectiva denota a necessidade de ordená-la como ciência, e isto só seria possível através da conscientização das pessoas competentes, dos poderes públicos, das instituições culturais, para a sistematização dos estudos e experiências que

já existiam e as que ainda iriam surgir, de modo com que pudessem proporcionar a ordenação e conclusão necessária para as possíveis soluções aos problemas regionais.

Para Tocantins, os instrumentos para o desenvolvimento desta ciência estavam na própria região. Desta forma, aponta respectivamente, os maiores institutos de pesquisas e experimentação da Amazônia, o INPA no Amazonas e o Museu Emílio Goeldi, no Pará, e as universidades como capazes de captar em suas investigações científicas todos os valores da natureza e do homem para sistematizá-los e aplicá-los em proveito da própria cultura amazônica.

Segundo Odenei Ribeiro (2010), a amazonotropologia seria um desdobramento da lusotropologia de Gilberto Freyre, porque a metodologia usada por Freyre na interpretação das origens da sociedade brasileira possibilitou uma nova visão da experiência do homem no trópico, o que veio inspirar Tocantins a realizar sua interpretação da Amazônia. Todavia, discernimos a relação entre essas duas ciências somente no que se refere à capacidade de verificação e constatação do modo como o homem, na lusotropologia (português), se adaptou e criou um modo de viver dentro das possibilidades que mais se ajustaram aos trópicos.

Em sua proposta, Tocantins demonstrou estar atento para que a amazonotropologia não viesse a se tornar um amazonocentrismo, visto que não se trata de uma barreira que isole a região do contato ou o diálogo com outras perspectivas. Ao contrário, através do reconhecimento da realidade local ela se propõe a dialogar com outras culturas, técnicas e experimentações, tal como aconteceu na simbiose luso e trópico, ou seja, um processo biossocial de adaptação de valores extra-amazônicos, ou melhor, uma fusão desses valores com os regionais, provando também o caráter interdisciplinar da proposta da amazonotropologia.

Tocantins já tinha percebido em meados dos anos de 1960 a necessidade de se tratar os problemas amazônicos de forma interdisciplinar ou multidisciplinar. Hoje, porém, esta preocupação já norteia a comunidade acadêmica, que através de projetos e programas de pós-graduação, como o de Sociedade e Cultura na Amazônia, em Ciências do Ambiente, em Desenvolvimento Regional, dentre outros da Universidade Federal do Amazonas, contribuem através do caráter interdisciplinar para as problemáticas da Amazônia contemporânea, revelando-nos o quanto as vozes inquietantes de teóricos como Leandro Tocantins não ficaram caladas em seu tempo ou fixas somente a uma bibliografia, mas trouxeram ressonâncias para a sociedade do presente orientando o conjunto das instituições locais.

Para propor essa interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade amazonotropical sugeriu que se começasse partindo da realização de seminários promovidos pelas universidades do Pará e do Amazonas. Neste sentido afirma,

Seminários de Tropicologia Amazônica, à semelhança do que vem fazendo, em relação a uma tropicologia brasileira, a Universidade de Pernambuco, por sua vez inspirada nos famosos seminários Tannenbaun, da Universidade de Columbia. O coordenador desse seminário no Recife, professor Gilberto Freyre, explica-nos: “trata-se de um seminário de composição heterogênea representante de diversas ciências ou de vários saberes, e, também, de diferentes gerações de indivíduos, senão já amadurecidos, já iniciados, nos estudos de suas especializações. Aos estudantes universitários permite-se a participação indireta como aos expectadores com direito a dirigir, no decorrer das reuniões, perguntas ou pedidos de esclarecimentos” [...]. Ao trabalho daquelas instituições científicas regionais deve juntar-se a experiência já vitoriosa no Recife dos Seminários de Tropicologia [...] (TOCANTINS, 1969, p. 48).

Ao referir-se à amazonotropologia como resultado da criatividade regional, sendo possível somente se fossem reunidas, de forma moderna, instituições de estudo, de ciência e de pesquisa presentes na Amazônia, chamava a atenção também para a necessidade de mais investimentos do poder público para essas instituições que sempre apresentaram inúmeras dificuldades devido à falta de recursos financeiros, tecnológicos e de intelectuais.

Com isso, apregoava em especial que as universidades na Amazônia não poderiam simplesmente ser fábricas de diplomas academicamente conquistados. Mas sim, serem úteis às necessidades regionais em todas as áreas do conhecimento, produzindo uma gama de especialistas capazes de deter todo tipo de conhecimento a respeito das particularidades amazônicas. “A universidade amazônica precisa adaptar-se às normas técnicas e científicas que possam produzir a verdadeira inter-relação da cultura com o meio. A universidade precisa amazonizar-se” (TOCANTINS, 1969, p. 50).

Ao afirmar que a universidade deveria amazonizar-se estava apontando para a sua necessária integração, não apenas em extensão, mas através de pesquisas, ao meio social e cultural e não isolar-se ao saber essencialmente acadêmico. Isto é, para Tocantins, a universidade deveria entender a dinâmica do viver amazônico sob as bases experimentais, para que pudesse sugerir formas amazonotropicais de desenvolvimento humano.

Por muito tempo a Amazônia apenas ofereceu ao mundo elementos que a humanidade pudesse usufruir para seu bem-estar, isto é, apenas oferecendo bem-estar aos outros, o que infelizmente ocorre até os dias de hoje. Neste sentido, para Tocantins (1969), é necessário a Amazônia superar este estágio de fornecedora de bens úteis somente aos outros, desta forma seu “Pra frente”, estava relacionado ao desafio amazônico de avançar no tempo cronológico sem, porém, sobrepujar o tempo psicológico, isto é, respeitando os aspectos culturais da região.

Neste sentido, ressalta a necessidade de uma mentalidade amazonotropical apoiando-se no fato de a Amazônia ainda constituir área de desenvolvimento intelectual e político muito modesto, se comparada a outras regiões brasileiras. Sob o estímulo da amazonotropicalogia a região poderia deixar de ser apenas referência geográfica e exótica ou fonte de matérias-primas no sentido colonialista.

Com a amazonotropicalogia, Tocantins não estava propondo um plano de ação, mas sim um campo de estudos capazes de ordenar as produções intelectuais amazônicas com intuito de serem aproveitadas pelas próprias políticas de ação do Estado. Segundo Ribeiro (2005), a proposta de Tocantins era que este campo de estudo fosse capaz de transformar o conjunto dos saberes locais em uma orientação política para as instituições locais.

De acordo com Pécaut (1990), a cumplicidade entre o conhecimento e a ação significa que nada escapa do plano político, e que a realidade é, já de início, totalmente política. E sob este aspecto, vemos que em Tocantins o conhecimento não se separa da ação, revelando-nos que este personagem como um intelectual, portador da identidade amazônica e detentor dos saberes relativos ao seu desenvolvimento histórico social e cultural, pode colaborar com a política da região, tendo em vista que, assim como um político, tal como Arthur Reis, participou de uma realidade cujos os processos foram também por ele vividos.

Deste modo, suas ideias não se restringiram apenas ao campo literário, mas também foram capazes de orientar planos de ações públicas no governo de Arthur César Ferreira Reis. A proximidade nas ideias fez com que Reis, quando governador, viesse não somente a apoiar, mas também a aplicar as sugestões amazonotropicais de Tocantins.

Diante dessas sugestões, Tocantins expôs claramente sua preocupação com o aspecto arquitetônico da Amazônia que através do processo de modernização sem critérios tendia ao abandono das casas adaptadas ao clima da região e à assimilação de

moradias ditas “funcionais”, compostas de concreto e vidro, bem como a troca dos jardins e pomares tropicais pelo gramado, que em nada colabora para os ventos e as sombras ao redor das casas amazônicas.

O repúdio à importação desenfreada dos modelos arquitetônicos para a região foi retratado por Tocantins desde sua primeira obra *O rio comanda a vida* (1968) onde em diálogo com Gilberto Freyre evidencia a possibilidade de se manter uma arquitetura local, isto é, adaptada ao trópico, segundo o que fizeram os portugueses ao se fixarem no Brasil. Deste modo, defende o modelo arquitetônico dos casarões e sobrados construídos em Belém, Maranhão e Santarém com seus azulejos – que mais que decorarem, protegiam as fachadas do próprio clima quente e chuvoso da região – demonstrando a positiva ação colonizadora do português, na tentativa de adaptação ao trópico.

Tocantins defendeu a ideia da construção de casas mais ecológicas para a região, dentro do contexto filosófico da amazonotropologia, e essa ideia obteve todo o apoio do governador do Amazonas Arthur Reis que, em seu mandato (1964-1967), também foi a favor das construções que combatiam a substituição da arquitetura amazônica, inspirada na adaptabilidade do modelo lusotropical, pela importada arquitetura dos climas temperados, tendência no aspecto arquitetônico moderno do país. Com isso, deu-se início a uma série de novas construções que marcaram certa preocupação regionalista, iniciada em seu governo, de adaptação da arquitetura do estado às constantes ambientais da região.

Entretanto, a falta de profissionais do ramo da arquitetura aliada à pouquíssima preocupação em adaptar as construções às condições locais, fez com que Leandro Tocantins sugerisse o nome do arquiteto Severiano Porto, que por sua vez aceitou fazer parte da cruzada contra a importação da arquitetura dos climas temperados na Amazônia. Desta forma, este arquiteto mudou-se do Rio de Janeiro para Manaus em 1965, tornando-se o pioneiro em divulgar uma arquitetura adequada ao meio ambiente e a cultura local através do uso de materiais regionais, dentre eles a união do tijolo com a madeira, madeira que era vista com preconceito pela população devido ser usada mais facilmente na construção das casas mais pobres, por conta de seu baixo custo.

Severiano Porto deixou no Amazonas um grande legado, na construção do Campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), da Pousada na Ilha de Silves e do Centro de Proteção Ambiental de Balbina, que expressam claramente as sugestões amazonotropicals de

Leandro Tocantins, que concebia a região amazônica como participante de um sistema de regiões interdependentes e inter-relacionadas constituindo a nação brasileira. Neste sentido, a contribuição amazônica à cultura nacional e universal vista ao longo dos anos pode dar sinais do que ela ainda é capaz de oferecer, se a inteligência nacional souber aproveitar, suas potencialidades no campo da natureza física, e acima de tudo no campo da criação humana (TOCANTINS, 1969, p. 51).

Nos anos de 1960, Tocantins já alertava que a Amazônia possuía um grande potencial econômico que estava somente à espera de técnicas e de capitais para sua plena integração ao país, eliminando, assim, as causas que a classificavam como subdesenvolvida comparada a outras regiões ditas desenvolvidas, o que caracterizaria a ideia dos dois Brasis.

Segundo Ribeiro (2010), é evidente o diálogo de Leandro Tocantins com Gilberto Freire quando em seus pensamentos evidenciam o comprometimento com o projeto político de conciliar os valores regionais e tradicionais às transformações sociais, econômicas, culturais e políticas em curso em suas regiões e no país.

Em *Casa Grande e Senzala*, Freyre propôs uma espécie de reconciliação entre os setores agrários tradicionais e os novos setores emergentes do plano urbano, como industriais, classe média e proletariado. Tocantins, por sua vez, em toda a sua obra propôs criar um pacto de reconciliação entre os setores extrativos tradicionais e os setores emergentes do processo do desenvolvimento e da industrialização. Todavia, percebemos que Tocantins, face à perspectiva de Ribeiro, na conciliação entre os setores tradicionais e modernos inseriu a cultura como elemento catalizador, no sentido de poder contribuir com o processo de modernização e desenvolvimento da região, diminuindo porém os riscos oriundos de uma modernização sem critérios. Neste sentido, Tocantins apontou a própria cultura amazônica como capaz de promover um caminho mais viável ao processo de desenvolvimento regional.

Para alcançar equilíbrio emocional e harmoniosa interrelação entre homens, entre o homem e a natureza, só a cultura é capaz de empreender o enriquecimento espiritual que levará o homem à plenitude de seus horizontes, ganhando, assim, as excelências do autenticamente humano e as dimensões da humanidade inteira. (TOCANTINS, 1969, p. 21-22).

Partindo do pressuposto de que cultura é um sistema de atitudes e modos de agir, de costumes e juízos de valor de uma sociedade, o autor reafirma constantemente que a

cultura amazônica sobressai-se dentre os outros “Brasis” por ter uma característica ecologicamente singular, que é o fato de ter sido construída sob as bases peculiares do meio ambiente natural que, de certo modo, limitou durante muito tempo a ação predatória das ambições humanas. Por este motivo, deixa claro ser de extrema necessidade toda a sociedade brasileira e principalmente os setores públicos entenderem a dinâmica desta cultura.

### **1.3. O intelectual Leandro Tocantins e sua posição sociocultural**

Leandro Tocantins nasceu e se criou na região, o que lhe proporcionou através do contato com as ideias e as fontes culturais de sua época uma inquietação especial por demonstrar em sua obra uma interpretação da sociedade e da cultura da Amazônia, invalidando, segundo Bourdieu (1996) a teoria romântica do artista – intelectual - como gênio, que produziria unicamente em função de sua inspiração.

De acordo com a perspectiva de Bourdieu, a obra não se reduz ao texto e nem se situa na vaga e ampla noção de contexto, pois a construção dos sentidos das obras depende das relações entre diversos agentes, o que vem discordar da ideia da absolutização do texto, como se uma obra estivesse envolta em uma aura “pura” que não a liga a um contexto social ou político ou que se trata de uma estrutura estruturada sem a presença de um sujeito estruturante. Sob este aspecto, Bourdieu (1996) se apropria do estruturalismo simbólico de Michel Foucault (1992), o qual observa que nenhuma ideia ou conceito existe por si próprio, pois tal unidade representa especificamente um recorte em relação à unidade primeira, sólida e fundamental, que é a do autor e sua obra.

Partindo do pressuposto de que a noção de autor constitui o momento mais forte da individualização na história das ideias e das literaturas (FOUCAULT,1992) e de que existe uma relação entre as obras e o mundo social, visto que a primeira pode refletir diretamente as características sociais do seu autor (BOURDIEU,1996), torna-se necessário não se desprezar quem foi o autor Leandro Tocantins ao reconstruir a sua ideia de Amazônia.

Deste modo, um passeio em sua multiposicionalidade no ambiente sociocultural em que viveu se faz importante para entendermos a particularidade de seu projeto\trajeto científico. Tomando, porém, o cuidado de não abordar sua biografia como condições que foram se impondo a Tocantins como se ele não tivesse a

oportunidade de escolha, mas sim, pensando como uma trajetória que sofreu diversas transformações no interior do campo social específico.

Paulatinamente Leandro Tocantins conseguiu certa notoriedade através de suas obras, o que lhe rendeu influência junto a integrantes do aparelho do Estado brasileiro. Mas essa relação foi facilitada devido alguns fatores que foram essenciais para que pudesse ocupar uma posição de intelectual inserido nas discussões sobre a nação.

Tocantins era oriundo de uma elite que viveu o apogeu da economia gumífera na Amazônia. Vindo ao mundo, por entre os anos da década de 1920, morou entre os primeiros anos de sua vida em um sobrado de características genuinamente lusitanas, localizado na Cidade Velha de Belém do Pará, mais propriamente na Rua Doutor Assis, esquina com o Largo da Sé. Último filho, depois de uma longa pausa na sucessão familiar, nasceu bem depois do mundo de riqueza e euforia em que sua família viveu em decorrência da economia da borracha.

Com a quebra da economia gumífera e a liquidação da próspera empresa comercial de seu pai, a Casa Aviadora Barbosa & Tocantins, possuidora de uma frota de navios a vapor (gaiolas), que fazia a troca mercantil entre os estados do Pará, do Amazonas e do Acre, mudou-se com sua família em seu primeiro ano de idade, para o estado do Acre, mais propriamente para o vale do Rio Tarauacá onde seus pais tinham um seringal. Ao crescer nos seringais amazônicos, Tocantins pôde sentir os reflexos da grande crise regional, da década de trinta, marcando profundamente suas inesquecíveis lembranças com os sinais da terra dos quais haveria de se tornar um dos intérpretes no campo da sociologia<sup>2</sup>.

Por não ter vivido o mundo de riqueza oriundo da borracha, Tocantins conheceu a europeização dos trópicos, a belle époque amazônica através dos relatos de seus pais, dos aspectos arquitetônicos do sobrado de seu nascimento em Belém e do próprio barracão no seringal na Foz do Muru (Acre), onde a família residiu, revelando certos valores e rituais domésticos que acusavam a influencia portuguesa e francesa. Um requinte que se estendia do mobiliário aos hábitos que se contrapunham à mais legítima influencia brasileira: o rio, a mata e o homem, enxergado por Leandro Tocantins nos seringais e mais tarde demonstrados em sua maturidade intelectual, quando ao analisar o ciclo da borracha veio afirmar que se tratava de outro capítulo da história do homem nos trópicos úmidos. Visto que tal época foi uma das fases mais dinâmicas da economia

---

<sup>2</sup> Dados extraídos das notas biográficas das editoras Civilização Brasileira e Arte Nova, in Formação Histórica do Acre, (1974) e Vida, Cultura e Ação, (1969).

amazônica, pois teve raízes profundas nos processos industriais do velho continente e da América do Norte. Porém, seu produto principal, a borracha, nada mais foi do que uma droga do sertão, segundo a terminologia colonial, que por sua efemeridade sobressaiu-se e sufocou todas as outras manifestações de vida econômica da região (TOCANTINS, 1982, p. 98 e 99).

No entanto, segue afirmando (1982) que o povoamento da Amazônia, sob o estímulo desta economia, motivou um processo ecológico mais agudo que a colheita das drogas do sertão no período colonial, isso porque a borracha conduziu o homem em grau de subordinação à floresta jamais ocorrida em época anterior, construindo assim uma personalidade ou *ethos* particular, exigindo deste homem adaptação biológica mais profunda. Sob este aspecto, o modo como se operou o povoamento dos seringais amazônicos foi de supremacia humana sobre seres e coisas inferiores, mesmo se tratando de uma região tão peculiar, como a Amazônia. Todavia, o *ethos* particular, se deu na forma como este homem reagiu e dominou o meio. Reagiu sem deixar de subordinar-se à mata e inter-relacionar-se com plantas e animais para conseguir o equilíbrio biótico.

Sua interpretação dessa constante amazônica apenas nos revela o quanto o autor teve participação nas experiências relatadas em suas obras, pois ele foi parte do cenário que descreveu, demonstrando também que sua obra é perfeitamente integrada ao meio social e geográfico que se formou na consciência e na memória do autor que nasceu e cresceu na região amazônica, onde pode contemplar a dinâmica: rio, mata, homens, animais e plantas.

Além de seus pais, Van Dyck Amanajás Tocantins e Iraídes Góes Tocantins (primos, filhos de duas irmãs com sobrenome Teixeira), outros personagens foram muito importantes na sua formação intelectual e na sua tendência a perspectiva regionalista. Seu bisavô paterno, Thomaz de Oliveira Cardoso, proprietário de terras no interior do Pará, que viveu na época da Cabanagem, movimento revolucionário popular. Acrescentou ao nome dos filhos os apelidos indígenas “Amanajás Tocantins”, que era uma forma hábil de manifestação nativista usada por várias famílias paraenses, sendo também útil para conquistar a tolerância dos cabanos, invasores violentos das propriedades rurais.

O pai de Leandro, Van Dyck, por ser um homem de personalidade inovadora e progressista, o que lhe conferiu assumir o cargo de prefeito do Município de Muaná (Ilha do Marajó) era também um apreciador da boa leitura. Em Belém do Pará,

apresentou seu filho, já adolescente, à Raimundo Morais, escritor paraense nascido em 1872, autodidata que aliava em suas obras um conhecimento científico e literário às experiências que recolhia e anotava em suas viagens pelos rios da Amazônia. Sua sensibilidade pelos assuntos amazônicos registrada nas obras: *Na planície amazônica*, *Anfiteatro amazônico*, *País das pedras verdes* e *O meu dicionário das coisas da Amazônia*, exerceu profunda influência na formação intelectual do jovem Tocantins.

O retorno de Tocantins a sua terra natal, Belém, se deu por conta do prosseguimento de seus estudos. Desta forma, veio a cursar o ginásio no Instituto Nossa Senhora de Nazaré, dos Irmãos Maristas, transferindo-se em seguida para o Rio de Janeiro onde terminou o colegial no Colégio Pedro II e ingressando, posteriormente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde cursou Direito e Jornalismo.

Vemos que o fato de Tocantins ser oriundo de uma família tradicional e de possuir o estímulo principalmente de seu pai por uma sensibilidade ao mundo das leituras, lhe possibilitou uma maior facilidade a uma inserção ao ambiente intelectual local e mais tarde nacional. Isso porque, sua boa educação torna-se também um princípio útil quando se é analisado certos indicadores sociais tais como a posse de capital cultural, elemento norteador da representação do uso da noção de intelectual.

Tocantins estreou nas letras escrevendo artigos sobre temas amazônicos no jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, publicando logo a seguir seu primeiro livro *O Rio Comanda a Vida*. As informações em suas obras (prefácios) sobre este período são meio desconstruídas, entretanto, afirma que aos 28 anos, logo após terminar o curso superior, escreve essa sua obra lançada pela primeira vez em 1952. Logo, supomos que sua vida acadêmica se deu em meados dos anos de 1940, onde pôde ampliar seu capital cultural com as leituras de autores do pensamento social brasileiro, da literatura e da poesia, tais como: Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Arthur Cezar Ferreira Reis, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Lima Barreto, Machado de Assis, Graça Aranha, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, dentre outros autores nacionais e internacionais, que contribuíram através de seus estudos para a formação intelectual de Tocantins.

Diante de suas inquietações espirituais, unidas a um arcabouço teórico que cultivava com sagacidade, Leandro Tocantins construiu um pensamento, uma interpretação sobre o Brasil, especialmente sobre a Amazônia, o que lhe deu subsídios para a produção de *O Rio Comanda a Vida*, sua obra mais célebre, e ainda toda sua teoria. Evidenciando que as ideias, assim como a obra de um autor, mostram não ser

uniformes, pois são historicamente formadas e registram de algum modo o processo social a que deve a sua existência (SCHURWRZ, 2008, p. 31).

Esta obra marcou Tocantins como um estudioso e pesquisador da história social da vida brasileira, vindo também a marcar a mudança de sua trajetória, de uma pretensa carreira jurídica a uma carreira direcionada à pesquisa e à administração pública junto ao aparelho do Estado, pois foi o elemento de aproximação ao intelectual e político Arthur César Ferreira Reis, ao comungarem da tentativa de revelar à nação os aspectos da sociedade Amazônica.

Ao explanar sobre a cultura e a sociedade amazônica, em *O Rio Comanda a Vida*, Tocantins comprova que seu discurso impresso nesta obra não se trata de um produto, uma coisa ou um bem, mas sim um ato (FOUCALT, 1992, p. 47). Por isso, a intencionalidade dos discursos impressos não só nesta, mas em todas as obras e literaturas de Tocantins reflete uma intenção de revelar ao Brasil e a Amazônia a necessidade de se conhecer intimamente sua cultura e sociedade. Sob este aspecto, mais tarde, em seu livro *Amazônia, Natureza, homem e Tempo* – escrito nos anos de 1960 – veio a propor a criação da Amazonotropologia como ciência que estudaria as necessidades regionais.

Apesar de não aliar-se a nenhum movimento literário, tendo em vista que não foi um literato de profissão, Tocantins desenvolveu seu pensamento sobre a Amazônia à luz das ideias modernistas do Sul e do regionalismo do Nordeste, correntes que foram fundamentais em sua formação intelectual, pois em contato com a literatura nacional e internacional, este autor pensou e escreveu regionalmente, entretanto, defende o nacional através do regional. Posicionando-se por uma auto-afirmação regional, através da preservação dos aspectos da tradição cultural, articulou-se na cooperação em torno dos projetos de construção e desenvolvimento da nação.

Com isso, não visa propagar uma visão passadista, ao contrário, pretende despertar a atenção ao conjunto de tradições culturais amazônicas. Se desenvolvimento e modernidade significa destruir as igrejas barrocas, os casarões e os sobrados históricos das capitais Belém e Manaus, as árvores antigas e o estilo de vida apegado às coisas da natureza, para dar lugar a imensos prédios e ao estilo de vida “cosmopolita”, Tocantins opõe-se a eles com toda convicção.

Assim, Tocantins tornou-se um grande incentivador do desenvolvimento cultural e intelectual amazônico e da divulgação desta cultura para torná-la conhecida por outros povos. Sua posição era contra a cópia, a qualquer custo, das tendências e modelos

desvinculados da realidade regional, seja na política, na economia e no próprio modo de viver e de se desenvolver da sociedade amazônica. Sob este aspecto, sua tendência ao modernismo comprova-se também através da compatibilidade com a defesa de alguns valores tradicionais, desde que os elementos do desenvolvimento preservem a autenticidade cultural.

A partir da inter-relação das perspectivas sociológicas, históricas e ecológicas, Tocantins constrói sua análise que une a Amazônia das matas, dos rios, do calor e das chuvas dos trópicos, enfim, das suas lembranças de infância, à Amazônia dos processos de inserção ao complexo social e econômico brasileiro da segunda metade do século 20, suas duas “Amazônias”, portanto, que se ligam a ideias tanto regionalistas quanto modernistas e desenvolvimentistas, que se fundem no seu pensamento social. Essa relação que Tocantins faz em seu pensamento, se justifica no fato de que as obras deste autor nasceram sob o espírito desenvolvimentista que dominou o Brasil a partir da década de 50. Apesar de sua obra fundamentar-se no método genético e ecológico<sup>3</sup>, elementos que constituem a base do regionalismo e da lusotropicologia, correntes que marcaram o pensamento brasileiro nos anos de 1930, é muito clara em suas obras a preocupação com a integração da Amazônia à dinâmica da economia e da vida nacional brasileiras. Neste sentido afirma,

O que justifico é uma paridade, necessária, mesmo ao equilíbrio político da nação, para que se eliminem as causas formadoras dos dois brasis do professor Jacques Lambert, que justificadamente, conclui que o Brasil é mais um país desigualmente desenvolvido do que subdesenvolvido (TOCANTINS, 1969, p. 93).

Em suas obras buscou interpretar os aspectos regionais com o intuito de fazer conhecida a região e chamar atenção dos poderes governamentais para os desafios e para as necessidades do povo amazônico, tanto que afirma em prefácio à primeira edição de *O Rio comanda a vida* (1968) que sua intenção é revelar, embora aceitando os conselhos da natureza, o quanto a sociedade amazônica mostra-se ainda carente de assistência técnica e amparo oficial para não continuar mergulhada em um primitivismo.

Com isso, podemos perceber que as ideias divulgadas no início do século 20 por Euclides da Cunha (2003) tiveram ressonância nas ideias predominantes sobre a região no período do nacional desenvolvimentismo, e um diálogo com jovens intelectuais desse período, tal como Leandro Tocantins, o qual afirmava que as condições

---

<sup>3</sup> Articulação de dois ramos específicos da Sociologia: a Sociologia Genética ou histórica, e a Sociologia Regional ou Ecologia Social (BASTOS, 1986, p. 226)

geográficas da Amazônia, que se mede no trinômio trópico-água, trópico-terra e trópico-floresta, formando distintamente uma ilha ecológica de um enorme vazio demográfico, pede políticas especiais que possam ajudar a região a sair do estado de “primitivismo” (TOCANTINS, 1968, p. 320).

Segundo Costa (1997), as fronteiras entre o modernismo vindo do Sul e o regionalismo do Recife foram bastante fluidas e móveis. Diante disso, vemos que Euclides foi o modelo para Tocantins na época de *O rio comanda a vida*. A influência do pensamento regionalista será mais evidente a partir dos anos de 1960 com *Amazônia, natureza, homem e tempo*. Deste modo, podemos considerar Tocantins como um regionalista que, influenciado por ideias modernistas, foi adepto das ideias desenvolvimentistas nos anos de 1950 e 1960.

De acordo com Élide Rugai Bastos (2007), nos anos de 1950 o Brasil vivenciava o processo do desenvolvimento econômico fundamentado na lógica global, o que muito estimulou os intelectuais brasileiros a refletirem sobre a nação. Por isso, a temática mais comum entre os pensadores sociais deste período esteve relacionada à questão dos impasses, encaminhamentos e buscas de soluções para o chamado atraso nacional.

Na Amazônia, esse período foi marcado pelas tentativas de ajustamento à realidade brasileira, e neste cenário, a obra de Tocantins surgia, então, como mais uma força inovadora da análise regional. Neste sentido, afirma em *Vida, cultura e ação* (1969), que:

Há um termo brasileiríssimo em voga na linguagem de vanguarda: “Pra frente” [...] mas é preciso evitar que esse prafrentismo não resulte no abandono de valores tradicionais luso-indígenas, ou no desdém pelas suas formas primitivas de manifestações. Ao contrário, preservá-los, não só como sinal característico da região - sinal de brasileirismo -, que lhe emprestam personalidade, mas também como fonte de inspiração para artistas, poetas, escritores, arquitetos, paisagistas. Por exemplo: as tradições da arquitetura, das artes populares, do folclore, da culinária tão rica, exuberante de fórmulas e ritos, de temperos e condimentos de sabores agrestemente amazotropicals [...] se tudo isso enriquece e dá colorido peculiar à cultura nacional e constitui força viva para recriação de valores, que seja então preservado, dentro das constantes brasileiras.

Leandro Tocantins nasceu e passou parte de sua vida na região amazônica, vivendo entre o Pará e o Acre, mas sua maturidade intelectual foi adquirida no Sudeste, berço das políticas públicas em torno do desenvolvimento. Ao retornar à Amazônia, já adulto, veio a pensar como um homem que através da sua intelectualidade e de um olhar

arguto sobre os problemas da região, pode vincular a sua obra ao ideário político desenvolvimentista.

Apesar de que em sua trajetória, não se decidiu nem por uma carreira no campo jurídico nem no campo da política, como profissional da política. Devido ao seu entusiasmo pelos assuntos da região e a sua capacidade intelectual, veio desempenhar um papel de “conselheiro” quando assumiu o cargo de assistente do professor Arthur Cézár Ferreira Reis, no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), quando este foi nomeado primeiro presidente do órgão, entre os anos de 1953 até 1956. Para Ribeiro (2007), o fato de Leandro Tocantins ter sido assistente de Arthur Cézár na SPVEA foi fundamental para que este intelectual se inserisse nos debates dentro da esfera pública do governo estadual e federal.

Esteve junto à administração pública também, quando trabalhou no Departamento da Indústria do Ministério da Indústria e do Comércio e, posteriormente, na chefia da Representação do Estado do Amazonas no Rio de Janeiro, ao ser eleito governador Arthur Cezar Ferreira Reis em 1964.

Diante disso, vemos que a escolha de sua formação superior esteve totalmente atrelada à trajetória de Tocantins, que optou por cursar Direito e jornalismo devido seu lado humanista, mas também devido ao fato de que principalmente a faculdade de Direito, historicamente possibilitava o acesso a quase todas às carreiras de elite bem como aos espaços de encontro comuns e de socialização para os jovens que tinham pretensões relacionadas à atuação junto ao Estado e/ou à política. Com efeito, esta característica do direito bem pode ser levada em consideração quando se leva em conta o itinerário de muitos jovens intelectuais do século XX. Especialmente porque as faculdades por eles cursadas de fato estavam relacionadas à reprodução social das elites.

Tomando por base o papel dos intelectuais em Gramsci (1989), vimos que neste sentido, Tocantins não se apresenta como um intelectual tradicional, mas sim orgânico<sup>4</sup> pois foi um representa das classes dominantes. Todavia, mesmo sendo oriundo de uma família que usufruiu do apogeu da borracha, não foi um homem rico e a sua inserção no ambiente das discussões políticas da época eram devidos, além de sua capacidade intelectual, a uma rede de relações construídas ao longo de sua trajetória. Ele propagou as ideias predominantes no período em que esteve ligado ao aparelho do

---

<sup>4</sup> Gramsci diferencia o intelectual tradicional, que se caracteriza pelo seu afastamento da classe social, e o orgânico, que surge no interior da própria classe, cumprindo a função da hegemonia cultural dos interesses de uma classe política sobre a sociedade, dando sentido e organicidade.

estado, mas sua particularidade, o qual lhe difere de outros intelectuais, é a sua percepção humanista sobre a Amazônia, sua capacidade de análise e uma profunda sensibilidade que lhe proporcionou também trabalhar na literatura, na poesia e no cinema.

Dentre seus trabalhos destacamos as obras: *O rio comanda a vida* (1952) e *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1960), *Formação histórica do Acre* (1961), *Santa Maria de Belém do Grão Pará* (1963), *Brasil: alguns valores essenciais* (1966), *O estado do Acre* (1977), *Euclides da Cunha e o paraíso perdido* (1978). Poemas: *Cosmo infância* (1969), *A memória de viver* (1972), *Os silêncios do canto* (1975). Cinema: *O outro instituto do pecado* (1976), *Como matar uma sogra* (1978) e na literatura infantil: *Aventuras de Tizinho nos rios e nas selvas da Amazônia* (1979) dentre várias palestras.

Essa sensibilidade nos dá subsídios para considerar seus trabalhos e principalmente suas obras como anti-formalistas, pois através de uma escrita inspiradora e envolvente chama atenção para um nacionalismo através da autenticidade amazônica, isto é, em meio as discussões sobre a necessidade de crescimento econômico Tocantins revelou nestes trabalhos uma Amazônia cheia de riquezas e valores culturais que se preservados poderia muito bem contribuir para o desenvolvimento da nação.

Sob este aspecto vemos que Tocantins estava imbuído na mesma tarefa da maioria dos intelectuais da segunda metade do século 20, que era a de tentar esclarecer a realidade nacional, apontando soluções adequadas a essa realidade ao qual se apresentava imersa nos projetos de desenvolvimento da nação. De acordo com Pécaut em *Os intelectuais e a política no Brasil* (1990), a capacidade de captar e interpretar os sinais que demonstravam a existência de uma nação inscrita na realidade foi tarefa garantida dos intelectuais que se inseriram no espaço das elites dirigente.

O exemplo mais claro da construção intelectual do projeto nacional desenvolvimentista foi o Instituto de Estudos Brasileiros ISEB (1955-1964), localizado no Rio de Janeiro. Era um órgão do Ministério da Educação e Cultura, o qual reunia um grupo de intelectuais que tinham por objetivo a construção de análises para uma compreensão crítica do Brasil capaz de contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional.

O planejamento desenvolvimentista, símbolo do governo juscelinista (1956-1961), inseriu a Amazônia no quadro das preocupações do Brasil, fato este que segundo Arthur César Ferreira Reis (1983), fez com que a fase lírica a qual via a Amazônia

como um paraíso verde viesse a ceder campo ao realismo necessário para a análise correta das formas pelas quais a região poderia vir a contribuir para o processo de inserção na lógica de desenvolvimento global.

Deste modo, as preocupações intelectuais e políticas quanto ao crescimento total da nação direcionaram-se para os desequilíbrios regionais amazônicos, evidenciando, assim, a necessidade de intervenção do Estado nacional para a criação de políticas públicas voltadas para a solução dos problemas que impediam tal crescimento e que inseriam a Amazônia em uma posição de região subdesenvolvida no próprio Brasil. Ao mesmo instante em que houve também a mobilização dos intelectuais em torno de novos estudos e interpretações que viessem a fazer conhecida a região e os processos que fundamentaram a formação da sociedade que nela se desenvolveu.

Nesta constelação, a Amazônia revelou também uma *Intelligentsia* caracterizada por seguir a marca da intelectualidade brasileira quanto à preocupação em identificar e apontar caminhos capazes de levarem a resolução da questão nacional. Esses intelectuais, a partir de diversos modos analisaram a região e sob variados pontos de vista, contribuíram também para o fortalecimento de um pensamento social amazônico. Neste sentido, destacamos, dentre outros, a figura de Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), com suas obras notáveis na essência histórico-social; Djalma Batista (1916-1979), que através da medicina e de um olhar crítico estimulou a intelectualidade para os problemas da Amazônia; Leandro Tocantins (1928- 2004), que através da importância dada à cultura amazônica, sugeriu através de suas obras o aproveitamento do passado, válido através da modernização de valores, e a inspiração no tradicional e no regional para a caracterização do espírito nacional.

Todavia em sua trajetória Leandro Tocantins não se deteve apenas a viver como um intelectual junto a administração pública e, portanto, como um ator político essencial para o Estado, o qual lhe conferia este direito (PECAULT, 1990), sua vasta cultura lhe proporcionou também ser um representante da cultura amazônica, sendo indicado em 1970, a Adido cultural da Embaixada do Brasil em Portugal. Morando na Europa, durante o período de quase três anos, sob este cargo pode desenvolver atividades múltiplas para reafirmar o Brasil e a Amazônia na área da literatura, das artes plásticas, das ciências sociais e do cinema.

Ao retornar ao Brasil, voltou a assessorar Arthur César Ferreira Reis, agora na presidência do Conselho Federal de Cultura, proporcionando-lhe a elaboração de um plano para a História nos Estados. Mais tarde, ao final dos anos de 1970, Tocantins

esteve na função de Diretor de Operações Não-Comerciais da Empresa Brasileira de Filmes, EMBRAFILME (MEC) onde pôs em prática uma ativa política de valorização do cinema brasileiro, através de pesquisas históricas e cursos de formação profissional, produção de filmes culturais e educativos de curta-metragem, publicação de periódicos, além de criar a “Cinebiblioteca Embrafilme”, coeditando livros de importância para o contexto cultural do cinema brasileiro.

Na trajetória de Tocantins vemos, pois o resultado das matrizes coletivas responsáveis pela construção de uma cultura nacional. Isso porque, o papel de muitos intelectuais do período histórico em que viveu este autor foi de mediadores ou porta-vozes para a construção da identidade da nação, e neste processo Leandro Tocantins aliou o regionalismo amazônico ao contexto desenvolvimentismo do momento histórico vigente. Em paralelo, o seu itinerário misturou-se ao acesso a aparelhos de Estado por meio de relações interpessoais, todavia, foram através de suas obras que Tocantins se envolveu com o conjunto de ideias que constituem o pensamento social sobre a Amazônia.

Ao tomarmos a noção de campo enquanto perspectiva teórica que estabelece uma concepção da realidade por meio de uma estrutura de relações objetivas, podemos retirar do natural ou eventual a inserção de Tocantins ao campo intelectual. Isso, porque de acordo com Bourdieu (1989), é no espaço do campo que os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados de acordo com suas posições nas estruturas de força, contribuindo assim para a permanência ou para a transformação nas estruturas deste espaço. Com isso, podemos afirmar que os elementos que possibilitaram a inserção deste intelectual na constelação de pensadores sociais são resultado de uma relação dialética entre a própria estrutura do campo intelectual, marcado pela necessidade de intelectuais comprometidos com o projeto de conhecer a sociedade e a cultura que se formou nas regiões do país, distantes do eixo Sul e Sudeste, o *habitus*<sup>5</sup> do autor e o momento, apreendido como as condições de atualização desse sistema de disposições.

Deste modo, podemos afirmar que Tocantins colocou-se na fronteira entre as ciências sociais, a literatura e o Estado. Isso nos torna evidente em seu pensamento, no qual primeiramente, demonstrou a ideia de que na luta dos homens pela construção de uma civilização regional, as forças físicas da natureza amazônica foram capazes de

---

<sup>5</sup> Sistema de disposições duráveis e transferíveis que, fazendo parte de todas as experiências passadas, funciona como uma matriz de percepções, apreciações e ações (BOURDIEU, 1989).

condicionar a sociedade que em seu espaço se formou, e posteriormente, quando demonstrou a ideia de que a Amazônia é capaz de engajar-se e contribuir nas estratégias de desenvolvimento da nação desde que esse engajamento não aconteça em detrimento dos valores culturais que moldaram a sociedade amazônica.

Neste sentido, é que para entendermos o seu ideário sobre o futuro da região, sobre seu pensamento a respeito da sociedade e da cultura amazônicas, sobre como desenvolve mais detalhadamente sua construção de amazonotropologia, tomaremos por base a compreensão das obras *O rio comanda a vida* [1954] e *Amazônia: natureza, homem e tempo* [1960].

## Capítulo 2

### Cenário da Amazônia sob o olhar de Leandro Tocantins

#### 2.2. Cenários amazônicos sob o olhar de Leandro Tocantins - primeiro tempo

Através das obras escritas em diferentes momentos da vida de Leandro Tocantins podemos identificar como este autor construiu a sua ideia de Amazônia, a qual classifica como uma região extremamente peculiar.

Em seu primeiro livro *O rio comanda a vida* (1968), escrito entre os anos de 1950, Tocantins buscou interpretar alguns aspectos da região e apresentar um conjunto de sugestões para caracterização da vida amazônica. Sua ideia central nesta obra situa-se no fato de que a natureza amazônica absorve e prende o homem em suas malhas, apesar do lento e continuado esforço para humanizá-la.

Com isso torna-se importante destacarmos que a Amazônia analisada por Tocantins é a Amazônia brasileira, a qual a distingue dentre outras regiões do Brasil, por ter em seu contexto particular, a figura do **rio** como o maior exemplo de que a natureza ainda é superior ao homem neste espaço. Com parte de seus 7 milhões de km<sup>2</sup>, a bacia amazônica brasileira tornou-se para Tocantins o elemento que sustentou a ideia de que a vida do homem neste espaço é condicionada pela natureza, pois, no Brasil, as estradas da Amazônia, diferente das outras regiões, são seus rios que conduzem não somente os homens de um lugar ao outro, através das canoas que substituem os cavalos do campo, mas também conduziu a cultura, a economia e a sociedade que se desenvolveu neste espaço. Sob este aspecto, considera que a geografia e, por melhor dizer, a hidrografia impôs aos homens a sua marca e os colocou sob um destino que está entregue aos caminhos por onde andam.

Os caminhos que andam trazem a fortuna ou a desgraça. Quando nas cheias a navegação alcança os sítios mais longínquos certas vezes as alegrias do feliz acontecimento são toldadas pelas inundações funestas, arrasando culturas agrícolas, tragando barrancos, removendo a pobreza franciscana das barracas, levando desespero aos lares, e constituindo uma séria ameaça à economia (TOCANTINS, 1968, p. 305).

Vemos que em Tocantins a imensa bacia hidrográfica da Amazônia, com toda a sua superioridade, torna o homem muito pequeno e inapto para transformar as energias atuantes do meio em proveito próprio, tornando os homens rendidos senão a terra, mas fatalmente ao rio, poderoso gerador de fenômenos sociais. Com isso, ressalta que

mesmo nos dias em que a maneira mais comum de pensar o mundo é através da racionalidade da revolução técnica, o homem, condicionado por fatores ambientais, tais como a própria bacia amazônica, torna-se marcado profundamente pelos fatores geográficos. Sob este aspecto, afirma o autor, o **rio** se mostra como mais uma das malhas capazes de condicionar a vida dos homens.

Essa perspectiva de Tocantins reforça a ideia euclidiana (2003) de que a “paralisia” completa dos homens que na Amazônia se fixaram, isto é, a impossibilidade de conquista total do espaço, é fruto de uma agitação originária da fuga da ousadia dos rios, evidenciando, assim, que este homem constitui um intruso impertinente, que se fixou neste espaço em hora imprópria, ou antes do tempo, quando a natureza ainda estava arrumando o seu “mais vasto e luxuoso salão”. Sob este aspecto,

No Amazonas, em geral, sucede isto: o observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreira ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estacione às margens, sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o (CUNHA, 2003, p. 49).

O rio, representando a natureza que comanda a vida dos homens em Leandro Tocantins, é explicado por Euclides da Cunha (2003), como uma incoercível fatalidade física, onde a natureza em pleno expandir das suas energias torna-se uma potente adversária do homem.

Na percepção deste autor, que conheceu a Amazônia no início do século 20, o próprio cenário da região é quem desperta este tipo de reação entre homem e natureza, pois o espaço amazônico tende a estimular e conduzir uma adaptação exercida pelo nomadismo e não na fixidez de culturas e de habitats humanos. Desta forma, conclui que a principal causa da Amazônia constituir um território no qual faltam elementos para que os homens possam viver plenamente é justamente porque essas terras ainda não estavam preparadas para a instalação da empresa humana, pois eram terras ainda em formação.

Mesmo considerando a ideia euclidiana de que a Amazônia estimula os comportamentos nômades, onde o rio mostra-se como a estrada flutuante destes

andantes, Leandro Tocantins aponta para o caráter eminentemente social do sistema hidrográfico da Amazônia.

Para o autor de *O rio comanda a vida* (1968), homem e rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio unido ao homem enche-o de motivação psicológica e, em associação quase mística, faz da vida humana, até certo ponto, uma dádiva do rio, pois este também constitui a fonte do progresso tornando através de si a possível conquista da terra, assegurando a presença humana no espaço amazônico.

Sob este aspecto, o rio torna-se importante para as próprias estratégias de sobrevivência no espaço peculiar amazônico. Por possuir um solo que em nada se parece com os do resto do país, pois as condições de várzea impedem que se plante uma cultura que não se adapte a essa particularidade, a própria paisagem amazônica inspirou o homem a pensar em outras formas de tirar proveito daquilo que a natureza podia lhe oferecer. Deste modo, este homem deu início a uma cultura de plantação ativa, somente quando as águas baixam nos altos rios da Amazônia.

Com isso, o autor ressalta que a força da natureza é tão forte no espaço amazônico que até o solo e a superfície amazônicas são constantemente modificadas pelo poder do rio, pois, com o ciclo de enchente e vazante a terra fica enriquecida de detritos ricos em materiais minerais e orgânicos. Deste modo, “a natureza prepara a paisagem que o homem irá tirar proveito dela” (TOCANTINS, 1968, p. 150).

Ao falar da importância do rio na preparação do solo, o autor relembra as terras acreanas na qual a população com muita sabedoria se adequava nas fases do rio em benefício próprio. Neste aspecto,

Além da desova das tartarugas, dos tracajás, feita nas areias praianas, motivo para colheitas e “virações” esses acidentes geográficos prestam-se admirável bem ao plantio de cereais e legumes. E a roça é das mais pitorescas pela sabedoria com que a fazem, a cautela com que a cercam, e pelo lance imprevisto jogado contra a surpreendente hidrografia dos rios acreanos que, de um momento para o outro, nos dois primeiros meses de estio, podem destruir o fruto do labor de muitos dias (TOCANTINS, 1968, p. 151).

Sob esta perspectiva o rio, a flora e a fauna amazônica como condicionantes fizeram com que o homem viesse a se adaptar criando alternativas para o seu bem estar. A partir disso, Tocantins tece sua concepção de que a Amazônia não só constitui um Brasil à parte, mas também um mundo à parte, no qual brasileiros de outras regiões como Euclides da Cunha, perplexo com as particularidades amazônicas, acabaram por

se tornar como estrangeiros em terras brasileiras, ao afirmar que, “O Amazonas nesse construir o seu verdadeiro delta em zonas tão remotas do outro hemisfério traduz, de fato, a viagem incógnita de um território em marcha” (CUNHA, 1909 apud TOCANTINS, 1968).

Território este que, para Tocantins (1968), até o método de se comercializar é inusitado, pois, na tentativa de se adequar ao mundo hidrográfico durante muito tempo, os comerciantes realizaram suas atividades a bordo de uma espécie de barco onde a parte de cima era destinada à família e no “rez-a-água” faziam as suas lojas. Este comerciante era uma espécie de regatão do Amazonas que fornecia aos povos que viviam nas áreas alagadas e nas áreas mais longínquas dos centros urbanos os secos e molhados, fazendas, bijuterias etc.

Percebemos em Leandro Tocantins a influência do pensamento euclidiano. No entanto, mesmo afirmando que a força da natureza exerce domínio na vida do homem, em *O rio comanda a vida* Tocantins já via este homem como figura central neste processo. Sendo mais evidenciado, porém, somente mais tarde, na primeira edição de *Amazônia-natureza, homem e tempo*, escrito nos anos de 1960, quando o autor ressalta de forma mais explícita o esforço que o homem na figura do colonizador português e do indígena desempenhou para a conquista e dominação deste espaço. Esforço este que traduziu todo o processo de desenvolvimento da sociedade, da cultura e da economia da região.

Todavia, a particularidade vista por Tocantins principalmente em relação ao Nordeste é que na Amazônia, este homem não conseguiu ser o senhor total da região, como os senhores de engenho retratados por Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (2003):

O esforço humano em ocupar a Amazônia, traduz de início, o espírito de aventura, nas incursões em busca de riquezas que a fantasia criava na mente dos primeiros navegantes. Depois veio o interesse pela coleta dos produtores silvestres, [...] até que o aproveitamento industrial da borracha amazônica infundiu, em determinadas áreas, uma nova modalidade de vida, obedecendo a sistemas econômicos especiais (TOCANTINS, 1968, p. 248).

Na sua interpretação em torno dos processos econômicos da região percebemos o quanto a Amazônia não se dispôs para os motivos próprios das áreas de exploração latifundiária-monocultora-escravocrata. Isto porque, a própria história nos informa que os interesses econômicos foram despertados primeiramente em torno da coleta de produtos silvestres, no que tange a um extrativismo que constituiu a base desta

colonização. Porém, o extrativismo foi o responsável para que o processo econômico colonial da Amazônia não pudesse apresentar nenhuma característica de fixidez, tal como no Nordeste mas sim, de extrema mobilidade e dispersão, consequências da própria natureza do trabalho no meio da mata, o qual exigia que estes homens subissem e descesse os rios.

Para Tocantins o fato de a região não ter conseguido construir uma cultura econômica fixa que pudesse criar elos com a economia da nação não é culpa nem do espaço ou do homem que nele se fixou, pois a própria natureza amazônica indicou o tipo de atividade que deveria ser desenvolvida neste espaço. O que não se trata exatamente de um determinismo geográfico, pois em outras regiões dentro do espaço amazônico a natureza apontou para atividades que, segundo o autor, se bem administradas poderiam ser muito úteis para o desenvolvimento da sociedade e da região como um todo. Neste sentido,

As características físicas da parte nordeste da ilha de Marajó já indicavam o gênero de atividade que deveria aplicar. Os extensos campos que se desdobram por mais da metade da superfície da ilha tinham que servir de base ao pastoreio como expressão, também das próprias necessidades alimentares do núcleo urbano que se expandiam a sombra do Forte do Presépio de Belém (TOCANTINS, 1968, p. 155).

Com isso, demonstra que no mesmo espaço amazônico não houve somente o desenvolvimento da empresa coletora de drogas do sertão ou do látex para a produção da borracha, mas as características físicas deste espaço tão peculiar que é a Amazônia também indicaram a empresa pecuaristas na parte nordeste da Ilha do Marajó, no estado do Pará.

Todavia, a fragilidade da economia amazônica para este autor se deu somente devido ao fato de a região se deter na extração de um único produto. Neste sentido, aponta que realmente uma economia fundamentada somente no extrativismo pode ser muito frágil se não for estruturada de forma inteligente.

Sob este episódio, Tocantins (1968) ressalta, em prefácio, que a Amazônia, por apresentar uma imensa riqueza natural, necessita da providência do amparo técnico e econômico ao uso dos recursos naturais. Pois, para surpresa de muitos que se apoiavam na ideia de que os trópicos constituíam um lugar de sóis ardentes e perigos para o homem, a Amazônia sempre apresentou características de clima favorável ao desenvolvimento das atividades humanas, onde até mesmo as chuvas constantes são fatores de vida e progresso para a região.

Sob esta perspectiva o autor enfatiza em *O rio comanda a vida* (1968) que a tese da impraticabilidade de desenvolvimento dos trópicos sob as bases da climatologia está inteiramente desmentida por pesquisas científicas. Neste sentido, aponta que até mesmo o próprio Euclides da Cunha procurou redimir-se a respeito de sua posição sobre a climatologia amazônica.

[...] É frisante o seu juízo em “Os Sertões”, ele clamava: “O calor úmido das paragens amazônicas deprime, exaure”. Finalmente, em “À margem da história”, depois de percorrer a terra argüida, escreveu o famoso capítulo “Um clima caluniado”, retificando o seu conceito anterior (TOCANTINS, 1968, p. 246).

Esta posição nos remete também à explicação do médico e sociólogo da Amazônia, Araújo Lima (1975), o qual afirma que não existe alteração no corpo humano nas regiões onde as estações são bem caracterizadas, de frio ou calor intenso, isto é, a fisiologia continua sendo a mesma. O homem não é uma máquina inerte face a essas variações climáticas, pois dispõe de um aparelho de regulação que tende a manter o equilíbrio entre o organismo e o meio cósmico.

Para este autor, o meio orgânico de homens, animais e plantas está em jogo constante com o ambiente cósmico nessa regulação. Destarte, a ideia de o clima tropical amazônico ser maléfico ao homem recai nas afirmações científicas de que a bacia amazônica possui menor umidade e o seu vale não é sujeito aos ventos violentos que atuam de maneira destruidora nos trópicos orientais e nas zonas temperadas (ARAÚJO LIMA, 1975, p. 102).

Nos anos de 1960 Tocantins percebeu que a Amazônia possuía todas as possibilidades de crescimento e desenvolvimento, vindo a afirmar em prefácio (1968), que isto era possível devido ao clima favorável e aos recursos naturais abundantes. Mas para que este desenvolvimento acontecesse apontava ser urgente a necessidade de se construir um programa administrativo e técnico, que desafiasse a capacidade e a previsão dos homens públicos para uma exploração racional dos seus recursos naturais objetivando elevar o nível de vida das populações mediante a ativa circulação de riquezas.

Todavia, Tocantins se apoiava na ideia de que a economia de uma região se manifestava através dos fenômenos resultantes da colaboração ou da luta entre o homem e a terra. E esse pensamento também constituiu as bases epistemológicas de sua interpretação sobre a Amazônia, na qual partiu primeiramente das realidades geográficas, indo, em seguida examinar os processos que o homem adotou para a

criação de valores culturais, dentro da constante homem e terra, homem e água, homem e os animais e plantas.

## **2.2. Os cenários amazônicos sob o olhar de Leandro Tocantins – segundo tempo**

Em sua primeira obra, Tocantins absorve a ideia de que o homem se prendeu nas malhas da natureza amazônica, daí o título “O rio comanda a vida”. No entanto, essa concepção foi trabalhada ao longo de sua trajetória intelectual ao ponto de desenvolver em *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1982), sob uma perspectiva ecológica, ou seja partindo da relação homem e meio ambiente, uma interpretação histórico-sociológica do esforço que este mesmo homem vem efetuando através de três séculos na luta contra a superioridade do mundo natural amazônico.

Escrito na década de sessenta, *Amazônia: natureza, homem e tempo* denota um Leandro Tocantins mais preocupado com a história deste homem que tenta triunfar sobre a natureza, na tentativa de criar a civilização regional. Neste sentido, o homem torna-se a figura central e ao seu redor estão a terra, a água, as plantas e os animais, demonstrando uma aproximação também com a proposta metodológica de Gilberto Freyre, o qual através de uma análise da vivência e da convivência humana nos espaços situados, procurou compreender o tipo de sociedade que se desenvolveu no Nordeste.

Este estudo, porém, não entrará no âmbito da diferença entre as análises sobre a Amazônia de Tocantins o Nordeste de Freyre. Diferenças existem apesar de partilharem dos mesmos princípios regionalistas. Entretanto, o que nos interessa é perceber como Tocantins deglutiu as ideias desenvolvimentistas vindas do sul e sudeste, combinadas com a proposta metodológica o pensamento regionalista de Gilberto Freyre na elaboração de seu pensamento sobre a Amazônia.

Gilberto Freyre (1900-1987) destacou-se por contribuiu de modo decisivo no processo de reorientação dos estudos sobre o Brasil o que influenciou de maneira profunda jovens intelectuais, como Tocantins, através de um tipo de regionalismo modernizador. Através de seus estudos sobre a formação nacional, abordou pontos esquecidos ou subordinados por outros autores que são: a raça, a cultura, o meio ambiente tropical e o regionalismo dando assim, início a uma nova etapa nos estudos sobre a sociedade brasileira, construindo uma sociologia repleta de valores humanos aliada ao objetivismo científico.

Bacharel em artes Liberais, especialista em Ciências políticas, jurídicas e sociais, pela Universidade de Baylor (EUA), e mestre em Ciências políticas, jurídicas e Sociais pela Universidade de Columbia, onde fez também estudos de Doutorado, Gilberto Freyre teve a influencia de mestres notáveis, como: o antropólogo Franz Boas, o sociólogo Giddings, os juristas John Bassett Moore e Munro, o economista Selignan, nos Estados Unidos. Na Inglaterra, teve lições do jurista e internacionalista Alfred Zimmern, mestre em Oxford. Participou, na América do Norte, de encontros literários e científicos onde freqüentavam o filósofo John Dewey, os poetas William Butler Yeats, Vachel Lindsay, Amy Lowell, os críticos Mencken e Carl Van Doren, o poeta Tagore. Ao transferir-se para a Europa, conviveu com modernistas e intelectuais da **Action Française** de Maurras e Daudet; e também com anarco-sindicalistas; com adeptos do por ele sempre admirado Georges Sorel; e ainda com filibristas seguidores de Mistral<sup>6</sup>.

Diante disso, Freyre pôde unir seu aprendizado de fora com a paisagem física e social de seu Pernambuco, se estendendo por todo o Nordeste, área onde floresceu um dos focos mais vivos da civilização patriarcal, baseada no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo, a qual inspirando a apreciação regional deste autor deu bases para a construção de toda a sua obra.

Sua contribuição às ciências sociais se deu principalmente quando se tornou indispensável o conhecimento, desvinculado das ideias importadas, sobre as reais condições do país. Para isso, Elide Rugai Bastos (2007), nota que houve a necessidade de um retorno às raízes, o que ia totalmente ao encontro com a proposta metodológica Freyriana, que tinha como objeto de estudo a vida social legada pela história, pela valorização e recuperação do passado onde homem e meio se encontram dando bases para a formação de uma cultura e uma sociedade nacional.

Em sua interpretação regionalista homem e natureza se relacionaram criando laços interdependentes de um ao outro no espaço dos trópicos. Isto porque, de acordo com Elide Rugai Bastos (1986), Gilberto Freyre percebeu que a troca simbiótica entre a natureza e o homem fez com que esta natureza fizesse do homem, do grupo e da cultura humana a sua imagem; e por sua vez o homem, o grupo e a cultura humana veio exercer também influência sobre a natureza regional, alterando-a de modo às vezes profundo. Neste sentido, o próprio Leandro Tocantins ressalta que,

A natureza de seus estudos sempre se define pela ecologia social. Seu interesse firmou-se nas áreas culturais, no homem em função do

---

<sup>6</sup> TOCANTINS, L. **Vida cultura e ação**. Rio de Janeiro: Arte Nova. 1969.

meio. E o critério de Gilberto Freyre observar, analisar e interpretar os fatos sociais, com profunda intimidade humana, possui o sentido de manifestação de um novo espírito das sociedades que ele revela e analisa. Esse espírito estava perdido nos tempos e na complexidade dos fatos que ele ressuscitou dos arquivos e apreende na existência cotidiana, trazendo à tona coisa até então despercebidas. Critério gestaltino, sim, porque seu particular interesse reside na coerência e funcionalidade dos fenômenos globais, analisados em seu todo e em partes que o compõe, inclusive na relação entre esse **todo** indiviso e essas **partes** interdependentes (TOCANTINS, 1969, p. 72-72).

Diante desta necessidade de compreensão do homem situado nos trópicos, Gilberto Freyre resalta os valores da convivência humana situada em diferentes tempos e espaços tropicais. São as análises sobre o homem e a cultura diversamente situados que toda a sua obra reflete como critério de abordagem ecológica.

Apesar da tendência integradora de conhecimentos presentes em *Casa-grande e senzala* (2003), a maior expressão dos estudos ecológicos de Freyre encontra-se na sua obra *Nordeste* (1985). Nesta obra, Freyre realiza um estudo do Nordeste do Brasil, onde o critério é o ecológico e o centro do interesse é o homem adaptando-se ao meio físico marcado pelo impacto da lavoura canavieira. Diante disso, os animais, os vegetais, os minerais e até mesmo as composições do solo são considerados pelo autor como valores no estudo sociológico das inter-relações em determinado espaço. Sobre este aspecto, Gilberto Freyre afirma em sua obra *Sociologia: introdução ao estudo de seus princípios* (1945) que,

[...] Nenhum problema é mais profundamente ecológico - e ao mesmo tempo sociológico - que o da adaptação do homem ao meio físico, ao conjunto de condições de solo, de vegetação e de vida animal dentro do qual vai estabelecer sua posição, seu status, sua situação de homem social e não apenas de indivíduo biológico: de portador, transplantador, deformador ou renovador de cultura, de instituições, de formas de vida social (FREYRE, 1945, p. 448).

O pluralismo metodológico usado por Gilberto Freyre tornou-se indispensável para o estudo e conhecimento das raízes das formas de civilização brasileira, pois sua perspectiva a respeito do homem situado em espaços tropicais se inseriu, através da sua tropicologia, em uma reflexão científica sobre o homem de acordo com sua própria realidade disposta no espaço e no tempo específicos, com valores existenciais e com sua vida em experiência de impacto de civilizações e culturas. Isto porque a tropicologia se formou sobre um saber de experiências e formulou um conhecimento sobre a integração

do homem à natureza, isto é, seu meio ambiente e sua cultura, possibilitando uma perspectiva existencial do homem no trópico.

Para Bastos (1986) o ver e o interpretar as formas da civilização brasileira através do estudo do homem situado no espaço e no tempo levou Gilberto Freyre a defender a ideia de que, regionalmente, o Brasil deveria ser estudado, porém sem sacrifícios do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza, o homem, da mesma forma que a paisagem. Regionalmente, deveriam ser considerados os problemas de economia nacional. Isto porque, dentro da unidade essencial que une o Brasil e o seu povo marcado pelo trópico, há diferenças às vezes profundas, pois as regiões não são apenas geográficas, mas historicamente diferentes.

Leandro Tocantins ratifica esta ideia quando, ao buscar compreender a formação da sociedade amazônica a partir da interrelação entre homem, natureza e tempo chega à conclusão de que esta sociedade criou seu modo de ser, agir e fazer de forma integrada com a natureza, e por isso, qualquer projeto destinado ao desenvolvimento deveria não apenas se colocar como reprodutor das ideias governamentais, mas como real instrumento de possibilidades ao beneficiamento e à preservação destes valores que fazem da região e de sua sociedade um “organismo único”, como afirmou Hans Bluntschli (1921).

Deste modo, podemos afirmar que a própria amazonotropologia é também o resultado da percepção de Tocantins a respeito da relação entre homem, natureza e tempo no espaço do trópico úmido, aliada ao diálogo intelectual que este autor manteve com outros intérpretes tais como Freyre. Rendendo-lhe ressaltar a importância de todos os estudiosos dos trópicos úmidos amazônicos na formulação desta ciência. Neste sentido afirma,

Os estudos de história, sociologia, antropologia, folclore, economia, etnologia e medicina tropical ganham hoje na Amazonia as dimensões necessárias ao grande conjunto que constituirá a base para uma amazonotropologia. [...] Um Djalma Batista com uma vocação de médocotropical alongando-se numa sociologia da medicina; um Arthur César Ferreira Reis com seus notáveis trabalhos de interpretação histórica e social da Amazônia; um Ernesto Cruz, que revela através de pesquisas históricas fatos essenciais para a compreensão regional; um Mário Ypiranga Monteiro, pesquisador e intérprete do folclore; um Armando Mendes, desvendando horizontes para o estudo e aplicação de uma economia ecológica amazônica; um Almircar Tupiassu, preocupado com os problemas demográficos, aliás, pioneiro, na Amazônia, nesses assuntos; um Nunes Pereira, desvendador e analista da etnografia e etnologia da populações indígenas; um Cosme Ferrera, sensível aos aspectos econômicos e sociais; um Sócrates Bonfim, seguindo por outro mais

jovem da família, Ronaldo Bonfim – estudiosos da economia aplicada aos recursos naturais, o primeiro deles introdutor da indústria siderúrgica da Amazonia. (TOCANTINS, 1969, p. 49).

Sob este outro olhar, percebemos que Tocantins passa então a reconhecer que para se desenvolver uma análise dos processos humanos em determinada região deve-se ir além de uma abordagem meramente geográfica. Isto porque,

O papel que desempenha uma região para erigir novas formas de convivência humana e, como resultante, criar valores culturais, não pode ser medido somente por uma análise de fatos da geografia, estatística, ou mera oposição de ocorrências político-administrativas, e sim, com bastante ênfase, pela sondagem e interpretação de fatos da cultura (TOCANTINS, 1982, p.xvii).

Neste contexto, quando cita os fatos da cultura refere-se à importância da análise da vida em associação, isto é, o homem organizando-se no espaço com o intuito de realizar o aproveitamento da natureza em favor de si mesmo e, portanto, de sua própria sociedade.

Leandro Tocantins não foi o pioneiro nem o único a pensar a Amazônia em bases ecológicas, isto é, através da relação homem e natureza, mas com certeza o enfoque histórico-social-ecológico deste autor fez com que revelasse que a cultura e a sociedade que na Amazônia se desenvolveu é resultado de uma integração entre homem e natureza, o que lhe garantiu chamar atenção desta constante para as instituições políticas locais e nacionais.

O próprio autor afirma que, quando a história da Amazônia ainda era contada somente por frades, o padre João Daniel já havia transmitido através de seus escritos uma descrição com ares ecológicos sobre o homem e a terra, “como se Deus o tivesse encomendado tarefa rigorosa, realizada com muita franqueza, vigor e rara percepção” (TOCANTINS, 1976, p. 5).

Nascido em Portugal, este padre ingressou aos dezessete anos na Companhia de Jesus. Sobre o ofício na Companhia, foi despachado para o Maranhão e Grão Pará onde fixou residência no interior, o qual lhe proporcionou conviver durante muitos anos com índios de várias aldeias. Segundo Tocantins (1976), apesar de não ser ordenado historiador da Companhia de Jesus, mesmo tendo exercido tal ofício, João Daniel foi um curioso das farsas e das realidades da natureza amazonotropical que através do comprometimento com a causa jesuítica, pode analisar e registrar em seu livro *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, escrito por volta do século XVIII, as características da sociedade que se criava no espaço amazônico, seus desafios,

costumes, erros, misérias e o desenvolvimento de uma cultura que acima de tudo tinha por inspiração o meio ambiente que o circundava. Sob este aspecto,

A beira é um poder telúrico. Letra e sinal de têmeperas superiormente dotadas, dando fé de serem compreendidos pelo social e pelo psicológico. Há qualquer coisa de pontualidade no caráter do beiradão. Em revelar-se fiel a alguma causa. A si próprio, marcado pelos mistérios e intervenções dessa paisagem – dura, mística. Rude pousada de misticismo, onde não deixa de acionar paixões e, portanto, movimentos de vida. A beira tempera caráter e dá unção aos seus eleitos (DANIEL apud TOCANTINS, 1976, p. 7-8).

Segundo Tocantins (1976) o padre João Daniel seria um dos antecipadores da Tropicologia na Amazônia, sistematizada como ciência pelo sociólogo Gilberto Freyre. Tendo em seus escritos interpretado a natureza, o homem, e a sociedade de seu tempo, demonstrou técnicas para uma agricultura amazônica, referindo-se à indústria hidráulica aplicada, o uso dos ventos; sobre os índios, a arquitetura plenamente adaptada aos trópicos; as credences populares e sobre a etnografia de inúmeras tribos. Além disso, deu indicações locais, geográficas e históricas que no tocante aos fatos do seu tempo se constituíram seguras fontes para a história geral do grande rio.

Devido a sua extensa leitura dos intérpretes da Amazônia Tocantins conseguiu fazer uma conexão do pensamento de João Daniel a sua própria amazonotropologia, ao encontrar na obra deste padre elementos que buscavam valorizar os aspectos das culturas indígenas da Amazônia, devido na visão do jesuíta essas culturas terem conseguido criar um modo de vida, plenamente adaptado aos trópicos. Levando-o inclusive a advertir seus compatriotas portugueses, que o sucesso da colonização na Amazônia derivaria da não importação do estilo de vida portuguesa na Europa para esta região, mas somente através da observação de como viviam os indígenas para poder aproveitar as soluções que haviam sido encontradas por estes povos milenarmente.

Todavia, afirma Tocantins (1982), o primeiro estudioso que de fato sugeriu que se colocasse em primeiro plano os problemas fundamentais de harmonização homem-natureza foi o naturalista suíço Hans Bluntschli, que através da palestra, proferida no Verein Fuer Geographie und Statistik, em Francfort intitulado a *Amazônia como organismo harmônico* [1921], indicou o ver e o interpretar a Amazônia como um todo, como se homem e natureza pertencessem a um corpo inteiro.

Ao realizar uma viagem de pesquisa à Amazônia, Bluntschli (1964) deixou registrada uma das primeiras perspectivas despreconcebidas sobre a região. Com muita segurança, observou como na Amazônia os fatores que compõem a natureza agem em

conjunto e correspondem um ao outro criando uma verdadeira unidade da qual o homem amazônico não é excluído.

Seu pronunciamento realizado nos anos de 1920 e publicado no Brasil na década de sessenta tornou-se uma descrição clássica da região sob o ponto de vista geográfico-ecológico, não se limitando a enumeração de fatos isolados, mas procurando como alvo final - para usar as palavras de Hans Bluntschli – “compreender o todo”, “aprender a ver um país estranho como unidade orgânica, e a entender o país e a vida dele em si mesmo”, “o reconhecimento da sua própria alma”.

A Amazônia é um país maravilhoso e harmônico que se aprende a compreender, pela inteligência e pelos sentimentos. Com esta Amazônia combinam os rios grandes sem margens, as florestas silenciosas e não cruzados por estradas, combinam bem o índio mas fiel, com a sua ubá e o seu arpão. Essa região possui raça e vida própria (BLUNTSCHLI, 1964, p. 35).

Ao afirmar que as condições externas forçam o homem à adaptação, Bluntschli conclui que a Amazônia por sua natureza inorgânica, e sua vida vegetal e animal e a sua população humana, constitui uma indivisível unidade orgânica e harmônica e até individual, a qual pode se mostrar como guia quando se tem de enfrentar a tarefa de modificar o estado herdado e adaptá-lo às condições mundiais alteradas. Constitui, pois, um grande perigo querer-se exportar uma forma de vida a outras regiões do globo e a outros povos, sem tomar em consideração as condições do ambiente e as inerentes aos mesmos, ambos dados pela natureza e pela história daquelas regiões.

Em relação à obra de Bluntschli, Tocantins (1982), afirma que se trata de uma visão profética deste cientista, que também lança fundamentos para uma ecologia regional, a qual Leandro Tocantins preferiu chamar de Amazonotropologia.

### **2.3. Reflexões sobre os dois tempos em Leandro Tocantins**

Embora a obra *O rio comanda a vida* (1968) não focalize especificamente a constante ecológica é possível perceber traços de uma ecologia quando fala da relação homem e natureza, vista, porém, por meio de uma luta na qual a natureza é sempre vencedora.

Nesta obra, Tocantins aponta que homem e natureza se relacionam de forma tão intensa na Amazônia que até as leis de convivência são traçadas a partir desta relação. Deste modo, até mesmo as lendas exerceram um papel fundamental nesse processo

quando, por exemplo, um personagem tal como o curupira – espécie de duende protetor das árvores e dos bichos – exerce o papel de agente fiscalizador dos regulamentos da caça e pesca, mostrando assim que é racional a relação que o homem tem com a natureza amazônica. Neste sentido,

Abater maldosamente uma árvore, destruir frutos, será motivo de punição do curupira. O duende, meio menino, meio bicho, com o corpo todo peludo e os pés virados para trás, é o guardião dos animais, e só admite caçados quando feitas por necessidade de subsistência. Se é realizada por mero esporte, os castigos infligidos são severos: o curupira transforma-se em qualquer animal, fazendo o perseguidor andar léguas e léguas sem poder abatê-lo e, finalmente, perde-se no intrincado da selva. Se, porventura, o caçador acerta-lhe um tiro, quando vai recolhê-lo – que triste surpresa e terrível vingança! – encontra prostrado o seu filho ou algum ente querido (TOCANTINS, 1968, p. 99-100).

Entretanto, é a partir de *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1982), e estendido também para outras obras de cunho ensaístico tal como *Vida, cultura e ação* (1969), que essa ecologia é trabalhada pelo autor através de uma perspectiva na qual homem e natureza se envolvem ao ponto de tornarem-se uma coisa só. Para isso, aborda uma questão de fundamental importância no estudo da compreensão das estruturas que se formaram na Amazônia. Trata-se, portanto, de uma análise histórica do quanto a força da natureza influenciou a sociedade que se formara a partir da relação do índio com o português colonizador, na tentativa de humanizar tal espaço.

Os valores existenciais na Amazônia – o índio, o português – em confronto com os valores da natureza – a floresta, o rio, a terra, a luz, os ventos – se correlacionaram, se harmonizaram, produziram um conjunto de valores culturais que emprestam à região essa personalidade singular a que sempre estamos aludindo no que diz respeito aos fatos de cultura relativos a técnicas, artefatos, padrões de comportamentos e atitudes que se observam na sociedade amazônica (TOCANTINS, 1969, p. 40)

Seus relatos históricos afirmam que os povoadores brancos, por já terem participado da experiência do Nordeste, aliado ao fato de que suas experiências derivavam do açúcar, foram conduzidos sempre à tentativa de centralizar atividades humanas em um único produto. No entanto, esta empresa na Amazônia tomaria rumo diferente, pois as condições geográficas do meio amazônico afastaram as possibilidades de construir uma sociedade fundamentada na agricultura latifundiária.

Em *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1982), Leandro Tocantins expõe com certa admiração o espírito pragmático do colonizador português, que mesmo tendo como seu ideal de conquista a fundação da indústria açucareira na região, mostrou-se

sensível ao aceitar as sugestões da natureza detendo-se na coleta de especiarias silvestres e na utilização da fauna aquática.

No entanto, somente a sensibilidade e o empreendedorismo do colonizador português não bastavam para o êxito de tal empresa, pois a tarefa de coletar da mata produtos espontâneos exigia um modo de vida específico. Daí a relevância da contribuição indígena, a qual constituiu único meio de se obter êxito no esforço colonizador, isto é, no que garantia a posse da terra e o seu uso para uma permanência efetiva. Neste sentido ressalta que,

O índio mostrou ao europeu como pescar, como comer, como dormir em rêde, como caçar, como remar. Deu-lhe lições diárias como viver nos trópicos amazônicos, inclusive tomando banho várias vezes ao dia. Contribuiu com a sua linguagem, o seu folclore, os seus hábitos de vida cotidiana para que o português, incorporando esses valores, pudessem mais facilmente assenhorar-se da terra, amansá-la, extrair das florestas e das águas os elementos que viriam pesar no comércio regional.[...] (TOCANTINS, 1969, p. 41)

Com isso Tocantins enfatiza que este índio veio a ser um valiosíssimo agente do processo econômico e portanto, a peça mais importante na colonização amazônica, pois, foi ele quem instruiu o homem branco nas singularidades da terra, nos segredos da floresta e das águas, ensinou a maneira prática de explorar as riquezas naturais, maneira que, embora rústicas ou primitiva, tinha a lógica, a sua razão de ser, a experiência aprovada em um meio completamente estranho ao europeu, transmitindo a sua técnica de trabalho, colaborando nas tarefas comuns à sociedade.

Em *Casa grande e senzala* (2003), Gilberto Freyre afirma que o escravo oriundo da cultura negra mais adiantada foi um componente ativo e criador na colonização do Brasil, constituindo elemento nobre também na formação cultural de determinadas regiões. Na Amazônia, vemos que este papel foi exercido pelo indígena o qual, segundo Leandro Tocantins (1982), constituiu o agente ativo no processo de integração entre o homem social, os grupos humanos e a natureza, pois contribuiu através de sua linguagem, seu folclore e seus hábitos de vida cotidiana para que o colonizador pudesse assenhorar-se da terra e extrair das florestas e das águas os elementos que viriam desenvolver a economia regional.

Diante disso, torna-se evidente que o índio e o branco colonizador se correlacionaram à natureza em um processo de inter-relação consequente do esforço de sobrevivência neste espaço. Tal processo, segundo Tocantins (1982), foi indispensável

para a permanência humana na região e ao desenvolvimento do conjunto de valores culturais, aos quais atribuem à Amazônia a suas características.

Porém, atribui que todo esse equilíbrio só foi possível devido à personalidade dos homens que se fixaram neste espaço, e que conseqüentemente permitiu a interação com os fatores naturais, condicionadores e caracterizadores da cultura do trópico úmido.

Vento e planície, floresta e água agem intimamente ligados; e compreende-se que na Amazônia tudo deve estar sob a sua influência, do ser vivo, ao mais diminuto, até o modo de viver do homem. A convergência das forças, a influência do mundo inanimado dos homens, dos bichos, das plantas, em busca de harmonia (TOCANTINS, 1969, p.47).

Neste sentido, os aspectos naturais do trópico úmido amazônico apresentaram um conjunto de sugestões para a caracterização de um complexo cultural, social e econômico, todavia, diferenciados do restante do país. O que remete à ideia freyriana de que o Brasil é formado sociologicamente por regiões naturais que sobressaíram às regiões sociais.

O olhar de Leandro Tocantins em *O rio comanda a vida* revelou uma sociedade que se desenvolveu nas bases de um “confronto”, onde as forças naturais eram condicionantes do ritmo de vida dos homens. Posteriormente, em *Amazônia: natureza, homem e tempo* o autor reconhece que a relação que iniciou nas bases daquilo que denominou de confronto, tornou-se estável e harmoniosa, pois, como num processo simbiótico homem e natureza tornaram-se interdependente ao ponto de se tornarem um só. A partir dessa visão, revela ideias positivistas quando também afirma que somente o reconhecimento e o respeito desta constante farão com que o homem possa dominar a natureza em favor de sua própria espécie.

Sabendo que a identidade na obra do escritor é mais ampla, ressaltamos, porém, que um vôo pelos prefácios e pelas introduções nos levou a outros caminhos dos textos do autor. Neste sentido, ao refletirmos sobre os dois tempos de Leandro Tocantins, nosso percurso sinalizou para outras veredas, as quais nos proporcionou identificarmos um outro tempo deste autor na segunda edição atualizada de *Amazônia: natureza, homem e tempo*, de 1982. Ao qual identificamos um intelectual já maduro, manifestando uma profunda espiritualidade ao ressaltar a importância da preservação do modo como o homem criou a sociedade amazônica, não mais na perspectiva do confronto, mas sim, no “casamento civil e religioso entre homem e natureza” (TOCANTINS, 1982, p. xxvii).

Em torno desta perspectiva, sua preocupação se volta para o futuro da região, que mergulhada num processo de pleno desenvolvimento econômico, poderia muito bem esquecer-se dos valores aos quais deram a sociedade amazônica as suas características e avançar em um processo de degradação ambiental que segundo Tocantins (1982) já havia começado e não iria parar a menos que se tomassem medidas urgentes.

Para este autor, o homem está científica e socialmente provado que não poderá ter um destino inverso ao da natureza. E, na Amazônia, esse quadro torna-se ainda mais evidente, pois tal relação empresta à região a sua marca.

Isso, no entanto, não deixa argumentos para Leandro Tocantins ser considerado um autor alarmista e pessimista quanto ao futuro da região. Pelo contrário, sua percepção arguta apenas deixou bases para compreendermos que os fenômenos naturais já estavam anunciados por antigos estudiosos da Amazônia tal como este autor, que por entre os anos de mil novecentos e sessenta (1960) lança a obra *Amazônia: natureza homem e tempo* já com uma proposta ecológica e mais tarde em 1980 a sua segunda edição na qual enfatiza o quanto os processos de crescimento econômico deveriam procurar o equilíbrio entre os eternos nubentes: homem e natureza. Para isso, justificou sua proposta em suas próprias concepções religiosas.

[...] a participação da natureza na visão religiosa da vida está reinante desde o Velho Testamento. Noé, a mando de Deus, talvez seja o primeiro ecologista do mundo. A preocupação de Deus, o Supremo Ecologista, é bíblicamente revelada pelo “casamento” da terra com o “povo” (sabe-se que no hebraico, terra é feminino e povo é masculino), matrimônio simbólico da Ecologia. E quando Deus (Oséias, cap. 2, v.18) anuncia: “E farei aliança entre eles, naquele dia, com as alimárias do campo, e com as aves do céu, e com os répteis da terra”. Ele está propondo a paz ecológica” (TOCANTINS, 1982, p. xxx).

Para fundamentar essa perspectiva dialogou com Seyyed Hossein Nasr [1966], professor da universidade de Teerã da República Islâmica do Irã, o qual foi considerado um crítico oriental do Ocidente. Em seus estudos Nasr teoriza que os problemas que ocasionaram o desequilíbrio entre o homem contemporâneo e a natureza são provocados pela ciência moderna que arrastou o ser humano por suas próprias invenções levando-lhe a uma condição “infra-humana”. Diante disso, considera a única solução para que o homem possa defender sua qualidade de ser humano é voltando a assemelhar-se à imagem do homem como reflexo de algo que transcende o meramente humano.

Ao desenvolver sua análise este seguidor de religião e cultura não-ocidental apontou com fundamental importância as bases históricas tanto da própria ciência quanto da filosofia e da teologia grega e cristã, isto porque em sua concepção tanto o indivíduo quanto a cultura em que ele vive trazem as raízes de seu passado. Deste modo, através de uma digressão histórica em torno deste processo no ocidente, considerou como o cenário principal da separação entre o homem e a natureza, o encontro da civilização cristã com a civilização da antiguidade que o cristianismo veio substituir no ocidente, encontro este ao qual preferimos chamar, sob a perspectiva de Max Weber, de um dos primeiros processos de racionalização da vida ocidental, visto que tratou-se da substituição da religião cosmocêntrica dos gregos e romanos – ao qual enfatizavam a qualidade divina dos elementos do cosmos e a categoria sobrenatural da própria inteligência humana, pela religião teocêntrica – fundamentada no amadurecimento interior dos próprios homens, isto é as suas almas, ressaltando a natureza de Deus e a salvação.

Nas palavras de Tocantins a necessidade de salvação dos homens, como ser criado à imagem e semelhança de Deus, com o predomínio da virtude sobre a torpeza da civilização antiga, levou o cristianismo a concentrar-se somente no estudo e no aperfeiçoamento do mundo interior e das estruturas espirituais do homem. Com isso Nasr (1977), afirma que para conseguir estabelecer sua teologia naquela atmosfera específica em que o cristianismo se encontrava, teve que distanciar os homens da excessiva atração pela natureza, fundamentos das religiões cósmicas que relacionavam seus deuses aos elementos naturais.

A sensibilidade de Tocantins lhe fez perceber que todo esse processo fora fundamental para o crescimento das próprias potencialidades espirituais da humanidade, pois somente após determinado posicionamento do cristianismo o processo de racionalização da vida [grifo nosso], processo que podemos considerar que teve como iniciador o cristianismo, este crescimento interior dos homens fora colocado como elemento central de exímia importância para o desenvolvimento da humanidade.

[...] sistema preventivo, regulador, disciplinador de almas, diante da decadência das religiões Greco-romanas. Justifica-o Seyyed Hossein Nasr: “O cristianismo, quando foi chamado a salvar antes uma civilização que umas poucas almas, se viu face a um mundo onde o naturalismo, o empirismo e o racionalismo grassavam de forma incontrolável (...) e reagiu contra este naturalismo ao ressaltar a fronteira entre o sobrenatural e o natural e ao tornar esta distinção tão estrita ao ponto de destruir a Natureza do espírito interior que emana

todas as coisas” [...] (NASR, 1977 apud TOCANTINS, 1982, p. xxxi).

De acordo com Nasr em seu livro *O Homem e a Natureza* (1977), à medida que o cristianismo cresceu de religião espiritual de uns poucos à força espiritual da humanidade, começou a moldar uma civilização que era distintamente cristã e teve que desenvolver tanto sua própria arte e cosmologia, quanto às ciências do mundo natural. Se teologicamente o cristianismo enfatiza uma rejeição da “vida deste mundo” e uma busca de um reino que não se encontrava neste mundo, em sua visão total das coisas teve também de possuir o meio de equiparar as técnicas dos artesãos com a atividade cristã e o mundo em que o homem cristão vivia com o Universo cristão.

A partir da perspectiva weberiana interpretamos esse processo como o processo de racionalização, uma vez que o Cristianismo para Weber (2002) sistematizou a vida cotidiana dos indivíduos. Segundo este teórico da sociologia, a racionalização fez com que os elementos mágicos do pensamento fossem deslocados trazendo coerência sistemática as atitudes e a mentalidade humana. Todavia, apesar de Leandro Tocantins não ter trabalhado o conceito de racionalismo, ou ter dialogado diretamente com a teoria de Max Weber é possível percebê-los embricados em seu discurso no prefácio e na introdução de 1980 de *Amazônia: natureza, homem e tempo*, quando ao dialogar com Seyyed Hossein Nasr relaciona a Amazônia à modernidade, a natureza, o homem e a religião.

Sob este aspecto, apontamos a teoria de modernidade de Max Weber para demonstrar que o racionalismo que se manifestou nas sociedades modernas é o racionalismo da dominação do mundo, a qual inclui a dominação da natureza claramente relacionada a fatores econômicos.

Este teórico também não construiu nenhuma reflexão sobre homem e natureza, e muito menos sob uma perspectiva ecológica, mas na tentativa de compreender os fenômenos culturais da modernidade centrou sua obra na Sociologia da Religião, onde o principal foco era a modernidade, elementos estes, apontados por Leandro Tocantins em seu discurso sobre a Amazônia da segunda metade do século 20.

Para Weber (2006), a modernidade era caracterizada pela ação racional, isto é, a ação movida a fins. Sua teoria deixa claro que esta racionalidade tem existido em todas as culturas. Entretanto, para caracterizar sua diferença do ponto de vista da história é necessário vermos primeiramente em que direção elas ocorrem. Deste modo, no ocidente a religião cristã foi um fator que impulsionou o desenvolvimento de uma

forma específica de racionalismo, da qual o capitalismo representado pela ciência e pela técnica é a maior expressão, comprovando assim que o avanço da racionalização não acontece primordialmente em conflito com a religião, como afirmava a visão iluminista e positivista, mas ocorre a partir do próprio processo de complexificação da religião, de seus dogmas e de sua moral.

Segundo Weber (1982), quando as religiões institucionalizaram uma ética oriunda de impulsos de ações de natureza prática, estavam abrindo oportunidades para que ocorresse o processo de racionalização da vida. No entanto, este autor toma o processo de racionalização como uma ação prática motivada a fins e desprendida da magia. Com isso, o conhecimento racional pode separar o domínio da natureza de um lado e as experiências místicas do outro.

Com este racionalismo o homem foi capaz de alcançar as maiores alturas, no sentido da produção das suas potencialidades no campo da ciência, da tecnologia e da cultura material, por outro lado o avanço da ciência e, portanto, da técnica provocou a crise entre homem e a natureza, devido a sua dinâmica está fundamentada em fatores econômicos os quais os associavam ao domínio e a exploração dos recursos naturais. Deste modo, podemos afirmar que não foi o cristianismo, mas o próprio processo de racionalização da vida é quem divorciou o homem da natureza, colocando-o numa posição de superioridade em relação a ela, o que trouxe inúmeras consequências já vistas por muitos estudiosos, dentre os quais destacamos na Amazônia do século 20 Leandro Tocantins que chamou atenção para o cuidado com a modernidade sem critérios e as suas consequências sobre a cultura, a sociedade e o meio ambiente amazônico.

Para este intelectual (1982), não é possível haver separação entre natureza e homem pois, a própria estrutura do Cosmo contém uma mensagem espiritual para o homem, sendo, por conseguinte, uma revelação vinda da mesma origem que a própria religião. Tomando sob este aspecto, na percepção deste intelectual a Amazônia, entretanto, constitui um cenário a parte, isto porque, mesmo já convivendo com as consequências da modernidade, a considerava como “aquela página ainda molhada pelo orvalho do Gênesis, tal como imaginou Euclides da Cunha” (TOCANTINS 1982, p. xxxiii). Isto, no sentido de que a relação homem e natureza não foi totalmente cortada, daí os povos indígenas, as populações ribeirinhas e camponesas que ainda vivem, o casamento no civil e no religioso com o meio ambiente natural amazônico, tal como afirmava o autor.

A partir desta percepção Tocantins procurou através de suas obras transmitir uma maior sensibilidade pelos valores tradicionais da vida brasileira e, principalmente, a amazônica, enfatizando a real necessidade de compreensão da sua peculiaridade na execução dos projetos ou estudos sobre a região. Deste modo, sua metodologia em *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1982) se dá primeiramente através de um resgate histórico da relação homem e natureza amazônica, para então apontar possíveis soluções para seu pleno desenvolvimento, ressaltando que o desafio do mundo moderno seria a retomada deste caminho que conciliou o homem e a natureza.

## Capítulo 3

### Leandro Tocantins e as discussões sobre o meio ambiente

#### 3.1. Processo de racionalização e dominação da natureza amazônica

Tocantins percebeu na Amazônia que a relação homem e natureza não fora totalmente rompida, pois o que constitui a própria cultura da região são os valores construídos em torno desta relação. Por outro lado, não esconde sua preocupação quanto ao futuro da Amazônia se a sociedade brasileira e o poder público ficarem omissos a esta particularidade. Mas até que ponto a Amazônia ainda conserva essa virtude que levou homem e natureza a se envolverem ao passo de vir a construir uma cultura e uma sociedade caracterizadas por esta relação? Na tentativa de responder tal questão tomaremos por base a própria concepção de Tocantins sobre tempo e espaço.

Na concepção deste autor o espaço depende mais do tempo que este daquele, pois o espaço é condicionado pelas coisas na medida em que estas se temporalizam. Nesta perspectiva, o espaço amazônico, com suas riquezas naturais e a sociedade que nele habita, atravessaram processos que nos dão respostas para nossa indagação.

O processo de racionalização no Ocidente, como ação social movida a fins mais do que movida a valores, tornou-se a base fundamental para a formação do mundo ocidental moderno e capitalista, tal como o conhecemos hoje. Ocorre que, sob as bases dessa racionalização o mundo moderno ocidental priorizou as razões técnicas e estratégicas a despeito de uma ação social movida a valores, logo podemos perceber que a ciência e a técnica colocadas a serviço da empresa capitalista foi capaz de desenvolver inúmeras patologias no mundo moderno, fenômenos esses aos quais a Amazônia não esteve imune, pois, ao contrário dos discursos sobre o isolamento desta região, a Amazônia sempre esteve em evidência em relação à dinâmica do racionalismo do mundo moderno ocidental.

A própria formação social da Amazônia trás a marca da aproximação ao mundo europeu da época da conquista e da colonização. Deste modo, a ideia de que a Amazônia era um espaço esquecido e distante da dinâmica do mundo moderno parece não se sustentar quando analisamos a sua inserção no devir do processo civilizador ocidental, ao qual preferimos também chamar de expansão e estabelecimento de processo de racionalização da vida no Ocidente, a partir das grandes navegações, isso porque tal processo, como uma das primeiras manifestações da globalização das

relações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, inseriu a Amazônia também na sua esfera de preocupação. Com isso, ressaltamos que a formação econômica e social deste espaço é resultado da dinâmica do capitalismo e, por isso, envolvida desde a sua colonização aos processos de expansão e crise do capital.

Podemos dizer que a inserção da Amazônia na dinâmica do capitalismo não é um fenômeno contemporâneo, presente a partir do século 20, pelo contrário, desde a colonização a Amazônia já fora inserida no foco das atenções mundiais e a primeira forma de inserção na esfera do mundo moderno se deu a partir da exploração das drogas do sertão, no período das grandes navegações, o que proporcionou à região vir a fornecer ao grande comércio mundial matérias-primas industriais oriundas da vegetação amazônica.

Com o ciclo econômico da borracha, iniciou-se outro capítulo da história da Amazônia. Foi uma das fases mais dinâmicas da economia da região, pois, estabeleceu conexão direta com o processo industrial do velho continente e da América do Norte. Porém, é importante ressaltar que o produto principal deste novo ciclo, a borracha, nada mais era do que outra droga do sertão, que ao sobressair-se sufocou todas as outras manifestações de vida econômica amazônica. Neste contexto, o povoamento da Amazônia, sob o estímulo da borracha, foi motivado por um processo ecológico mais intenso que a colheita das drogas do sertão no período colonial. De acordo com Tocantins (1982) esse processo se deu devido a borracha ter sido um produto que conduziu o homem a um grau de subordinação à floresta jamais ocorrido em época anterior, o que lhe garantiu construir uma personalidade, ou *ethos* particular, exigindo deste homem adaptação biológica ainda mais profunda. Esse *ethos*, se deu na forma como o homem inserido no espaço amazônico reagiu e dominou o meio. Reagiu sem deixar de subordinar-se à mata, interrelacionando-se com plantas e animais para conseguir o equilíbrio biótico, fundamental, quando analisamos a cultura da região amazônica sob as bases do pensamento de Leandro Tocantins.

Com isso podemos identificar que a Amazônia de Tocantins também é o resultado da ação humana nesta paisagem em decorrência da luta pela existência, o que veio atuar de forma significativa na própria formação da cultura local. Em consequência disso, este autor aponta que os indivíduos e as espécies distribuíram-se no espaço amazônico de modo que cada um pôde viver no lugar que mais lhe conveniasse e onde encontraram menor competição com outros organismos e espécies, ou seja, “[...] é a

ordem biótica-social, que vem instituir o equilíbrio ou a balança da natureza” (TOCANTINS, 1982, p. 102).

Tocantins via no seringal, através da economia da borracha, a primeira grande unidade de produção da Amazônia no qual se pode identificar um exemplo de comunidade biótica. Em sua concepção, o seringal configura-se como uma comunidade biótica, justamente por ser o espaço onde houve uma interrelação e uma interdependência das espécies dentro de um habitat comum. Neste sentido,

[...] uma população organizada territorialmente, mais ou menos completamente arraigada ao solo que ocupa, e com as suas unidades individuais vivendo em relação de mútua interdependência, que é antes simbiótica do que social. Dentro desse sistema, é possível entender-se a interação de quatro fatores imprescindíveis em qualquer comunidade, vista sob o prisma ecológico: população, cultura tecnológica, costumes e crenças e o último fora do complexo social, os recursos naturais do *habitat*. (HOLLINGSHEAD apud TOCANTINS, 1982, p.102)

De acordo com o autor, a mobilidade e a dispersão das massas humanas no espaço amazônico impediram que surgissem tipos representativos de atividades funcionais, embora nenhum tipo tenha tido forte predomínio sobre os outros, o que só se vai verificar num regime oniprodutivo, ou seja, na fase do extrativismo da borracha. Com a borracha, a Amazônia conseguiu viver um regime oniprodutivo e latifundiário que transformou inteiramente o processo econômico local e refletindo profundamente no modo de vida das populações.

Segundo Tocantins (1982), encontrava-se uma simbiose em todas as especializações funcionais no sistema social do seringal: o seringueiro que corta a árvore, o caucheiro que abate a árvore do caucho, o balateiro que sangra a árvore da balata e ainda as várias pessoas engajadas em tarefas auxiliares. Sob este aspecto, o autor compara também o seringal com os engenhos do nordeste, onde a casa grande representa o barracão e a senzala toda a selva, porém não semelhante ao papel do negro, mas um imensurável pombal verde amurado de clorofila no qual os homens, isto é, o seringueiro é ecologicamente situado, mas socialmente perdido em seus direitos humanos e em toda a dignidade de ser homem.

Por outro lado, o extrativismo da borracha causou um fenômeno que, segundo o autor, não pode ficar despercebido quando se investigam as atuais bases da sociedade amazônica, que é o fortalecimento econômico, político e social das capitais Belém e Manaus. Sob esta perspectiva, Tocantins (1982) considera o período áureo da borracha

como civilização da borracha, tendo em vista que este período fez com que a Amazônia alcançasse aspectos dinâmicos de realizações sociais e econômicas antes nunca vistos, deixando de ser apenas aquela região tropical fornecedora de especiarias, bichos exóticos e de poucos produtos cultiváveis. Todavia, tais prazeres oriundos da borracha estiveram muito distantes das grandes parcelas humanas que fundamentaram a economia gumífera na figura do seringueiro (na sua grande maioria homens vindos do nordeste do país iludidos com a esperança de enriquecer as costas do ouro negro) que na Amazônia acabava por “dormir em sua própria desgraça”.

Tocantins classifica em *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1982) os tempos históricos, sócio-ecológicos e econômicos da Amazônia. Primeiramente classificou o tempo das drogas do sertão como o primeiro tempo nesta configuração, após esse período classificou o segundo tempo como o ciclo do ouro negro, onde se deu a exclusividade da borracha, também considerada como uma droga do sertão. E por último, classificou o período da agricultura, da exploração do subsolo e da implantação de indústrias e as usinas hidrelétricas, como o tempo que veio também pulsar na vasta organização natural, humana, social e cultural da Amazônia.

Ao analisar o ciclo do ouro negro, Tocantins o considerou como a civilização da borracha e destacou o perigo da economia amazônica ter-se detido nas bases de um único produto. Neste sentido, ressalta seu posicionamento considerando como fundamentais as palavras de José Veríssimo em seu livro *Interesses da Amazônia* (1915) onde afirma que,

No comércio da Amazônia se fazem fortunas numerosas e rápidas [...] mas na realidade não há ali riqueza acumulada, não há capital bastante às necessidades do já importantíssimo tráfego da região. E como esta vive exclusivamente de um único produto, está por isso mesmo sujeita as oscilações do valor comercial desse produto, às flutuações de seu preço, às suas crises que logo resultam nos da mesma região. É o que sucederá em qualquer país cuja economia assente no comércio de um só produto (TOCANTINS apud VERÍSSIMO, 1982, p. 109).

Desta forma foi que a estrutura da sociedade regional acabou por se abalar profundamente após a desvalorização da borracha, depois da primeira Guerra Mundial. A Amazônia perdeu para outros países, como a Malásia, Índia e o Ceilão a guerra pelo domínio da economia da borracha. Isto nos serve primeiramente para demonstrar que neste processo, a Amazônia esteve inserida, e de certo modo autônoma em relação à nação, na dinâmica do capitalismo mundial e também, nos dá bases para revelar o

quanto ela não pode ser considerada como a única com determinadas características biofísicas, pois o fato da borracha amazônica ter se adaptado tão bem a outros continentes, prova que seu bioma não é o principal e único, visto que existem outros lugares onde, além dos aspectos naturais, sua cultura e sociedade se desenvolveram de forma semelhante à Amazônia.

Porém, o período que vai da tensão crítica na economia da borracha até a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1918 a 1942, ocorreu uma nova fase econômica e até político-administrativa, pois foi um período de pré-ajustamento às realidades brasileiras. Com isso, a Amazônia que antes da Primeira Guerra sincronizava-se com a economia mundial, passou a enquadrar-se na economia nacional.

No período do pós-guerra surgiu uma nova fase econômica que lançou a Amazônia em um outro momento. Segundo Leandro Tocantins (1982), as condições de vida no Brasil alteraram-se profundamente após as duas grandes guerras, com isso, ocorreu uma celeridade no processo de industrialização dos Estados do sul do Brasil e a diminuição da procura de matérias-primas de produção regional nos mercados externos. Sob este aspecto, o autor critica o fato de a Amazônia ter vivido por muito tempo sob as bases da indústria extrativa. Em suas palavras, “o vale amazônico se alimenta de feijão do Rio Grande do Sul, manteiga de Minas Gerais, café de São Paulo, charque de Goiás e Rio Grande. Nessa produção, em regra geral, se limita a artigos dados pela natureza: borracha, castanha, pau-rosa [...]” (1982, p.149).

Durante o período dos ciclos das drogas do sertão e o da borracha, vemos que a região possuía uma relação de dependência com o exterior muito grande. Após esse período, políticas públicas de desenvolvimento do governo federal subordinou a Amazônia a uma espécie de neocolonialismo interno, sobretudo de São Paulo que, com o posto do mais novo pioneiro na ocupação da Amazônia, veio implantar indústrias urbanas e a formação de pastagem para a criação de gado, causando grandes transformações na região. Entretanto, foi somente através da implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, que a Amazônia voltou a rearticular as suas relações com o mundo.

Porém, as transformações na região iniciaram-se muito antes da implantação destas políticas públicas de desenvolvimento. E sob este aspecto, observamos que os próprios processos históricos também nos servem para afirmar que a ideia de que a Amazônia se constitui em um espaço natural intocado também não possui fundamentos. Pois de acordo com Witkoski (2007), a Amazônia constitui um grande espaço

humanizado. Em sua percepção, foram nas bases do etnocídio de muitos povos indígenas desde a conquista e posse dos europeus, mas particularmente dos portugueses que a sociodiversidade e a biodiversidade da região começaram a ser gradualmente abaladas, isso porque, quando não se dizimaram grandes massas de povos indígenas e a própria biodiversidade amazônica, fizeram-se com ela pirataria, tal como aconteceu com a hévea brasileira, destruindo assim a fase econômica da borracha na região.

Por outro lado, em seu trabalho *Terras, florestas águas trabalho* (2007), Antonio Carlos Witkoski aponta que é justamente através do projeto de conquista e posse dos portugueses que a miscigenação dos povos indígenas aconteceu, e nesse devir muitas das formas do relacionamento dos ameríndios com a natureza, como os aspectos relevantes de seu modo de vida na agricultura, no extrativismo vegetal e no extrativismo animal, como a caça e a pesca, foram herdadas pelos caboclos, guardiães da natureza, tratados sociologicamente como camponeses. Além dos povos indígenas, foi mais ainda a vida deste camponês que veio sofrer mudanças significativas a partir da instalação da Zona Franca de Manaus, pois além de transformar a cidade de Manaus em a “Metrópole da selva”, alterou de forma expressiva a vida rural e urbana do Estado do Amazonas radicalizando as relações de dependência dos camponeses ao mundo urbano.

Vale ressaltar que o intento modernizador das políticas de desenvolvimento para Amazônia se deu também através do incentivo a expansão da fronteira agrícola na região por meio da pecuária e da agricultura, além da instalação dos modelos industriais baseados no investimento direto estrangeiro através da Zona Franca. Deste modo, podemos afirmar que durante esse período, sob as bases do Estado brasileiro, a Amazônia recebeu uma concentração de esforços para o desenvolvimento capitalista ao nível da economia mundial. Tal como já fora discutido no primeiro capítulo deste trabalho, a implantação de certas políticas de desenvolvimento trás sérias ressonâncias na vida das populações locais quando deslocadas do elemento cultural. Neste sentido a sociedade amazônica pode sentir este impacto principalmente porque, ao contrário deste grande esforço em torno de tais políticas, nada se fez para investir em ciência e tecnologia aplicáveis a cultura do homem amazônico, tendo em vista que ao ser instalado, esse modelo de desenvolvimento trouxe consigo os padrões tecnológicos já existentes no exterior estranhos a realidade local.

A entrada de tecnologias estranhas ao ecossistema da região tais como o uso de agrotóxicos e fertilizantes no solo, pecuária extensiva, empreendimento madeireiro sem

critérios e o incentivo ao monocultivo impactou profundamente o comportamento do homem amazônico. Neste sentido,

A divisão sexual e social do trabalho, que institui a unidade familiar, cria e recria o camponês e sua família que, desde cedo, inserem-se no mundo do trabalho, desenvolvendo um conjunto bastante heterogêneo de atividades e dele não têm como fugir. Se o camponês torna-se monovalente, passa a desenvolver atividades específicas na terra, na floresta ou na água; isto pode significar muita dificuldade na produção e reprodução da própria vida camponesa [...] o camponês e sua família necessitam ser polivalentes para tirarem melhor proveito do complexo ambiente em que habitam [...] (WITKOSKI, 2007, p. 430-431).

Desta forma, vemos que um autêntico projeto de desenvolvimento para a região deveria contribuir também para o desenvolvimento humano da população local, coisa que não aconteceu. Entretanto, não podemos deixar de destacar que Leandro Tocantins teve uma participação importante no processo de instalação dessas políticas públicas. Isso porque, quando na posição de assessor no governo de Arthur Cezar Ferreira Reis (1953-1956) teve a possibilidade de realizar estudos nos Estados Unidos sobre desenvolvimento regional o que lhe possibilitou como intelectual participar ativamente das discussões sobre a instalação do Porto Livre de Manaus, que veio desencadear a instalação da Zona Franca em Manaus.

Tocantins abraçou o espírito modernizador vislumbrando na Amazônia um Brasil que necessitava se libertar de muitas técnicas que conduziam à práticas econômicas que não priorizavam o desenvolvimento local. Com isso, criticava qualquer tipo de modelo que viesse fazer com que a Amazônia, da mesma maneira que no passado, produzisse apenas gêneros tropicais e matéria-prima para o funcionamento das indústrias do resto do país. Desta forma, defendeu a modernização e o planejamento econômico como mudanças que possibilitariam reacender o próprio potencial amazônico diante da nação, isso se a preservação da cultura amazônica fosse também priorizada, visto que neste processo tal elemento seria fundamental para que a modernização não se transformasse em degradação.

Em Tocantins preservar a cultura não significa o apego exacerbado ao passado, mas sim, preservar a relação homem e natureza que na Amazônia foram as bases dos valores tradicionais regionais, essenciais para uma perfeita integração amazônica ao complexo cultural brasileiro. Para Tocantins, somente desta forma se poderia integrar a região à nação sem porém, correr-se o risco de substituir seu complexo cultural ao industrialismo capitalista e ao absolutismo unitário. Deste modo, ressalta em quase todas as suas obras a necessidade do processo de modernização e desenvolvimento da

Amazônia estar fundamentado primeiramente na produção de conhecimento sobre a realidade e as reais necessidades da região. Com isso, ressalta a necessidade de se investir também na produção de conhecimento e utilizar os estudos locais já existentes na formulação das novas políticas de desenvolvimento para a região.

Com isso garante em sua obra *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1982), que através de investimento em pesquisas na região será possível apontar mecanismos de melhoramento das técnicas que o homem amazônico já usa, visto que a modernização acaba por exigir isso do homem amazônico que, preso nas velhas técnicas do passado não conseguiria suprir suas novas necessidades suscitadas pela vida moderna.

É certo que o chamado desenvolvimento econômico moderno chegou à região somente através da Zona Franca de Manaus, trazendo inovações e tecnologias diferentes, mas o modo como a região se inseriu na realidade do desenvolvimento econômico brasileiro não teve em vista às singularidades deste povo, que privilegiava suas antigas condições de trabalho seja através da pesca, da caça e etc. Isto causou profunda inquietação em Leandro Tocantins, que em 1980 afirmou que sob as bases de um pleno desenvolvimento econômico, as capitais Belém e principalmente Manaus continuaram como nos tempos do ciclo da borracha, exercendo sozinhas o comando econômico e social da Amazônia, e o seu interior continuava mergulhado no passado tendo em vista que o homem deste espaço continuava sobrevivendo através das mesmas técnicas de produção de dois séculos atrás.

Vemos que este modelo de desenvolvimento não produziu plena sinergia com a sociedade amazônica principalmente porque a identidade e a cultura do homem amazônico, seja ele o homem urbano ou rural, tal como já havia diagnosticado Leandro Tocantins, estava plenamente associadas a relação direta com os elementos desta natureza: os rios, os animais, o clima e a flora. Tal problemática é visível diante do fato de que o processo de desenvolvimento tecnológico na Amazônia está a serviço somente do capital nacional e internacional não estabelecendo um compromisso com a sua sociedade como um todo, que vislumbrou inicialmente uma exploração excessiva dos recursos naturais e mais atualmente a constante importação de tecnologias para a atividade industrial e para a área de serviço, ignorando o potencial criativo da região.

Esse paradoxo é explicado por Renan Freitas Pinto (1986) como o resultado da falta de originalidade e de compromisso com o pleno desenvolvimento regional, característica histórica das conhecidas zonas francas, as quais possuíam como objetivo principal somente a dinamização e o desenvolvimento dos setores da economia mundial

em regiões em processo de integração ao sistema capitalista. Sob esta perspectiva, o autor ressalta que tal processo demonstra através da onipotência de um Estado autoritário, o caráter “redentor” de um novo ciclo de crescimento econômico capaz de golpear mortalmente à possibilidade de afirmação de um capitalismo nacional independente, tendo em vista que não foi somente a economia amazônica, mas também a própria economia brasileira fora internacionalizada na esfera da produção industrial.

De acordo com Marilene Correa da Silva (2000) as operações em torno do desenvolvimento capitalista ao nível mundial na Amazônia, unidas às necessidades de ajuste da economia internacional, criou zonas de enclave para onde se transportaram modos de organização da produção e da circulação de mercadorias, compatíveis somente com os aspectos técnicos e sociais da nova divisão internacional do trabalho e das relações de mercado mundial. Na perspectiva desta autora, a autonomização dessas estruturas e processos, livres dos entraves institucionais e locais, liberou forças transnacionais para articulações econômicas descentralizadas, desterritorializadas, reterritorializadas e comandadas à distancia, fato este responsável pelas crises de ordem sociocultural e ambiental na região e até mesmo pela ameaça da perda da soberania da nação sobre a região.

Tudo isto porque a justificativa para a criação da Zona Franca de Manaus se deu primeiramente a partir de uma ideia de que era necessário ocupar o espaço vazio amazônico e amparar a região com uma estrutura que atraísse a força de trabalho e o capital necessário para a dinamização das forças produtivas locais visando fazer com que a Amazônia pudesse ser útil à economia global. No entanto, essa concepção desconsidera a existência das populações indígenas, caboclas e a própria sociedade local que guardam consigo o aspecto central da cultura amazônica.

Silva (2000) afirma que as contradições desse desenvolvimento rompem as barreiras culturais da nação e irrompem na sociedade global com uma força persuasiva. Os direitos de autodeterminação são redefinidos internacionalmente a partir das mediações e articulações multilaterais, organizações não governamentais, frentes transnacionais de solidariedade com os chamados “povos da floresta”. Com isso é acionado os interesses de outros países sobre a questão da biodiversidade, da proteção aos ecossistemas amazônicos e suas populações regionais. Desta forma, a Amazônia acabou por ocupar o centro de preocupações em torno das propostas ambientalistas internacionais que apoiados na ideia de que os sistemas naturais são interligados em escala planetária, e de que a sobrevivência de todos os habitantes do planeta depende do

equilíbrio entre o crescimento econômico e o meio ambiente natural reabriram a questão da soberania, do desenvolvimento sustentável, do zoneamento ecológico e do futuro do planeta.

### **3.2. Amazônia no centro dos debates ecológicos e geopolíticos**

Ao desenvolver uma análise sociológica, histórica e ecológica sobre a Amazônia Leandro Tocantins foi capaz de alertar as problemáticas da região no percurso da pós-modernidade. Ele não trabalhou com este conceito, mas podemos percebê-lo imbricados no seu discurso quando “previu” que diante do predomínio da técnica e da ciência, elementos característicos da modernidade, a região atravessaria outro processo, que são as consequências sobre o meio ambiente natural, cultural e social regional, permitindo-nos afirmar que seu discurso contemplou a ideia de uma pós-modernidade.

Como já vimos no segundo capítulo, este intelectual nunca se mostrou contra os elementos da modernidade, tais como o avanço da ciência e da técnica, todavia, foi capaz de alertar para as consequências de uma modernização sem critérios, ou seja, a introdução desordenada desses elementos, que provocariam reivindicações externas devido ao impacto sociocultural e ambiental que poderia provocar, tendo em vista que a Amazônia por meio de suas riquezas naturais adquiriu importância internacional.

O uso inadequado da técnica e da ciência como elementos essenciais para um modelo de desenvolvimento fundamentado somente no crescimento econômico é capaz de acarretar sérios problemas de ordem ambiental e social, tais como o uso abusivo dos recursos naturais, dominação econômica, desigualdades regionais entre outros fatores resultantes da falta de harmonia entre a ciência, a técnica, as políticas de desenvolvimento e a própria sociedade.

Neste sentido os processos históricos de desenvolvimento aos quais a Amazônia atravessou durante o século XX também serviram de base para que esta região fosse envolvida por discursos ideológicos oriundos principalmente de outros países a respeito de seu espaço, meio ambiente e sua sociedade.

Sob este aspecto, foram propagadas ideias que apresentavam a Amazônia como a última reserva mundial de energia sob a forma de gás natural; como depósito de biomassa a ser oportunamente explorado; como o pulmão do mundo do qual depende a própria sobrevivência humana; como um grande banco genético portador de incalculável biodiversidade, dentre outras que declaravam indiretamente que é necessário agregar em seu benefício cuidados e intervenções externas em favor da

subsistência do planeta *Gaia* como grande organismo vivo (WITKOSKI, 2007). Todavia, o principal problema se dava no fato de que muitos destes discursos se assentavam na ideia de que os povos amazônicos e indiretamente o próprio Estado brasileiro eram incapazes de conservar a região, daí a urgência de intervenções internacionais. Com isso, apontamos a tentativa da criação do Instituto Internacional da Hiléia, que foi uma das primeiras propostas de intervenção estrangeira sobre a Amazônia. Leandro Tocantins teve participação ativa durante o governo de Arthur Cezar Ferreira Reis nas decisões contra o estabelecimento desse órgão estrangeiro na região.

Porém o posicionamento do Estado brasileiro no que se refere a estas questões ficou evidente ao mundo somente em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972. A ênfase dada por esta Conferência aos aspectos técnicos da contaminação ambiental devido a acelerada industrialização evidenciou o caráter “primeiromundista” deste encontro o qual provocou profunda hostilidade de vários países, classificados como pertencentes ao terceiro mundo, tendo no Brasil figura central desta reação.

A questão defendida pelo Brasil quanto à problemática ambiental foi bastante clara: o crescimento econômico não deveria ser sacrificado em nome de um ambiente mais puro. O Brasil reconhecia a ameaça da poluição ambiental, mas sugeriu que os países desenvolvidos pagassem pelo esforço dessa purificação, pois não admitia ter a soberania nacional subjulgada em nome de “interesses ambientais mal definidos” (FERREIRA, 1998). Todavia, essa posição se inseria em uma postura da própria política internacional brasileira que não admitia que a cooperação internacional fosse usada como um mecanismo para a incursão de interesses estrangeiros sobre os negócios nacionais.

De acordo com Leila da Costa Ferreira (1998), este posicionamento defendido pelo Brasil Nos anos de 1970 foi produto da aliança tecnoburocrata militar. Suas políticas se basearam, e assim se mantiveram nos anos seguintes, em um tripé onde a primazia do crescimento econômico constituía a parte mais antiga da ideologia e as duas adições mais modernas ao tripé foram, de um lado, a consideração dos problemas ambientais de acordo com os preceitos de soberania e segurança nacional, e de outro, a compartimentalização do gerenciamento ambiental através da perícia burocrática.

Entretanto, vale ressaltar que por mais que pareçam ideológicas, essas ideias sobre a região amazônica foram construídas em decorrência da insatisfação de alguns

cientistas e pesquisadores, sobretudo das áreas de conhecimento sociais e humanas, com os limites da abordagem predominante. Isso, porém, é reflexo da conscientização, por segmentos sociais, inclusive da intelectualidade, da progressiva deterioração das condições objetivas de existência da maior parte da população e da crescente pressão da degradação ambiental. Deste modo, a Conferência Mundial de Estocolmo sobre Meio Ambiente ocorrida em 1972 tornou-se um marco importante da conscientização que começava a se manifestar.

Por entre os anos de 1970 as discussões em torno da questão ecológica começaram também a estar em evidencia, impondo-se como um dos grandes problemas da contemporaneidade. Com isso, a Ecologia, que se trata de uma abordagem das inter-relações entre homem e meio ambiente, veio desenvolver-se também como disciplina científica dentro de uma perspectiva global e crítica, isto é, a partir da Conferência de Estocolmo a ecologia lançou-se com uma função de conscientização e ações práticas em torno do meio humano e de suas inter-relações com outros meios.

Diante das várias críticas que o Brasil sofreu em Estocolmo, Tocantins (1982) afirmou muitas serem de conotação passional, pelo fato de a Amazônia ter sido citada de forma emocional, caracterizando uma clara polidez ecológica. Neste sentido, ressaltamos o discurso do naturalista José Candido de Carvalho, assessor da delegação brasileira, o responsável pela redação do texto do Princípio 2 da Declaração de Estocolmo:

Os recursos naturais da Terra, incluindo-se o ar, a água, o solo, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser salvaguardados em benefício das gerações atuais e das futuras, por meio de cuidadoso planejamento ou administração, conforme o caso (apud TOCANTINS, 1982, p. xxix).

Porém, muitos pensadores da Amazônia já usavam o discurso ecológico ao falar da região, todavia eram vozes muitas vezes não ouvidas, tendo em vista que até os anos de 1970, o país realizava-se no mito desenvolvimentista onde a questão socioambiental, sob a perspectiva de valores predatórios, era tratada como a antítese do desenvolvimento nacional.

Dez anos antes dos discursos ecológicos apresentados em Estocolmo, Leandro Tocantins, em sua obra *Amazônia: natureza, homem e tempo*, lançada na década de 1960, já havia afirmado que todo tipo de ação na Amazônia deveria acontecer sempre em relações cordiais e jamais tensas com a natureza, ressaltando certa semelhança às idéias que vieram se tornar constantes nos meios políticos e sociais da década de 1970.

Ou seja, percebemos que Tocantins lançou o discurso ecológico antes das discussões oficiais sobre ecologia, e o uso da proposta ecológica se deu justamente ao ressaltar a sua preocupação com o futuro da região diante dos processos de desenvolvimento econômico. Deste modo, por ser uma ciência que estuda as inter-relações entre os seres vivos, a ecologia tornou-se para Leandro Tocantins o ideal na tentativa de compreensão da natureza condicionada pela relação espaço e tempo. Apoiado na teoria darwinista, afirmava que a ecologia é o estudo de todas as inter-relações complexas vistas como as condições da luta pela vida. Ressaltando também que tais inter-relações e inter-condicionamentos acontecem através da própria cooperação competitiva através da luta pela vida por todos os organismos vivos unidos por inter-dependência (TOCANTINS, 1982).

Diante disso, chega a conclusão que para compreender o mundo amazônico, sob o ponto de vista da distribuição no espaço físico de seres, grupos e instituições humanas, é fundamental a investigação dos processos de adaptação do homem à natureza, seguida pela mensuração do equilíbrio que se pode verificar nessas mesmas relações. Esses critérios se ajustariam a tentativa de interpretar os processos de desenvolvimento de formas especiais de grupos humanos, dentre os quais destaca-se o homem amazônico.

Neste sentido, demonstra através de sua análise que encontram-se simbioticamente entrelaçados ou em conflito, na vida e na paisagem amazônica uma teia de inter-relações entre rios, florestas, espécies vegetais, animais e homens. Isso, no entanto, deu bases para este autor afirmar que o processo de humanização deste território e organização social encontrou na associação com outras espécies do mundo animado uma fórmula de equilíbrio biótico indispensável ao desenvolvimento das sociedades humanas em qualquer outra região.

Como fora percebido por Tocantins, em países como o Brasil e regiões como a Amazônia reduzir o desenvolvimento somente ao aspecto econômico pode trazer consequências especialmente graves do ponto de vista sócio ambiental e cultural. Considerando esses pontos fundamentais, surgiram novas ideias para novos padrões de desenvolvimento, tais como o Ecodesenvolvimento, o Desenvolvimento Sustentável, ou, ainda, o Desenvolvimento Durável, onde podemos identificar um diálogo interno com as ideias de Leandro Tocantins.

O conceito de Ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo e largamente difundido por Ignacy Sachs, a

partir de 1974. Na definição dada por Sachs (1986), para um determinado país ou região o Ecodesenvolvimento significa o desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder a problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.

De acordo com Sachs (1986) um projeto de desenvolvimento deve ter no componente cultural uma dimensão essencial. Isso implica na estreita ligação dos aspectos sociais, com os econômicos e o ecológico, mas para que isso ocorra, aponta também a necessidade de se adequar um estilo tecnológico particular, uma vez que, na maioria dos casos a ligação entre a economia com os aspectos sociais e ambientais não ocorre sem o desenvolvimento de técnicas apropriadas. Para isso, sugere o uso das ecotécnicas, que seriam técnicas não destruidoras do meio ambiente. Neste sentido,

O aperfeiçoamento de ecotécnicas é chamado a ocupar um lugar muito importante nas estratégias de ecodesenvolvimento, pela simples razão de, neste nível, se poderem compatibilizar adequadamente objetivos diversos – econômicos, sociais, ecológicos; a mudança técnica surgindo aí como a variável multidimensional por excelência do jogo do planejamento (SACHS, 1986, p. 16).

Todavia, o interessante na abordagem deste estudioso é que ele considera errado associar de forma simplista o ecodesenvolvimento a um estilo tecnológico sem submeter essa modalidade de organização social a um novo sistema de educação. Isto é, seria impossível pensar na associação entre tecnologia e ecologia sem investimento na pesquisa e na ciência, algo muito enfatizado por Leandro Tocantins em suas obras, o qual lhe rendeu propor a criação de um novo campo de estudos capaz de desenvolver pesquisas que pudessem colaborar com a conexão entre as novas necessidades da região e os seus aspectos sociais, culturais e ambientais.

De acordo com Sachs (1986), o quadro institucional para o ecodesenvolvimento não poderia ser definido de uma vez por todas, sem se considerar a especificidade de cada caso. Em sua perspectiva, uma luta eficaz contra a pobreza é aproveitar o potencial das populações dos países que não compunha o rol dos chamados países de primeiro mundo, isto se dava, simplesmente proporcionando possibilidades aos pequenos camponeses de obter equipamentos e técnicas de produção adaptadas às suas condições econômicas e ecológicas.

Ignacy Sachs reconhece que o ecodesenvolvimento exige a constituição de uma espécie de autoridade horizontal, ou seja, a participação da própria população local,

capaz de superar os particularismos setoriais, fundamental nas estratégias de ecodesenvolvimento, pois tal participação torna-se indispensável para a definição e harmonização das necessidades concretas, para a identificação das potencialidades produtivas do ecossistema e para a organização do esforço coletivo com vistas ao aproveitamento dessas potencialidades. Todavia, para que isso ocorra alerta para a necessidade também do investimento em uma educação preparatória:

Uma educação preparatória é complemento necessário das estruturas participativas de planejamento e de gestão. O argumento é válido *a fortiori* no tocante ao ecodesenvolvimento, para o qual, ainda por cima, há que sensibilizar as pessoas quanto à dimensão do ambiente e aos aspectos ecológicos do desenvolvimento. Em última instância, trata-se, como já dissemos, de fazer que se internalize esta dimensão, logo, que se modifique o sistema de valores em relação às atitudes de dominação da natureza, ou, ao contrário, que se preserve e reforce, onde quer que ainda subsista, a atitude de respeito à natureza característica de certas culturas. Este resultado poderá ser obtido tanto através da educação formal como da educação informal. (SACHS, p. 58, 1986)

No caso amazônico, Tocantins percebeu que para a Amazônia poder vir a ter êxito nas políticas de desenvolvimento sem, porém, haver danos a sua cultura e meio ambiente era necessário fazer uma conexão entre o desenvolvimento e a própria população regional, que por possuir ampla experiência e conhecimentos sobre o domínio não predatório deste espaço poderia ser um agente fundamental neste processo, desde que preparado para a criação da riqueza ordenada e para receber os benefícios da ciência e da técnica.

Desde os anos de 1960, este intelectual demonstrava através de suas obras o quanto acreditava no potencial criativo do homem amazônico, mesmo sendo esta região vista e denominada como região subdesenvolvida dentro do próprio Brasil. Por volta dos anos de 1980 sob um discurso ecológico, ressaltou a importância da participação deste homem amazônico para o êxito em qualquer projeto de desenvolvimento para a região, todavia sinalizou que um entrave para o pleno desenvolvimento humano na Amazônia poderia estar relacionado ao baixo nível educacional e sanitário das populações, agravado ainda pela dispersão territorial. Deste modo, Tocantins (1982) afirma o quanto se faz necessário a instrução do homem amazônico, quanto ao uso das tecnologias e o investimento na questão educacional, pois caso essa problemática seja ignorada afirma, que poderá ser em vão o investimento em capitais financeiros e obras suntuosas, visto que essas populações, mesmo no caso de um rápido desenvolvimento econômico motivado por qualquer produto, como exemplo, o petróleo ou atualmente o

gás natural, viverão sempre marginais a toda forma de progresso e bem estar, como se verificou em grande parte do Oriente Médio.

Desta forma, podemos ver que a expectativa de Leandro Tocantins sobre um desenvolvimento para a Amazônia possui afinidades com as propostas do ecodesenvolvimento. O qual de acordo com Sachs (1986), trata-se de um estilo de desenvolvimento que insiste nas soluções específicas dos problemas particulares de cada região, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, operando com critérios de progresso relativizados a cada caso e desempenhando um papel importante a adaptação ao meio.

Tal como concebia Tocantins o ecodesenvolvimento não vê a modernidade e o uso da ciência e da técnica como ameaças à região, desde que estas sejam compatíveis com as particularidades e não adequadas dos modelos predominantes das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Esta concepção em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias, reagindo contra a simples transferências passivas e a simples imitação, pondo destaque na autoconfiança e no poder criativo dos povos.

Como já vimos, a própria história da humanidade revela o quanto o desenvolvimento baseado somente no crescimento econômico pode ser contrário à cultura das sociedades e principalmente ao meio ambiente natural. Todavia essa ameaça é oriunda de decisões políticas que privilegiam somente o fator econômico, o que durante o século 20 trouxe diferentes interpretações quanto a essa questão. Desta forma estiveram em destaque as ideias de que na proposta do crescimento econômico e do desenvolvimento existem fronteiras impostas pela natureza, sendo necessários cuidados na exploração dos recursos naturais, mas também, sugeriram ideias que viam na conservação ambiental um empecilho ao crescimento econômico dos países.

Neste sentido, a partir dos anos oitenta surge a ideia de que é possível aliar o crescimento econômico à proteção ambiental através da reconciliação entre ecologia e a economia de mercado. Deste modo é que os debates em torno de um desenvolvimento sustentável são evidenciados a partir da perspectiva de que é possível uma reconciliação entre a economia e a preservação ambiental.

A ideia de desenvolvimento sustentável surge a partir dos anos de 1980, sendo usada pela primeira vez em 1987 no Relatório Brundtland, elaborado pela Assembléia

das Nações Unidas. Neste encontro foi proposto pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que o desenvolvimento sustentável tinha como missão satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, isto é, possibilitando que as pessoas no seu tempo e no futuro viessem atingir um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

Todavia, o que na verdade se revelou foi que essa proposta se apoiava na idéia de uma conciliação entre preservação ambiental e crescimento econômico, demonstrando por sua vez o caráter extremamente conservador do desenvolvimento sustentável, que ao propor somente reverter a degradação ambiental visava preservar também os ideais capitalistas.

Partindo do pressuposto de que os problemas ambientais são causados por falhas principalmente de ordem política acreditava-se que poderiam ser corrigidos, para isso tal modelo visava a produção de tecnologias que pudessem diminuir os efeitos negativos do processo produtivo industrial já existente.

Deste modo, através das regras de mercado foram propostas novas políticas tecnológicas capazes de reparar e proteger a natureza. O exemplo desse processo foi a tentativa de diminuir a emissão de gases para conter o efeito estufa através de cotas de contaminação de carbono, tal como foi apresentado pelo Protocolo de Kyoto, que proporcionou a comercialização desses gases entre os países. Todavia, com essa estratégia o que se percebe é apenas uma ecologização da economia, pois não se comprometeu com o equilíbrio durável entre o homem e a natureza, somente possível através da participação ativa das populações na criação dessas novas tecnologias.

Segundo Enrique Leff (2006), a proposta do desenvolvimento sustentável procurou apenas estabelecer um terreno comum para uma política de consenso capaz de integrar os diferentes interesses de países, povos e classes sociais que plasmam o campo conflitivo da apropriação da natureza. A ambivalência do discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável se revela já na polissemia do termo *sustainability*, que integra dois significados: o primeiro, traduzível como sustentabilidade, o qual implica a incorporação das condições ecológicas através da renovabilidade da natureza, diluição de contaminadores e dispersão de dejetos do processo econômico; e o segundo, que se

traduz como desenvolvimento sustentado, o qual implica na perdurabilidade no tempo do progresso econômico.

Ainda de acordo com Leff (2006), este discurso chegou a afirmar o propósito de tornar sustentável o crescimento econômico através dos mecanismos do mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade aos recursos e serviços ambientais, mas não ofereceu uma justificção rigorosa sobre a capacidade do sistema econômico para incorporar as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça, democracia) deste processo através da capitalização da natureza. Ou seja, tal ideia nada mais é do que é uma tentativa de “ecologizar” a economia através da criação de aparatos tecnológicos dentro da ordem econômica vigente, deste modo o desenvolvimento sustentável pode ser considerado como tentativa de repaginação da racionalidade econômica dominante só que desta vez com a nomenclatura de ecologia.

Leff ressalta que nos países altamente industrializados os mecanismos de proteção ambiental têm se reduzido somente a resolver ou mitigar os problemas de contaminação decorridos dos resíduos provocadas pelos altos níveis de produção e consumo de mercadorias que afetam os ecossistemas e degradam a qualidade de vida da população. Isto torna-se muito importante quando analisamos a Amazônia sob o paradigma das propostas para o seu desenvolvimento e os tipos de ideias que circularam em torno desta região. E neste debate não podemos ignorar a ideia de que em quase todas as discussões sobre o meio ambiente a Amazônia teve um lugar de destaque devido a sua particularidade e grandeza, com isso, vemos que por trás das inúmeras críticas foi também lançada a ideia de que a Amazônia do século 20 jamais poderia ser submetida a um tipo de desenvolvimento que não privilegiasse a sua riqueza natural e cultural.

A ideia de desenvolvimento sustentável propunha apenas tentar resolver os efeitos do desenvolvimento sem critérios, mas não sugeriu nenhum modelo de desenvolvimento compatível com o modo de vida das populações que vivem em contato mais próximo à natureza. O ecodesenvolvimento, por sua vez, além de ser a primeira teoria sustentável para o meio ambiente esteve mais próximo do tipo ideal de desenvolvimento que estudiosos da Amazônia, como Leandro Tocantins, almejavam para a região.

O capitalismo se apropriou do tema “ecologia” e sugeriu novas teorias, sugestões e paradigmas para o meio ambiente visando apenas o lucro. Todavia, o nosso interesse não se dá em torno do estudo ou da crítica ao desenvolvimento sustentável,

mas devemos observar qual modelo dialogou com as ideias de Tocantins e concluímos que a ideia do ecodesenvolvimento foi quem mais se aproximou da expectativa que este intelectual tinha sobre o desenvolvimento da Amazônia, o qual acreditava só ser possível se for levado em consideração o equilíbrio biótico entre o homem e a natureza já presente na região.

Ou seja, o que Tocantins queria nos mostrar é que não eram necessários grandes esforços na tentativa de conscientizar o homem amazônico da necessidade de preservação da natureza, pois este homem já fazia parte dela, sua cultura e sociedade são completamente unidas a ela. O que o homem amazônico realmente necessitava, em sua perspectiva, era somente de um direcionamento e instrução na tentativa de ser aproveitado também o arsenal criativo deste povo no devir da modernidade. Neste aspecto, o ecodesenvolvimento apesar de não ser apontado por Tocantins de forma explícita, está presente nas entrelinhas de seu discurso como o mais eficaz para a região, tendo em vista que esse modelo, ou essa ideia, se assenta nas diversidades e nas particularidades das culturas como fundamental para as possibilidades de desenvolvimento, tal como afirma Sachs em seu livro *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir* (1986, p.18),

A diversidade das culturas e das realizações humanas obtidas em meios naturais comparáveis são testemunhos eloqüentes desta possibilidade. Mas o sucesso pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza. Os fracassos e os desastres que sofreram algumas sociedades oferecem testemunho não menos eloqüente do alto preço da incapacidade de gerir as relações entre o homem e a natureza.

Diante das muitas ideias sobre o desenvolvimento e a preservação natural Tocantins (1982) afirmou que a política de um país pode considerar certas suposições decorrentes dos próprios fatos, e até aceitar em caráter de previsão, fórmulas que muitas vezes são consideradas inacreditáveis. No entanto, afirma que é somente a história quem pode ensinar os governantes que é preciso analisar com inteligência e intuição todas as peças capazes de se moverem entre as relações internacionais e as reais necessidades da região.

Isso, no entanto, nos revela a particularidade deste intelectual que, aberto a novas discussões e sensível as novas percepções, demonstra, como já afirmamos anteriormente, um pensamento que nos remete á teoria de Max Weber quando concebe a ideia de que a ciência proporcionou um tipo de racionalismo moderno que se define

nas ações motivadas a fins fundamentadas na concepção de aproveitamento total de território. Todavia, Tocantins ressalta nessa esfera de modernização e racionalização a necessidade de por meio de estudos, compreender as regiões em função de suas vocações, o que levaria a uma proposta que considera dados independentes das vontades, relacionando-os ao clima, a natureza do solo, a geomorfologia e aos imperativos biológicos das culturas dos povos. Neste sentido,

O homem deve saber interpretá-los, sendo que apenas um comitê de “sábios” agrupando especialistas nos campos mais diversos, desde o economista ao sociólogo e ao biólogo, poderá decidir a repartição de Zonas, cujo conjunto deverá, na exata medida do possível, respeitar a diversidade dos meios naturais que constituem os ecossistemas de nosso planeta (TOCANTINS, 1982, p. 159).

Sob este aspecto ousamos afirmar que nesta concepção Tocantins propõe a sua amazonotropologia como mais uma técnica totalmente aplicável na dinâmica de um ecodesenvolvimento para a região, tendo em vista que a sua natureza se dá em justamente estruturar os estudos já realizados sobre a região amazônica e sistematizar outros que possam contribuir para um real desenvolvimento humano na Amazônia. Ou seja, o modelo de desenvolvimento mais exequível seria um ecodesenvolvimento e a técnica para a sua aplicabilidade seria a amazonotropologia.

Para este autor, a Amazônia através de seus recursos é capaz de criar condições garantidas para seu próprio desenvolvimento. E nesta tarefa, aponta a importância de todos os órgãos de pesquisa e as universidades amazônicas como os detentores da missão de indagar de forma científica, visando o estudo da região em suas peculiaridades naturais, sociais, ecológicas e econômicas, visto que para este intelectual se torna impossível executar uma política de valorização da terra e do homem sem o total conhecimento de todo seu potencial, o que só seria possível através de um inventário de todos os recursos naturais e humanos.

Em sua perspectiva, qualquer política de desenvolvimento para a Amazônia só será exequível se essas políticas priorizarem também o desenvolvimento das habilidades humanas, pois acredita que o que realmente marca a diferença entre países atrasados e desenvolvidos não é a natureza biológica, mas a natureza cultural. O povo amazônico é extremamente inventivo, o que lhes garantiu superar o confronto com a natureza e aliar-se a ela na tentativa de construir a sociedade e a cultura regionais, deste modo vemos e conferimos algo que Tocantins apontou como importante, que é o fato de que o homem soube preservar até os dias de hoje as formas de manuseio da terra e dos elementos da

natureza, mesmo quando a ciência e a técnica adentraram nos espaços amazônicos através da Zona Franca de Manaus.

Deste modo é que ainda preservam-se, sob as características naturais da região, atividades humanas caracterizados por certos e determinados padrões que trazem consigo a marca da identidade amazônica. De acordo com Tocantins (1982), são trabalhos originais que se alternavam, se interrompiam, se reatavam e continuavam, no modo pelo qual eram determinadas as necessidades do momento. Tendo estes trabalhos, na floresta contínua, na terra cortada de rios meândricos no clima e no meio físico, geográfico e cósmico da região, um espaço que fazia com que o trabalhador que quisesse deter-se ao cultivo da pequena agricultura à beira dos rios; medida mais pelo aspecto de subsistência que pelo econômico, exercesse também um tipo de especialização funcional no qual encaixava-se um misto de pequeno agricultor ao mesmo tempo que extrativista, negociante, pescador e construtor de canoas pois tinham nos rios um insubstituíveis meios de transporte e fonte de renda.

É interessante a analogia que Leandro Tocantins faz em relação a função dos remeiros e de suas canoas no aspecto da fisionomia social amazônica, pois, segundo este autor, nesta sociedade o papel das águas foi fundamental para a construção de sua fisionomia, pois a canoa conferiu dignidade aos homens da região tendo em vista que sem ela não poderia haver o giro mercantil, fundamentado na ida às riquezas naturais e o transporte. E sob o aspecto social, a relação que os homens da região tiveram com este meio de transporte também foi fundamental na própria constituição da sua identidade.

Quando nos referimos à identidade temos ciência que este conceito é extremamente multifacetado e pode ser abordado de inúmeras formas. Todavia, nos apropriamos do conceito enunciado por Giddens (2005), o qual afirma que de modo geral a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas. Neste aspecto, Tocantins percebeu e nos revelou claramente o quanto a compreensão de identidade amazônica está formada em relação a certos atributos que tem prioridade sobre outras fontes de significados. Deste modo, ressalta que mesmo diante da inevitável modernização da sociedade, do avanço da técnica e da ciência através das grandes indústrias, o homem da Amazônia ainda vê significado e se enxerga como amazônica através dos elementos que o relacionam a natureza, seja na culinária, na arquitetura, seja nos instrumentos de trabalho, no vocabulário e em todo o aparato de elementos e símbolos que caracterizam o regional.

Segundo Giddens (2005), os processos de crescimento urbano, de industrialização e o colapso de formações sociais antigas enfraquecem o impacto de regras e de convenções herdadas e os indivíduos se tornam social e geograficamente móveis. Deste modo, vemos que não somente o rio impera como as estradas andantes da Amazônia, tal como afirmou Leandro Tocantins nos anos de 1950 em *O rio comanda a vida* (1968). Hoje temos os aviões que andam por cima e atravessam as distâncias que dificultava o acesso a região, todavia, o barco e a canoa ainda hoje contribuem e é essencial para a dignidade do homem regional, segundo este autor, tão quanto o cavalo e o boi foram essenciais para a civilização de engenho no nordeste (TOCANTINS, 1982, p. 69).

De acordo com Tocantins, a Amazônia deve reajustar as relações de seu povo com o meio ambiente dentro das técnicas de trabalho já existentes na região, para enfrentar o chamado progresso. Tocantins lança essa ideia, fundamentado no fato desta região possuir recursos naturais básicos, mas tendo grande parte do seu povo ainda vivendo em estado crônico de pobreza, ao contrário de outras regiões menos favorecidas pela natureza que por sua vez evidenciam um maior estágio de desenvolvimento.

Para Tocantins (1982), a Amazônia é privilegiada pela quantidade de recursos naturais renováveis - água, solo, plantas, animais, ares, sendo talvez o único espaço no mundo mais rico em horizontalidades geográficas que em horizontalidades sociais, o que concede à região privilégio de uma natureza opulenta, cada dia mais liberal pela revelação de novos e promissores bens, todavia pobre em desenvolvimento humano.

Com isso indica um elemento que poderia muito bem ser empregado como uma estratégia de desenvolvimento aliada à particularidade da região, que seria a energia solar e a eólica, as quais a Amazônia teria de sobra sendo uma boa tecnologia moderada, diferente das energias duras como a nuclear, altamente sofisticada e rigorosamente centralizada. A utilização destas tecnologias simbolizaria além da recusa do imperialismo das sociedades industriais centralizadas e devastadoras, a busca de um novo modo de vida harmonioso com a natureza. Trata-se, portanto, de procurar descobrir o verdadeiro progresso (TOCANTINS, 1982, p. 164).

O autor aponta que neste processo a preparação do homem amazônico é essencial. Deste modo, a introdução de novos elementos culturais é um imperativo categórico, do contrário, essas populações continuarão distantes da criação de riqueza ordenada e dos benefícios da ciência e da técnica. Nesse devir ressalta também que não seria tão fácil convencer o homem amazônico da necessidade de alterações em muitas

das técnicas de trabalho consagradas há séculos, a menos que as ideias novas tenham uma base que torne útil o elemento na cultura preexistente.

Para Tocantins o desenvolvimento humano amazônico está relacionado a um complexo de causas interdependentes, manifestadas de forma simultânea no espaço físico, isto é, nas formas de associação em que o homem vive e trabalha, em suas habilidades, em seus hábitos e em seu pensamento. Neste aspecto, ressaltou em suas obras o quanto se deve levar em consideração a relação do homem amazônico e o tempo que, todavia, não pode ser entendido somente sob o ângulo cronológico, pois está relacionado às tendências gerais de pensar, de agir, de comportar-se, de considerar o passado, de olhar para o futuro conservando a relação tempo social, ou sócio-cultural, ao mesmo tempo biossocial. (TOCANTINS, 1982, p. 170).

Quando Tocantins revela a necessidade de se considerar a relação do homem com a natureza e o tempo nos mostra que seu pensamento não ficou preso no passado histórico. Tocantins desenvolveu uma digressão histórica do processo de colonização e desenvolvimento da sociedade e da cultura amazônicas e nessa percepção pode anunciar as necessidades que se fariam presentes na vida dos povos e da própria região. Isso, porém, só foi possível devido o fato deste estudioso ter feito um dialogo entre os elementos tradicionais da região, os elementos que caracterizam a cultura regional, e os modernos, tais como o avanço da ciência e da técnica.

Deste modo, vemos que a sua importância se dá principalmente no fato deste autor ter destacado o elemento cultura como fundamental nos processo de desenvolvimento da Amazônia. Vemos que Tocantins resalta a relevância da cultura local, tendo em vista que ela foi capaz de resistir, fazendo com que o processo de racionalização da vida, na Amazônia, viesse a tomar rumos diferentes, rumos estes que reafirmam a identidade regional do homem amazônico, seja ele o indígena, o caboclo, o ribeirinho e o homem urbano, através da relação existente com os elementos da terra.

A sensibilidade com que Tocantins analisou a Amazônia lhe confere uma certa importância no quadro geral dos pensadores sociais no Brasil. Por isso seu pensamento merece ser lembrado e nessa perspectiva vemos que os temas que compuseram as suas reflexões tais como a questão cultural, a questão regional, a ambiental e o desenvolvimento retornam com força nos dias presentes, todavia, redefinidos em virtude das transformações da sociedade. É, portanto, sob este aspecto que vemos a relevância de autores que como ele anunciaram as necessidades que no devir da modernidade se fariam presentes na vida da região amazônica as quais se revelam

principalmente na necessidade do homem situado no trópico úmido, vir a ter uma noção intuitiva das plantas, animais e da própria paisagem que o cerca, para melhor integrar-se ao espaço físico-social no processo de modernização da vida, levando, porém, em conta o espaço-tempo seu e de outras espécies que convivem no habitat.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como procedimento metodológico a análise das obras de Leandro Tocantins publicadas a partir da segunda metade do século 20. Com isso, verificamos que o estudo do pensamento social produzido nos anos de 1950, 1960 e 1970 é tarefa fundamental para compreender as perspectivas intelectuais que orientaram o pensamento nos períodos de transição, resultantes dos grandes projetos na Amazônia e avaliar sua atualidade para o momento presente.

Através da análise desse período podemos encontrar as raízes das ideias que formularam um pensamento amazônico que encontra eco ainda nos dias de hoje. Sob este aspecto, tornou-se interessante também descobrir quais ideias, conceitos e percepções produzidas até então tiveram permanência, ou melhor, dialogam com o tempo presente e quais ficaram presas ao seu tempo.

Com o objetivo de compreender a sua ideia de Amazônia nos direcionamos a análise do itinerário intelectual deste autor e as relações que teve com outros estudiosos da Amazônia e do Brasil, o que proporcionou construirmos uma história das ideias. Para Bastos (2006), a restituição das ideias ao seu tempo e a reconstrução do contexto social, político e intelectual no qual se inserem é a chave da compreensão das ideias de um autor. No entanto, esta compreensão se torna ainda mais ampla quando se indaga sobre o sentido e os efeitos do desenvolvimento e da difusão das ideias em um determinado momento histórico.

A segunda metade do século 20 foi o momento histórico em que Tocantins desenvolveu sua obra e nesse período o Brasil vivenciava o processo do desenvolvimento econômico motivado pela lógica global, o que estimulou muitos intelectuais brasileiros a refletirem sobre a nação. De acordo com Bastos (2007), neste período a temática mais comum entre os pensadores sociais estava relacionada à questão dos impasses, encaminhamentos e buscas de soluções para o atraso nacional.

Todavia, de acordo com Edgar Morin (1998), o conceito de desenvolvimento acaba por entrar em crise nos anos de 1960 ao tentar a integração entre as noções de “crescimento, desabrochamento, liberdade, felicidade e equilíbrio”. Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento fundamentado somente no critério econômico torna-se problemática e estas noções entram em antagonismo.

Nesse contexto, o intelectual Leandro Tocantins concebeu sua ideia e sua interpretação sobre a Amazônia e os processos vivenciados pela região. Esta interpretação está intrinsecamente presente em toda sua obra, pois ao demonstrar os

valores existenciais da região ressaltou que a Amazônia é o resultado de uma relação mais profunda entre o homem, o tempo e o espaço. Sob esta perspectiva infere que seu futuro está intimamente ligado, não ao passado em si, mas à continuação da sinergia entre estes elementos, pois, por mais que se desenvolva a ciência e a técnica, é necessário que se tomem medidas contra o rompimento da relação homem e natureza.

Mas como podemos manter essa relação sabendo que mesmo diante dos aspectos positivos da modernidade, tais como o avanço da ciência e da tecnologia, convivemos também com seus aspectos negativos, de grande vulto sobre a região amazônica, tais como a degradação ambiental, as desigualdades sociais e, ainda, o egoísmo exacerbado através das novas necessidades influenciadas pelo sistema capitalista?

Tocantins propõe em sua interpretação da Amazônia que se tomem medidas para que se possa reconciliar o homem amazônico moderno à natureza regional, através do elemento cultura, tendo em vista que esta foi capaz de conservar de maneira mais evidente os traços da identidade amazônica. Ou seja, em um diálogo mais amplo vemos que Tocantins compartilha a proposta moriana de, através da cultura, “tentar religar o que o pensamento disciplinar e compartimentado desmontou e parcelarizou” (MORIN, 1995, p. 167).

Mas, além do elemento cultura, Tocantins também evidencia a importância dos valores intelectuais, que interpretamos como uma apreciação pelo estímulo a intelectualidade na região. Tocantins acreditava nos valores intelectuais desta terra, no potencial intelectual de amazonidas que, como ele, tentaram entender a dinâmica da sociedade e da cultura regional com o intuito de contribuir para o conhecimento mais apropriado da região e assim promover bases intelectuais para os processos de modernização e desenvolvimento deste espaço.

Nesta esfera, aparece a educação como elemento central no processo de desenvolvimento. Essa visão esteve perceptível em Tocantins quando lança a sua ideia de Amazonotropologia, que trata justamente de um campo de saberes capaz de estimular o potencial intelectual da região em função das modernas necessidades regionais. Sua Amazonotropologia não se estruturou como ciência, mas a voz de Tocantins, soando a favor do estímulo à intelectualidade e à preservação da cultura ecoou até os nossos dias, daí o papel da Universidade Federal do Amazonas e do INPA, que se empenham no desenvolvimento do potencial intelectual da região.

Partindo do pressuposto de que estudando o passado é possível entender o presente, acreditamos que no estudo das ideias de autores que pensaram a Amazônia, tais como Leandro Tocantins, é possível também encontrar explicações para muitos processos pelos quais vive a Amazônia nos dias de hoje. Neste sentido,

Refletir sobre o modo pelo qual a região foi vista e explicada em vários momentos da história tem a ver, também, com a compreensão dos caminhos assumidos pela intervenção política nessa área. Significa ainda buscar explicações para a rotinização das interpretações que se transformam em senso comum e que acabam por “justificar” as medidas políticas assumidas. Assim, a alocação institucional aciona o próprio recorte do objeto (SILVA, apud FREITAS, 2007, p.34).

As ideias são construídas socialmente e atuam nos processos de mudança, quando submetidas a uma “rotinização” mais ou menos sistemática no âmbito da vida social (BOTELHO, 2005, p. 19). Neste sentido, autores como Leandro Tocantins, em ensaios sobre a Amazônia e sobre o tipo de sociedade que nela se formou, podem desempenhar um papel fundamental através de sua pesquisas e reflexões para o exame de ideias que deram ressonâncias ao presente.

Desta forma, podemos ver que posicionamentos atuais, que se fundamentam nos aspectos culturais e ambientais da região, são resultado de posturas de intelectuais que no passado defenderam arduamente a ideia de na Amazônia o desenvolvimento, aliado à cultura e aos valores regionais serem essenciais para esta sociedade. Discussões sobre a necessidade de desenvolver produtos exclusivos da Amazônia como alternativa mais viável para o desenvolvimento, mais até do que a própria Zona Franca, tendo em vista que a mesma possui prazo para o término dos seus incentivos fiscais, são atuais e recorrentes nos centros dos debates políticos contemporâneos. Todavia, isso deve-se muito ao esforço das universidades e dos institutos de pesquisas, como a UFAM e o INPA, que através de seus estudos estão podendo colaborar com a implantação dessa possibilidade para a região que se dá através da fundação de tecnologias capazes de contribuir para a fabricação de alimentos com base nos alimentos típicos amazônicos, tais como a pupunha, o pescado dentre outros, a produção de fitoterápicos e cosméticos em escala industrial e etc. .

Neste sentido, vimos a aplicabilidade do pensamento social no desenvolvimento da sociedade e da política nacional. O conjunto de ideias que fundamentaram o pensamento que percebe a Amazônia como espaço natural e cultural vem ao longo de

cinco séculos se construindo e se reconstruindo a partir de ideias e percepções que contribuíram para a formação do pensamento social (FREITAS PINTO, 2008, p. 13).

Todo o arcabouço de ideias que sustenta o pensamento de Tocantins foi fundamentado no processo histórico vivido pelo Brasil e a Amazônia, o que lhe fez perceber ser possível um desenvolvimento das potencialidades regionais, mediante a valorização do patrimônio de ideias, valores e conhecimentos formados das interrelações ocorridas neste espaço físico, o que conseqüentemente minimizaria as desigualdades e os riscos de esgotamento das bases físicas da economia local, da natureza e da cultura amazônicas.

Ao destacar ideias que nortearam o pensamento de Leandro Tocantins e o conduziram na formulação da sua concepção sobre a Amazônia vimos que as suas ideias parecem ultrapassar os limites de sua época trazendo ressonâncias às atuais discussões sobre a necessária relação dialética entre homem e natureza amazônica, em busca de um pleno desenvolvimento humano que não cause impactos nefastos à sociedade e ao meio ambiente natural, tal como propôs o ecodesenvolvimento.

Chegamos ao final desta pesquisa com a percepção de que autores do pensamento social brasileiro, assim como Tocantins, dialogaram mesmo que implicitamente com as discussões sobre ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável ou ainda etnodesenvolvimento. Com isso, temos base para dar continuidade através de desdobramentos futuros em torno de uma cosmovisão destes tipos de desenvolvimento no pensamento social brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. **Amazônia, a terra e o homem**. São Paulo: Nacional. 1975.
- BASTOS, E. R. **Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. Tese de Doutorado, PUC. São Paulo: 1986.
- \_\_\_\_\_. Polifonia da Amazônia. In: BASTOS, E. R & PINTO, R. (Org.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007.
- BATISTA, D. **Ciência e Tecnologia no Desenvolvimento da Amazônia**. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 mar. 1967. Suplementos da Amazônia. p. 162-163.
- BLUNTSCHLI. H. **A Amazônia como organismo harmônico**. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). 1964.
- BOMFIM, M. **América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905].
- BOTELHO, A. **O Brasil e os dias: Estado-Nação, modernismo e rotina intelectual**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996a.
- BROCA, B. **A vida literária no Brasil 1900**. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 2005.
- CANDEAS, A. **Trópico, cultura e desenvolvimento: a reflexão da UNESCO e a tropicologia de Gilberto Freyre**. Brasília: UNESCO, Liber Livro, 2010.
- CANDIDO, A. **Iniciação da literatura brasileira**. 6.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. 2010.
- COSTA, S. **Labirintos do saber: Nunes Pereira e as culturas Amazônicas**. Tese de Doutorado, PUC. São Paulo: 1997.
- COUTO, H. H. **Ecolinguística**. Disponível em: [www.red.unb.br/index.php/les/article/download/1214/872](http://www.red.unb.br/index.php/les/article/download/1214/872). Acesso em: 30 dez. 2011.
- CUNHA, E. **Amazônia um paraíso perdido**. Manaus: Valer, 2003.
- FERREIRA, L. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- FOUCAULT, M. **O que é um autor**. Passagens, 1992.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala : formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 47ed. São Paulo: Global. 2003.

\_\_\_\_\_. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Nordeste do Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1985.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano.** – 15ª ed. São Paulo: Global. 2004.

\_\_\_\_\_. **Sociologia: introdução ao estudo de seus princípios.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. (Primeira e segunda parte)

GERTH, H. & MILLS, W. **Max Weber: ensaios de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRAMSCI, A. **Intelectuais e a Organização da Cultura.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26.Ed. São Paulo: Companhia das letras. 1995.

IANNI, O. **Pensamento Social no Brasil.** São Paulo: EDUSC. 2004.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico.** 14. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAHAR, D. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: IPEA\INPES, 1978.

MANNHEIM, K. O problema da ‘intelligentsia’; um estudo de seu papel no presente e no passado. Tradução de Roberto Gambini. **Sociologia da cultura.** 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARTINS, W. **O modernismo e a literatura brasileira.** 2.ed. São Paulo: CULTRIX. S\D.

MORIN, E; KERN. A. **Terra-pátria.** Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOTA, C.G. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974.** São Paulo: Ática. 1994.

NASR, S. H. **O Homem e a Natureza.** Rio de Janeiro: Ed Zahar. 1977.

NEVES, L. O. **A OBRA DE SEVERIANO PORTO NA AMAZÔNIA: UMA PRODUÇÃO REGIONAL E UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ARQUITETURA NACIONAL.** Disponível em: [www.red.unb.br/index.php/les/article/download/1214/872](http://www.red.unb.br/index.php/les/article/download/1214/872). Acesso em: 03 jan. 2012.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma religião: Sudene, Nordeste Planejamento econômico e conflitos de classes.** 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**, São Paulo: Ática, 1990.
- PINTO, R. “**Amazônia: perspectivas para o século 21**”. Amazonas em Tempo, Manaus, (2010)19\09\2010, série IV-V.
- PINTO, R. “**Como se produzem as Zonas Francas**”. Jornal do Comércio, Manaus, (1986)30\03\86, 06\04\86, 13\04\86, série I-V.
- \_\_\_\_\_, R. **Viagem das idéias**. Manaus: Valer. 2008.
- REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982.
- \_\_\_\_\_. **O impacto amazônico na civilização brasileira: a transamazônica e o desafio dos trópicos**. Rio de Janeiro: Paralelo – Mec. 1972.
- \_\_\_\_\_. **Temas amazônicos**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado. 1983.
- RIBEIRO, O. **Região e conciliação**. Manaus. EDUA, 2010. BASTOS, E. R. Polifonia da Amazônia. In: BASTOS, E. R. & PINTO, R. (Org.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Região e conciliação**. Manaus: EDUA. 2010.
- \_\_\_\_\_. Tradição: uma interseção entre o passado e o futuro. In: BASTOS, É. R. & PINTO, R. (Org.). **Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vertice, 1986.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e o processo social nos inícios dos romances brasileiros**. São Paulo: Duas Cidades\ Ed. 34, 2000.
- SELL, C. E. Max Weber. In: SELL, C. E. **Sociologia clássica**. 4 ed. Itajaí: Univale. 2006.
- SERÁFICO, J., SERÁFICO, M. **A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em:03\05\2012.
- SILVA, M. C. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.
- \_\_\_\_\_. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, É. R. & PINTO, R. (Org.). **Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007.
- SOMALÚ – Revista de Estudos Amazônicos. **Homenagem Póstuma a Leandro Tocantins**. Universidade Federal da Amazonas. Ano 1, n. 1(2000-). Manaus: Edua\Capes, 2005.

TOCANTINS, L. **A bíblia ecológica do padre João Daniel**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1976.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

\_\_\_\_\_. **Formação Histórica do Acre**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

\_\_\_\_\_. **João Daniel e seu Amazonotropicalismo**. Belém: Imprensa oficial. 1977.

\_\_\_\_\_. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Record. 1968.

\_\_\_\_\_. **Vida cultura e ação**. Rio de Janeiro: Arte Nova. 1969.

WITKOSKI, A. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.